

idp

idn

MESTRADO PROFISSIONAL

EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**REGISTRO DE PREÇOS NA CENTRAL DE COMPRAS DO
DISTRITO FEDERAL:** ESTUDO DE CASO DA GESTÃO DAS ATAS

LÍVIA MARIA DA SILVA LIMA

Brasília-DF, 2025

LÍVIA MARIA DA SILVA LIMA

**REGISTRO DE PREÇOS NA CENTRAL DE COMPRAS DO
DISTRITO FEDERAL: ESTUDO DE CASO DA GESTÃO
DAS ATAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Administração Pública, do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador

Professor Doutor Victor Aguiar Jardim De Amorim.

Brasília-DF 2025

LÍVIA MARIA DA SILVA LIMA

**REGISTRO DE PREÇOS NA CENTRAL DE COMPRAS DO
DISTRITO FEDERAL: ESTUDO DE CASO DA GESTÃO
DAS ATAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Administração Pública, do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Aprovado em 06 / 06 / 2025

Banca Examinadora

Prof. Dr. Victor Aguiar Jardim De Amorim - Orientador

Prof. Dr. Alessandro de Oliveira Gouveia Freire

Prof. Dr. Felipe César Lapa Boselli

L732r Lima, Lívia Maria da Silva
Registro de preços na central de compras do Distrito Federal: estudo de caso da gestão das atas/ Lívia Maria da Silva Lima. – Brasília: IDP, 2025.

231 p.
Inclui bibliografia.

Dissertação – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP, Mestrado Profissional em Administração Pública, Brasília, 2025.
Orientador: Prof. Dr. Victor Aguiar Jardim De Amorim.

1. Compras públicas. 2. Administração Pública. 3. Sistema de Registro de Preços. I. Título.

CDD 351.81

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Ministro Moreira Alves
Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus filhos, Sofie e Caio, com todo o amor e a esperança de que vejam nesta conquista uma fonte de inspiração. Que este esforço represente, para vocês, a confirmação de que é por meio da educação, do empenho e da perseverança que se constroem caminhos sólidos e verdadeiros. Que nunca deixem de acreditar no poder transformador do conhecimento e no valor de conquistar seus sonhos com dignidade e esforço próprio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por sempre estar ao meu lado, guiando cada passo com amor, fé e propósito. É Ele quem, todos os dias, me mostra que o caminho de Cristo é o verdadeiro — um caminho de luz, humildade e verdade, que molda quem eu sou e me fortalece diante dos desafios da vida. Jesus Cristo, meu Salvador, em sua misericórdia infinita, foi minha força nos momentos de fraqueza e renovava, em mim, a esperança mesmo nos momentos de incerteza. Seu exemplo de amor e entrega é a fonte maior da minha inspiração e coragem para vida inteira. E rendo também minha sincera gratidão a Nossa Senhora, Maria, minha mãe querida, intercessora fiel e presença doce em minha caminhada espiritual, cujo amor materno me acolhe e conforta. Que a graça de Deus, a presença de Jesus e o carinho de Maria continuem a me conduzir pelos caminhos da sabedoria, da verdade e da paz.

Ao meu pai, Francisco (in memoriam), e à minha mãe, Luzinete, minha eterna gratidão por todo amor, pelos valores ensinados e pelo suporte incondicional. Foram suas mãos, palavras e fé que construíram as bases do meu caráter e me tornaram a pessoa realizada de hoje. Que esse título possa enchê-los de orgulho e ser a recompensa de uma vida de entrega e amor pelos filhos — uma trajetória marcada por renúncias silenciosas, sacrifícios generosos e uma dedicação que nunca mediu esforços para oferecer o melhor, mesmo nas adversidades. Este momento é, antes de tudo, também de vocês.

Ao meu esposo, André, meu companheiro de vida, meu sincero agradecimento por sempre acreditar em mim, mesmo nos momentos em que eu mesma duvidei. Obrigada por torcer genuinamente pelas minhas conquistas, por me encorajar a seguir em frente e por estar ao meu lado com amor, paciência e serenidade ao longo de toda essa jornada. Durante o período do mestrado, você assumiu com dedicação os cuidados com a nossa casa e família, permitindo que eu me concentrasse plenamente nos estudos e superasse cada desafio com mais leveza. Seu apoio silencioso, sua presença constante e seu entusiasmo pelas minhas vitórias foram fundamentais para que este sonho se tornasse realidade. Este título também é seu — fruto do nosso esforço conjunto e da parceria que construímos com tanto carinho.

Aos meus amigos da vida, meu carinho e gratidão por estarem sempre ao meu lado, torcendo por cada uma das minhas conquistas, inclusive esta — a realização do sonho de conquistar o título de mestre. Em especial, agradeço a Ana Paula, Cristiane, Robson, Iara, Adriana, Raquel, Dayane, Regina e tantos outros tão queridos, que mesmo não tendo participado diretamente da minha formação acadêmica, contribuíram de forma valiosa para minha formação como pessoa, com afeto, incentivo e companheirismo nos momentos mais importantes da minha jornada.

Aos colegas e amigos do mestrado, Bárbara, Nara, Alcione, Adnilton, Janaina e Tania, que tornaram esses dois anos muito mais leves, prazerosos e cheios de bons momentos e cumplicidade. Um agradecimento especial à minha amiga e colega de mestrado, Bárbara Romão, pela generosidade com que compartilhou conhecimento, materiais e apoio durante toda a construção desta dissertação. Bárbara é uma colega incrível e exemplo de solidariedade acadêmica. Meus fraternos agradecimentos.

Agradeço, de maneira muito especial, à minha amiga e Subsecretária de Compras Governamentais, Monise Carrijo Fernandes da Fonseca, por todo o apoio incondicional que me ofereceu ao longo desta jornada. Sua confiança no meu trabalho e a abertura para que eu pudesse realizar esta pesquisa dentro da sua área de atuação foram fundamentais para o desenvolvimento desta dissertação. Além disso, sua iniciativa em dar publicidade ao questionário contribuiu diretamente para a robustez e alcance dos dados coletados. Sem dúvida, este trabalho é também fruto do seu apoio e da generosidade com que me acolheu no universo do Registro de Preços.

Agradeço também ao meu amigo e Secretário Executivo, Daniel Riehl, por ter sido a pessoa responsável por me informar e orientar sobre a disponibilidade da bolsa de estudos para o mestrado oferecido pelo órgão em que atuamos, o que possibilitou o desenvolvimento desta trajetória. Também foi graças à sua generosidade ao permitir a realização do estudo no âmbito de sua Secretaria que foi possível obter o apoio necessário para a condução desta pesquisa. Sua contribuição foi essencial para que este sonho se tornasse realidade.

À Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, expresso meu reconhecimento pelo projeto que viabilizou esta bolsa de estudos de mestrado, em especial ao Comitê Gestor do Plano de Capacitação e

Educação Continuada. Agradeço por acreditar na importância da capacitação dos servidores com o Programa de Incentivo à Pós-Graduação da SEPLAD-SEFAZ/DF. Reafirmo meu compromisso de retribuir esse investimento com resultados concretos para a Administração Pública do Distrito Federal.

Por fim, agradeço ao meu orientador, Victor Amorim, pela escuta, orientação e apoio ao longo de todo o processo. Seu perfil alinhado ao meu tornou essa parceria ainda mais produtiva e certa. Muito obrigada por ter feito parte desta caminhada.

SOBRE A PESQUISADORA

Sou servidora pública desde 2008, com quase 17 anos de experiência dedicados à Administração Pública. Sou graduada em Sistemas de Informação pela Universidade Católica de Brasília e pós-graduada em Gestão Pública. Com este trabalho, concluo mais uma etapa importante da minha trajetória, alcançando o título de mestre, resultado de um processo de aprendizado intenso e comprometido com a melhoria dos serviços públicos.

Minha trajetória profissional teve início na área de desenvolvimento de sistemas, especialmente no desenvolvimento e na gestão de bancos de dados, campo pelo qual mantenho grande entusiasmo até hoje. Ao ingressar no serviço público, descobri uma nova vocação: a de servir à sociedade por meio da construção de soluções eficientes, responsáveis e sustentáveis no âmbito da gestão pública. Ao longo dos anos, atuei em diversas áreas, como Atenção Primária à Saúde, Correição, Transporte Público e Suporte de Informática, o que ampliou minha visão sobre a complexidade e a importância da máquina pública.

Nos últimos seis anos, estive à frente da Diretoria de Registro de Preços na Central de Compras da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal. Foi nesse contexto que desenvolvi uma forte identificação com o tema desta dissertação, motivada pelo desejo de compreender, aprimorar e contribuir tecnicamente para a evolução desse importante instrumento de contratação. A escolha pelo tema surgiu não apenas por afinidade profissional, mas também por acreditar no potencial estratégico do Registro de Preços na promoção de eficiência e economicidade nas compras governamentais.

Este trabalho representa a convergência entre minha formação técnica, minha experiência como gestora pública e minha convicção de que o conhecimento é um caminho sólido para transformar a realidade institucional. Espero que os resultados aqui apresentados possam contribuir efetivamente para o fortalecimento das práticas de compras públicas no Governo do Distrito Federal, que possui estrutura, capacidade técnica e potencial para se tornar um case de sucesso nacional nesse campo.

┌

**«L'avenir a plusieurs noms.
Pour les faibles, il est l'inaccessible.
Pour les craintifs, il est l'inconnu.
Pour les vaillants, il est l'opportunité.»**

***“O futuro tem muitos nomes.
Para os fracos é o inalcançável.
Para os temerosos, o desconhecido.
Para os valentes é a oportunidade”***

Victor Hugo

└

RESUMO

A presente dissertação analisa a gestão das ARPs pela Central de Compras do Distrito Federal entre os anos de 2019 e 2023, à luz do Sistema de Registro de Preços (SRP), instrumento amplamente utilizado na administração pública para otimizar aquisições por meio de contratações centralizadas e compartilhadas. A pesquisa parte da constatação de que, apesar dos benefícios esperados do SRP — como transparência, economia de escala e eficiência —, observa-se uma significativa subutilização dos quantitativos registrados nas ARPs por parte dos órgãos participantes. O objetivo principal do estudo é identificar e analisar os fatores administrativos que influenciaram a não utilização dos saldos previstos nessas atas, considerando tanto os aspectos internos à Central de Compras quanto as variáveis relacionadas à realidade organizacional dos órgãos demandantes, e investigando se o tipo desses órgãos exerce influência sobre a utilização das ARPs. A metodologia adotada tem abordagem quantitativa, com delineamento descritivo e explicativo, utilizando como instrumentos um survey eletrônico aplicado aos servidores da área de compras e a análise de dados históricos do sistema SGARP. A técnica de Análise Fatorial Exploratória foi utilizada para agrupar percepções e identificar padrões nos fatores considerados relevantes. Os principais resultados apontam um conjunto de fatores que impactam a efetividade das ARPs, entre os quais se destacam a ausência de manuais padronizados, a rotatividade de pessoal nas áreas de compras, a necessidade de maior clareza e divulgação nos fluxos operacionais da Central, fragilidades na comunicação institucional com os órgãos partícipes, especificações inadequadas dos itens licitados, desafios na precificação e avaliação de propostas, e entraves logísticos como a baixa demanda e a duração dos processos licitatórios. As análises estatísticas não demonstraram significância entre o tipo de órgão e a percepção sobre esses fatores, evidenciando que a maturidade institucional não influencia diretamente a utilização das atas. A pesquisa conclui que, embora o modelo de ARP tenha forte potencial para promover a eficiência nas contratações públicas, sua utilização efetiva depende de condições estruturais mínimas, padronização, capacitação continuada e comunicação integrada entre a Central e os órgãos participantes. Os achados também contribuem para o debate acadêmico sobre compras públicas e fornecem subsídios práticos para o aperfeiçoamento das políticas de aquisição governamental.



Palavras chave: Sistema de Registro de Preços; compras públicas; compras governamentais; Atas de Registro de Preços; Intenção de Registro de Preços; administração pública



ABSTRACT

PRICE REGISTRATION IN THE CENTRAL PROCUREMENT OFFICE OF THE FEDERAL DISTRICT (BRAZIL): A CASE STUDY ON THE MANAGEMENT OF REGISTRATION RECORDS

This dissertation analyzes the management of Price Registration Minutes (ARPs) by the Central Purchasing Unit of the Federal District between 2019 and 2023, within the framework of the Price Registration System (SRP), a widely used instrument in public administration to optimize procurement through centralized and shared contracting. The research stems from the observation that, despite the expected benefits of the SRP — such as transparency, economies of scale, and efficiency — there is significant underutilization of the quantities recorded in the ARPs by participating agencies. The main objective of the study is to identify and analyze the administrative factors that influenced the non-utilization of the planned balances in these minutes, considering both internal aspects of the Central Purchasing Unit and variables related to the organizational reality of the requesting agencies, while also investigating whether the type of agency affects ARP utilization. The methodology follows a quantitative approach with a descriptive and explanatory design, employing an electronic survey applied to procurement staff and historical data analysis from the SGARP system. Exploratory Factor Analysis was used to group perceptions and identify patterns among relevant factors. The main results reveal a set of factors that impact ARP effectiveness, notably: the absence of standardized manuals, high staff turnover in procurement departments, the need for greater clarity and communication of the Central's operational processes, weaknesses in institutional communication with participating agencies, inadequate item specifications, challenges in pricing and proposal evaluation, and logistical barriers such as low demand and lengthy procurement processes. Statistical analyses did not show a significant relationship between the type of agency and perceptions of these factors, indicating that institutional maturity does not directly influence ARP utilization. The study concludes that, although the ARP model has strong potential to enhance efficiency in public procurement, its effective use depends on minimum structural conditions, standardization, ongoing training, and integrated communication between the Central Purchasing Unit and participating agencies. The findings also contribute to the

academic debate on public procurement and offer practical insights for improving government acquisition policies.

Keywords: Price Registration System; public procurement; government Procurement; Price Registration Records; Intention to Register Prices; public administration.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFE	Análise Fatorial Exploratória
ARP	Ata de Registro de Preços
CGDF	Controladoria Geral do Distrito Federal
IRP	Intenção de Registro de Preços
PLS	Plano de Suprimentos
SEEC	Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal
SGARP	Sistema de Gestão de Atas de Registro de Preços
SRP	Sistema de Registro de Preços
UCI	Unidade de Controle Interno

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Estrutura organizacional do SRP	51
Figura 2 Questionário de avaliação produzido pela Direp/SEEC	68
Figura 3 Estratégia de propulsão de respondente por semana	85
Figura 4 Mapa de calor das carga fatorais da \square	101
Figura 5 Distribuição de percentuais de utilização das ARP por ano	151
Figura 6 Duração do Processo Licitatório – Conclusão do IRP x Publicação da ARP	154

LISTA DE QUADROS

Quadro 1

Relação de Hipóteses

.....37

Quadro 2

Percentual de Utilização de Saldo de ARPs por ano e por órgão

.....45

Quadro 3

Classificação dos 103 órgãos por tipo

.....53

Quadro 4

Variáveis de estudo

.....69

Quadro 5

Classificação das questões e sessões do questionário

.....71

Quadro 6

Categorização da questão aberta por análise de conteúdo

.....144

Quadro 7

Conclusão sobre os Objetivos Específicos e Hipóteses

.....169

Quadro 8

Hipóteses Emergentes Confirmadas na Análise

.....174

Quadro 9

Recomendações à Central de Compras do DF

.....180

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Percentual de Utilização de Saldo de ARPs	26
Tabela 2 Resultado do perfil funcional dos respondentes	89
Tabela 3 Análise dos Fatores Extraídos, Temas Interpretados e Confiabilidade	102
Tabela 4 Análise descritiva da percepção dos respondentes – Fator 1	110
Tabela 5 Análise descritiva da percepção dos respondentes – Fator 2	115
Tabela 6 Análise descritiva da percepção dos respondentes – Fator 3	123
Tabela 7 Análise descritiva da percepção dos respondentes – Fator 4	128
Tabela 8 Análise descritiva da percepção dos respondentes – Fator 5	132
Tabela 9 Análise descritiva da percepção dos respondentes – Fator 7	137
Tabela 10 Análise descritiva da percepção dos respondentes – Fator 8	140
Tabela 11 Dados da categorização da pergunta aberta	144
Tabela 12 Distribuição percentual das ARPs por faixa de utilização	150
Tabela 13 Distribuição de dias de duração da licitação por faixa de utilização	154
Tabela 14 Média anual de utilização de ARPs por tipo de órgão	159
Tabela 15 Regressão Linear – Tipo de órgão X Percentual de utilização	161

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	22
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	23
1.2 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	26
1.3 JUSTIFICATIVA	28
1.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	30
1.5 ENUNCIÇÃO DOS OBJETIVOS.....	32
1.5.1 OBJETIVO GERAL.....	32
1.5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	32
2. HIPÓTESES DO ESTUDO	35
3. REFERENCIAL TEÓRICO	40
4. MÉTODO.....	65
4.1 NATUREZA E ABORDAGEM DA PESQUISA.....	65
4.2 FUNDAMENTAÇÃO EMPÍRICA: DADOS E TÉCNICAS DE COLETA.....	67
4.2.1 QUESTIONÁRIO ELETRÔNICO ONLINE (SURVEY)	67
4.2.1.1 INSTRUMENTO DE PESQUISA.....	67
4.2.1.2 CRIAÇÃO E CONDUÇÃO DO GRUPO FOCAL PARA VALIDAÇÃO DO QUESTIONÁRIO.....	78
4.2.1.3 UNIVERSO E AMOSTRA	82
4.2.1.4 ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO DE RESPONDENTES	83
4.2.2 EXTRAÇÃO DE DADOS DA BASE DO SISTEMA SGARP.....	86
4.2.2.1 INSTRUMENTO DE PESQUISA.....	86
4.2.2.2 VARIÁVEIS DE INTERESSE	86
4.2.2.3 UNIVERSO DOS DADOS	87
4.3 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	88
4.3.1 DADOS DO QUESTIONÁRIO ONLINE	88
4.3.2 DADOS DA BASE DO SISTEMA SGARP.....	95

SUMÁRIO

5. RESULTADOS DA PESQUISA..... 99

5.1 AGRUPAMENTO DE VARIÁVEIS PERCEBIDAS COMO RELEVANTES À UTILIZAÇÃO DAS ARPS POR MEIO DA ANÁLISE FATORIAL EXPLORATÓRIA **100**

5.2 ANÁLISE DESCRITIVA DOS FATORES INTERPRETADOS SOBRE AS PERCEPÇÃO DOS RESPONDENTES - SRP NO ÂMBITO DA CENTRAL DE COMPRAS DO DF **108**

5.3 IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES ADMINISTRATIVOS DEFINIDOS NA PERGUNTA ABERTA DENTRE A PERCEPÇÃO DOS RESPONDENTES **143**

5.4 ANÁLISE DESCRITIVA SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DAS ARPS POR PERCENTUAL DE UTILIZAÇÃO **149**

5.5 ANÁLISE DESCRITIVA SOBRE A RELAÇÃO UTILIZAÇÃO DAS ARP X DURAÇÃO DA LICITAÇÃO **153**

5.6 ANÁLISE DESCRITIVA E ESTATÍSTICA SOBRE A RELAÇÃO UTILIZAÇÃO DAS ARPS X TIPO DE ÓRGÃO **158**

6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....164

6.1 OBJETIVO ESPECÍFICO 1: FATORES ASSOCIADOS À CENTRAL DE COMPRAS DO DF **164**

6.2 OBJETIVO ESPECÍFICO 2: FATORES ASSOCIADOS AOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES DAS ARPS..... **167**

6.3 OBJETIVO ESPECÍFICO 3: RELAÇÃO UTILIZAÇÃO DE ARP E TIPO DE ÓRGÃO **168**

7. CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS 177

REFERÊNCIAS.....184

APÊNDICES..... 195



1

INTRODUÇÃO

A introdução deste estudo está organizada em cinco partes. A primeira parte apresenta a contextualização do tema, situando a centralização das compras governamentais como uma prática adotada em diversos países com o objetivo de promover maior eficiência, transparência e economia nas contratações públicas. Destaca-se a evolução histórica do modelo, com foco no contexto do Distrito Federal, especialmente no uso do Sistema de Registro de Preços (SRP) pela Central de Compras como instrumento estratégico para viabilizar contratações compartilhadas. Na segunda parte, expõe-se o problema de pesquisa a partir da constatação da não utilização da maioria dos quantitativos registrados nas Atas de Registro de Preços (ARPs) pelos órgãos participantes, entre os anos de 2019 e 2023. A partir disso, formula-se a pergunta norteadora do estudo, buscando identificar os fatores administrativos que influenciam esse comportamento. A terceira parte traz a justificativa do estudo, ressaltando sua relevância tanto do ponto de vista prático quanto acadêmico. A pesquisa contribui para o aprimoramento da gestão das compras públicas ao identificar obstáculos que comprometem a efetividade das ARPs e pode subsidiar políticas públicas mais aderentes à realidade dos órgãos participantes. Na quarta parte, são apresentadas as delimitações da pesquisa. O estudo foca exclusivamente em fatores administrativos, excluindo aspectos subjetivos de difícil mensuração, como comportamentos individuais. O recorte temporal compreende os anos de 2019 a 2023, período correspondente a uma mesma gestão do Poder Executivo do Distrito Federal, o que favorece a homogeneidade da análise. Por fim, a quinta parte enuncia os objetivos da pesquisa, destacando o objetivo geral de identificar e analisar os fatores administrativos que influenciaram a não utilização dos quantitativos registrados nas ARPs. Também são definidos os objetivos específicos, que desdobram o problema de pesquisa em etapas analíticas voltadas à investigação tanto de aspectos internos à Central de Compras quanto da percepção dos órgãos participantes.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

O termo central de compras governamentais remete ao lugar ou órgão onde as aquisições de bens e serviços ocorrem pelo poder público de forma centralizada a fim de concentrar e atender às demandas de outras unidades ou órgãos participantes.

A ideia de centralizar as compras governamentais não é nova. A centralização de compras vem ocorrendo em processo gradual e se desenvolvendo ao longo do tempo e em vários países. E conforme esse desenvolvimento foi ocorrendo percebeu-se maior transparência e economia de escala nas aquisições de bens ou serviços comuns no setor público.

Nos Estados Unidos da América, após vencer dificuldades culturais, foi criada, por volta de 1949, a *General Services Administration* (GSA), com o intuito de promover e formalizar a centralização de compras governamentais, bem como a elaboração de políticas e estratégias (Ferrer, 2013).

Estima-se que, naquele país, a duplicação ou justaposição de sistemas e portais geram perdas de pelo menos US\$ 8 bilhões ao ano, e que se fazia necessário o ganho de escala, eliminando os desperdícios gerados pela multiplicação das compras (Ferrer, 2013).

Já o Reino Unido, no século XIX, criou a *Crown Agents for the Colonies* com a missão de gerenciar as compras e os suprimentos para as colônias, que até então tinham sido confiadas por elas separadamente a agentes individuais (Ponko, Jr., 1967). Com o tempo essa agência evoluiu para também realizar compras de forma centralizadas a diversos departamentos do Reino Unido, surgindo a *Crown Commercial Service* (CCS).

No Brasil, o Sistema de Serviços Gerais (SISG) foi instituído em 1967 pelo Decreto-Lei nº 200, com a finalidade de coordenar e centralizar as atividades de compras e serviços gerais no âmbito do Governo Federal. Esse marco representou o início da organização de processos que visavam maior eficiência nas aquisições públicas (Brasil, 1967).

Mais recentemente, em 2012, o Governo Federal deu início ao desenvolvimento de novas estratégias para aprimorar a centralização das compras públicas, culminando, em 2014, na criação da Central de

Compras e Contratações do Governo Federal (Central). Esse órgão passou a desempenhar um papel central na modernização e racionalização das aquisições governamentais federais.

A centralização das compras governamentais busca continuamente atingir uma série de objetivos, entre os quais destacam-se a maximização de economia de escala, visando à redução de preços, a mitigação de despesas excessivas decorrentes de múltiplas licitações, a simplificação e padronização de processos — o que diminui a necessidade de controles adicionais —, além da otimização da gestão dos recursos públicos, proporcionando maior desempenho e transparência na administração.

Em 1999, por meio da Lei Distrital nº 2.340/1999, foi instituída a Central de Compras e Licitações do Distrito Federal. Sua criação teve como objetivo centralizar os processos licitatórios de compras, obras e serviços destinados à Administração Direta, Autárquica e Fundacional, além das Empresas Públicas do Distrito Federal (Distrito Federal, 1999).

Dentre os mecanismos utilizados pela Central de Compras do Distrito Federal para viabilizar as contratações compartilhadas, destaca-se o SRP, em geral, processado por meio da modalidade licitatória "pregão". O SRP possibilita a contratação conforme a necessidade da Administração, sem a obrigatoriedade de que o fornecimento ocorra de imediato ou de forma integral.

Podemos ilustrar um exemplo prático de aplicação do SRP na aquisição de materiais de expediente. Em um cenário hipotético, a Central de Compras do Distrito Federal poderia iniciar um processo de Intenção de Registro de Preços (IRP) para itens como canetas, clipes e envelopes, comunicando todos os órgãos governamentais sobre a oportunidade de manifestarem suas demandas.

Os órgãos participantes submetem suas necessidades de maneira detalhada, especificando as quantidades exatas de cada item requisitado, acompanhadas de justificativas robustas e da metodologia adotada para fundamentar suas demandas. Finalizado o prazo de manifestação, o órgão gerenciador procede à consolidação de todas as solicitações, formalizando o conjunto de demandas, elaborando artefatos como termo de referência e dando início aos trâmites necessários para a realização de um SRP por meio de licitação na modalidade pregão.

Concluído o certame licitatório, são estabelecidos e registrados os preços, os fornecedores e as condições pactuadas, culminando na elaboração de uma ARP. Com a formalização da ARP, os órgãos participantes podem então efetivar o consumo dos itens registrados, respeitando os quantitativos previamente manifestados na IRP e observando o limite das quantidades informadas. Essas aquisições concretizam-se por meio da formalização de contratos ou da emissão de notas de empenho diretamente com os fornecedores vencedores, ajustando-se à demanda específica de cada órgão conforme as suas necessidades administrativas.

É relevante enfatizar que a não utilização dos saldos registrados em ARPs pelos órgãos participantes não gera quaisquer obrigações contratuais ou sanções. A utilização das ARPs é facultativa e a efetivação das contratações está diretamente condicionada às necessidades específicas, ao planejamento orçamentário e às prioridades estratégicas de cada órgão. Dessa forma, a decisão de contratar os itens registrados nas ARPs deverá ocorrer de acordo com a conveniência administrativa e o contexto operacional de cada unidade, preservando a flexibilidade e a autonomia na gestão de suas aquisições.

No que concerne à Lei de Licitações e Contratos (Lei n.º 14.133/2021), a despeito de sua publicação em 1º de abril de 2021, conforme o regime de transição estabelecido em seu art. 191, os entes públicos puderam escolher entre adotar a nova norma ou seguir as legislações anteriores, desde que a opção fosse realizada até o dia 30 de dezembro de 2023. Esse foi o caso da Central de Compras do Distrito Federal, que, até dezembro de 2023, realizou pregões de SRP exclusivamente sob a antiga Lei de Licitações (Lei n.º 8.666/1993). A partir de janeiro de 2024, a Lei n.º 14.133/2021 passou a ser a única norma aplicável às contratações públicas, revogando a Lei n.º 8.666/1993, a Lei do Pregão (Lei n.º 10.520/2002), o RDC (Lei n.º 12.462/2011) de forma expressa, conforme artigo 193 da nova lei, e os demais instrumentos jurídicos correlatos.

Com o início da vigência da Lei n.º 14.133/2021, o SRP no âmbito do Distrito Federal, que até 2023 era regulamentado pelo Decreto Distrital n.º 39.103, de 06 de junho de 2018 (Distrito Federal, 2018), passou a ser regido pelo Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023 (Distrito Federal, 2023).

Considerando que, até a data de entrega da dissertação proposta, apenas as ARPs publicadas em 2023 terão seus consumos concluídos, enquanto as ARPs de 2024 ainda estarão ativas e sem dados conclusivos de utilização para o ano, este projeto de dissertação tomará como referência normativa exclusivamente as ARPs regidas pelo Decreto Distrital nº 39.103, de 6 de junho de 2018 (Distrito Federal, 2018), e pela Lei nº 8.666/1993 (Brasil, 1993).

1.2 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

A Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SEEC), por meio da Subsecretaria de Compras Governamentais, exerce a função de órgão central na gestão das compras públicas, adotando a modalidade do SRP como estratégia para a aquisição de bens e serviços comuns. Nesse contexto, são publicadas ao longo do exercício diversas IRPs, instrumentos que operam como mecanismos de planejamento participativo, permitindo que os órgãos da administração pública registrem suas demandas e estimativas de consumo. A consolidação dessas informações subsidia a formação das ARPs, formalizando os quantitativos atribuídos a cada órgão participante.

Os itens registrados permanecem disponíveis para utilização à medida que as demandas se concretizam, promovendo maior agilidade, previsibilidade e eficiência nos processos de aquisição. Contudo, a análise histórica da execução dessas atas evidencia uma redução na taxa de utilização depois de 2019, quando o índice de aproveitamento alcançou 66%, sendo que o consumo efetivo dos itens registrados permaneceu abaixo da metade do total estimado e, em 2023, que superou ligeiramente a marca de 50%. A seguir, na Tabela 1, são apresentados os percentuais de utilização das ARPs ao longo do tempo, bem como as variações percentuais negativas em comparação aos anos anteriores:

Tabela 1 – Percentual de Utilização de Saldo de ARPs		
Ano*	% de utilização	Diferença % de utilização em relação ao último ano
2019	66,45	-
2020	48,70	17,75

2021	43,63	5,07
2022	42,29	1,34
2023	50,32	-8,03

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do sistema SGARP (2024)

*Referente ao ano da publicação do extrato da ARP

Os dados utilizados neste estudo não estão disponíveis publicamente; a autora teve acesso a eles devido à sua vinculação à SEEC e ao acesso ao sistema SGARP. Contudo, conforme estabelecido pela Lei Distrital nº 4.990, de 12 de dezembro de 2012 (Distrito Federal, 2012), em consonância com a Lei Federal nº 12.527, de 2011 (Brasil, 2011), Lei de Acesso à Informação – LAI, qualquer cidadão pode solicitar acesso a essas informações junto à SEEC ou por meio do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), que opera nas ouvidorias do GDF.

Embora o modelo de SRP não imponha obrigatoriedade de aquisição dos itens pactuados, recomenda-se que os quantitativos informados nas fases preliminares estejam alinhados às reais possibilidades orçamentárias e às perspectivas aproximadamente concretas de contratação por parte dos órgãos. Tal alinhamento é considerado uma prática essencial à credibilidade e à efetividade do instrumento, contribuindo para a mitigação de riscos e prejuízos aos fornecedores, cujas expectativas logísticas, operacionais e comerciais são fundamentadas nas estimativas estabelecidas em edital.

A não utilização dos quantitativos registrados em ata implica o desvirtuamento do próprio instrumento da ata, no âmbito dos objetivos da Central de Compras do DF, que deixa de refletir uma expectativa concreta de aquisição e passa a funcionar como mero “reserva de conveniência”, onerando desnecessariamente os fornecedores participantes, que podem se preparar para o atendimento de uma demanda incerta, e sobrecarregando a Administração com processos que não geram efeitos práticos.

Ademais, cabe à Central de Compras do Distrito Federal assegurar a efetividade de suas contratações, promovendo o uso racional das ARPs como ferramenta de otimização da despesa pública. A mera formalização de preços, dissociada de uma execução consistente, compromete os objetivos da política de compras centralizadas nos moldes intencionados pela aquela central de compras, tornando o instrumento ineficiente e, em muitos casos,

desnecessário. Ressalte-se, também, que a elaboração e a manutenção das atas demandam o emprego de recursos públicos e envolvem o tempo e a atuação de servidores públicos; sua subutilização, portanto, representa não apenas um desperdício material e humano, mas também uma perda de oportunidade para a administração alcançar melhores condições comerciais por meio da economia de escala.

Diante de tal contexto, emerge a seguinte pergunta-problema da presente pesquisa:

Quais fatores relativos à gestão administrativa influenciaram, no período de 2019 a 2023, os órgãos participantes a não acionarem os seus respectivos quantitativos previstos nas ARPs gerenciadas pela Central de Compras do Distrito Federal?

1.3 JUSTIFICATIVA

A escolha do tema relacionado à centralização das compras governamentais e à utilização das ARPs justifica-se pela relevância estratégica que esse modelo de aquisição possui para a administração pública. A centralização das aquisições públicas tem como propósito fomentar a transparência e potencializar ganhos de escala, elementos essenciais à racionalização dos recursos estatais. No entanto, a constatação de uma redução progressiva na utilização das ARPs entre os anos de 2019 e 2022 — conforme evidenciado pelos dados da Central de Compras do Distrito Federal apresentados na Tabela 1 — suscita reflexões relevantes acerca da efetividade desse instrumento de contratação.

É importante destacar que a não utilização ou a baixa utilização do quantitativo registrado em uma ata não deve, por si só, ser interpretada como um indicativo de falha na condução do processo de registro de preços. Podem existir fatores administrativos, organizacionais ou conjunturais que justifiquem o não acionamento do saldo registrado. Identificar e analisar os fatores que influenciam a não utilização das ARPs, sem necessariamente emitir juízo de valor quanto à pertinência dos objetos contratados, é importante para compreender as causas subjacentes a esse fenômeno.

Nesse contexto, cabe reforçar, conforme já mencionado na apresentação do problema de pesquisa, que as contratações realizadas por meio da Central de Compras, via Sistema de SRP, não se destinam

exclusivamente a atender demandas emergenciais ou reservas estratégicas. Pelo contrário, o instrumento é amplamente utilizado para a aquisição de bens e serviços comuns, com o intuito de garantir a disponibilidade desses itens ao longo da vigência da ARP, conforme o planejamento das unidades demandantes. Ainda que a utilização das atas não seja obrigatória, a existência da ARP cria legítimas expectativas nos fornecedores homologados, os quais dimensionam sua produção e sua estrutura de atendimento com base nas quantidades registradas. Assim, embora o uso das atas seja facultativo, a responsabilidade administrativa com os custos envolvidos e o compromisso com os fornecedores demandam uma atuação planejada e coerente por parte da administração.

A Central de Compras do Distrito Federal dispõe de uma unidade técnica especializada responsável pela análise e validação dos quantitativos apresentados pelos órgãos participantes. Essa análise não se limita à verificação dos números estimados, mas envolve a exigência de justificativas técnicas e metodologias de cálculo que demonstrem a aderência ao consumo histórico e ao planejamento vigente, como os Planos de Contratações Anuais (PCAs). Essa exigência visa assegurar que os pedidos estejam fundamentados em algum nível de planejamento institucional, conferindo maior credibilidade e consistência ao processo. Tal rigor metodológico atende também às exigências dos órgãos de controle, como as Unidades de Controle Interno (UCI), que constantemente cobram da Central de Compras evidências do alinhamento entre as quantidades registradas e as reais necessidades institucionais. Além disso, essas instâncias fiscalizadoras avaliam a qualidade da análise técnica realizada, alertando para o risco de contratações desalinhadas com a realidade — seja pelo excesso (quantitativos exorbitantes) ou pela deficiência (quantitativos ínfimos) de estimativas.

No que diz respeito ao percentual de utilização das atas, é relevante esclarecer que a Central de Compras do Distrito Federal não adota como meta alcançar 100% de consumo do saldo registrado. Um índice de utilização total pode, inclusive, indicar falhas de planejamento, sugerindo que as quantidades estimadas foram insuficientes para atender às necessidades reais dos órgãos. O objetivo, portanto, não é a exaustão completa do saldo, mas sim garantir que o objeto esteja disponível de forma tempestiva e suficiente, atendendo às demandas à medida em que se concretizam, e buscando alcançar o

maior percentual de consumo possível dentro de parâmetros da utilidade prática da ata.

No contexto da Central de Compras do Distrito Federal adota-se um critério técnico baseado na eficiência do instrumento. Itens cuja taxa de utilização é inferior a 10% do quantitativo registrado são automaticamente excluídos das licitações subsequentes. Nessas situações, eventuais necessidades desses itens deverão ser supridas por meio de processos licitatórios autônomos, conduzidos individualmente pelos órgãos demandantes. Tal prática, embora busque racionalizar o portfólio de itens registrados, pode comprometer os potenciais ganhos de escala e elevar os custos operacionais, contrariando os princípios que fundamentam a centralização das compras públicas.

Assim, analisar os fatores administrativos internos e externos, à Central de Compras, que influenciam o não acionamento do saldo das ARPs é essencial para aprimorar as práticas de gestão e garantir que o SRP cumpra seu objetivo de facilitar contratações mais ágeis e econômicas. Além disso, a pesquisa pode contribuir para o entendimento de como as percepções dos gestores e servidores afetam a utilização desse sistema, oferecendo subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e ajustadas às realidades institucionais.

1.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

O percentual de utilização das ARPs pode variar significativamente em função de fatores como o órgão participante, a natureza do objeto contratado, o valor previsto, o período de execução, etc. Um percentual de uso reduzido pode ser interpretado como um indicador de desempenho insatisfatório na gestão da ARP, uma vez que sugere que a maior parte dos itens registrados não foi utilizada. Esse cenário pode gerar desperdício de recursos, considerando que tempo e esforço foram despendidos no processo licitatório, mas o uso efetivo dos itens ficou muito abaixo do esperado.

Entretanto, como a utilização das ARPs não é obrigatória, determinar um percentual ideal de execução torna-se uma tarefa subjetiva e complexa. A definição de um nível de uso considerado satisfatório pode variar de acordo com as práticas e expectativas de cada instituição ou setor. Embora a presente pesquisa não tenha como escopo estabelecer um percentual ideal de utilização das ARPs

gerenciadas pela Central de Compras pelos órgãos participantes, reconhece-se a relevância desse tema para investigações futuras. A definição desse parâmetro possibilita a identificação de contextos nos quais a utilização das ARPs revela-se inferior ao potencial inicialmente projetado, permitindo uma análise mais acurada acerca do desempenho e da efetividade desse instrumento no âmbito das contratações públicas. Nesse sentido, a presente pesquisa delimita-se à investigação dos fatores que levam os órgãos participantes a deixarem de utilizar a totalidade de seus quantitativos registrados em ARPs, excluindo-se de seu escopo comparações com percentuais ideais de utilização ou expectativas previamente estabelecidas.

Em relação à delimitação temporal, o SGARP reúne dados sobre ARP desde 2017. Contudo, para analisar os fatores administrativos que influenciam a utilização das ARPs, a pesquisa será restrita ao período de 2019 a 2023, correspondente ao período de uma gestão do Poder Executivo Distrital nesse intervalo. Tal recorte temporal visa evitar comparações entre diferentes gestões, uma vez que o foco da investigação está na identificação dos fatores que contribuíram para o não acionamento dos saldos das ARPs, pelos órgãos participantes, e não na avaliação de políticas de diferentes governos.

A delimitação do tema da pesquisa exclusivamente aos fatores administrativos, se justifica pela própria natureza da investigação, cujo foco é analisar a gestão administrativa e seus processos no contexto das ARPs da Central de Compras do Distrito Federal. Embora outros fatores, como questões sociológicas e comportamentais, possam influenciar no acionamento dos saldos registrados das ARPs, esses aspectos são de difícil mensuração objetiva e fogem ao escopo de um estudo centrado na avaliação de práticas de gestão. A complexidade de mensurar com precisão fatores como comportamentos individuais, cultura organizacional ou fatores pessoais torna inviável incluí-los neste estudo de forma rigorosa e controlada.

A pesquisa, portanto, concentra-se em variáveis que podem ser claramente analisadas dentro dos processos de gestão, como a descrição dos objetos constantes nas ARPs, o conhecimento institucional sobre essas atas, o planejamento das aquisições e a adequação orçamentária, além de fatores relacionados à legislação e à incompatibilidade entre os preços registrados e os praticados no mercado. Tais aspectos, diretamente relacionados à gestão administrativa, possibilitam uma análise objetiva e estruturada, em

conformidade com a metodologia científica e os objetivos do estudo. Essa abordagem mantém o rigor científico necessário, evitando a inclusão de variáveis subjetivas de difícil mensuração, que poderiam sobrecarregar o estudo e comprometer sua precisão.

Ressalta-se, ainda, que esta pesquisa se configura como um estudo de caso específico da Central de Compras do Distrito Federal, cuja estrutura, procedimentos e diretrizes próprias podem moldar a forma como o SRP é operacionalizado no âmbito distrital. É importante considerar que a forma de gerenciamento do SRP pode variar significativamente entre os entes da federação, tanto em relação aos seus objetivos estratégicos quanto ao seu escopo, propósito institucional, modelo de governança, critérios de priorização de demandas, metodologias de planejamento, mecanismos de controle e até mesmo quanto à lógica de monitoramento da utilização das atas. Assim, os achados e reflexões decorrentes desta pesquisa devem ser interpretados à luz das particularidades, aqui apresentadas, da Central de Compras do Distrito Federal. Assim, eventuais análises comparativas ou tentativas de aplicação dos achados desta pesquisa em outras realidades devem considerar cuidadosamente os elementos de convergência entre os contextos, avaliando em que medida há similaridades institucionais, operacionais e normativas que justifiquem essa aproximação.

1.5 ENUNCIÇÃO DOS OBJETIVOS

1.5.1 OBJETIVO GERAL

Identificar e analisar os fatores relativos à gestão administrativa que influenciaram, no período de 2019 a 2023, os órgãos participantes a não acionarem os seus respectivos quantitativos previstos nas ARPs gerenciadas pela Central de Compras do Distrito Federal.

1.5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para garantir o alcance do objetivo geral desta pesquisa, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos, os quais detalham as etapas necessárias para a construção do estudo e a obtenção de resultados consistentes. Esses objetivos visam aprofundar a compreensão do tema, estruturar a metodologia de investigação e fornecer subsídios para a análise crítica dos dados coletados.

- a) Identificar os principais fatores internos à Central de Compras que contribuíram para o não acionamento do saldo das ARPs no período analisado;**
- b) Avaliar a percepção dos gestores e dos servidores responsáveis pela gestão e pela execução operacional dos processos de compras nos órgãos participantes, fatores internos a estes órgãos, com foco específico no uso das ARPs em suas contratações;**
- c) Verificar se as possíveis dificuldades operacionais e de gestão enfrentadas pelos órgãos participantes na utilização das ARPs possuem relação com o tipo de órgão, seja Secretaria de Estado, Administração Regional ou Órgão Especial.**

O capítulo introdutório apresenta o contexto e os fundamentos da pesquisa sobre a não utilização das ARPs no âmbito da Central de Compras do Distrito Federal, estruturando-se em cinco partes. Inicialmente, aborda a centralização das compras governamentais como prática adotada em diversos países para garantir eficiência, economia e transparência, destacando sua evolução histórica e o papel do SRP no Brasil e no Distrito Federal. Em seguida, explicita o problema de pesquisa, centrado na redução progressiva da taxa de utilização das ARPs entre 2019 e 2023, e formula a pergunta norteadora sobre os fatores administrativos que influenciam esse fenômeno. A justificativa ressalta a importância estratégica da pesquisa para aprimorar a gestão pública e fundamentar políticas mais eficazes. A delimitação restringe o estudo a fatores administrativos mensuráveis, excluindo variáveis comportamentais, com foco temporal entre 2019 e 2023, correspondente a uma única gestão do Executivo local. Por fim, são apresentados os objetivos geral e específicos, os quais buscam identificar causas internas e externas à Central de Compras que comprometeram a efetividade das ARPs, considerando também a percepção dos gestores e as diferenças entre os tipos de órgãos participantes.



?

2

HIPÓTESES DO ESTUDO

O não acionamento, total ou parcial, dos quantitativos disponíveis nas ARPs pelos órgãos participantes configura uma questão de significativa relevância para a gestão da Central de Compras do DF. Essa tendência levanta questões fundamentais sobre as causas subjacentes e os potenciais impactos na eficácia desse instrumento de contratação pública, conforme discutido anteriormente.

Diversos fatores podem estar influenciando esses índices, desde mudanças nas políticas governamentais até questões operacionais e estruturais enfrentadas pelos órgãos envolvidos e/ou pela Central de Compras. Nesse sentido, explorar as hipóteses por trás do não acionamento dos saldos registrados torna-se crucial para compreender melhor os desafios enfrentados na gestão das ARPs.

Uma das hipóteses mais relevantes refere-se à descrição inadequada dos itens contratados por meio de SRP, que muitas vezes não atendem plenamente às necessidades dos órgãos. As ARPs são renovadas anualmente, e seus objetos e itens são mantidos, com apenas pequenas atualizações. Embora a renovação vise garantir a continuidade na disponibilidade de insumos e serviços, a falta de revisões e recatologações constantes dos itens pode resultar na obsolescência dos objetos de contratação. Conseqüentemente, isso torna esses itens desinteressantes ou inadequados para os órgãos participantes ao longo da vigência da ARP, contribuindo para o não acionamento dos saldos.

Outro fator que poderia estar influenciando na reduzida utilização dessas atas é a possibilidade de o órgão desconhecer que é participante de alguma ARPs, inclusive não compreender os impactos e os contornos operacionais envolvendo o acionamento dos itens registrados. A falta de gestão do conhecimento interno em certos órgãos, aliada à rotatividade de pessoal, pode levar à perda do entendimento dos conceitos relacionados às IRPs e à participação em ARPs.

Pretende-se também avaliar se a eventual defasagem dos preços registrados das ARPs, face aos valores praticados no mercado

tem conduzido o órgão a buscar alternativas externas para atender às suas necessidades. É possível que, durante o processo licitatório, os preços oferecidos pelas empresas licitantes permaneçam acima dos valores de mercado, embora ainda estejam abaixo das estimativas da pesquisa de preços. Nesse contexto, um preço superior ao praticado no mercado pode induzir o órgão participante, ainda que esteja formalmente vinculado à obrigatoriedade de contratar exclusivamente por meio da ARP quando disponível, a buscar alternativas de contratação que ofereçam maior economicidade nas contratações.

Uma outra hipótese a ser abordada neste projeto de dissertação é que, ao longo do período de vigência da ARP, podem ter ocorrido alterações internas nos projetos dos órgãos, nas quais a prioridade dada à utilização desse instrumento foi relegada. Como exemplos, é possível destacar: a) a instabilidade da gestão das áreas envolvidas nas compras dos órgãos provoca mudanças de planejamento; b) realocações orçamentárias para outras finalidades; c) mudança legal entre a manifestação de interesse na IRP e a publicação da ARP; e d) falta de planejamento, durante a manifestação de quantidades que não correspondem à realidade operacional do órgão, informando quantitativos superiores à essas necessidades.

A hipótese de que há uma correlação entre o consumo das ARPs e o tipo de órgão envolvido sugere que certas entidades públicas, devido à sua natureza organizacional e administrativa, tendem a utilizar as atas de forma mais eficaz e frequente. A disparidade no uso pode ser atribuída a fatores como a capacidade administrativa, a estrutura interna e o nível de experiência desses órgãos em lidar com processos burocráticos e de compras. Órgãos mais robustos, como Secretarias de Estado, podem ter uma estrutura mais consolidada, com equipes técnicas especializadas e recursos mais adequados para navegar pelos procedimentos exigidos pelas ARPs.

Por outro lado, órgãos com estruturas mais enxutas e recursos escassos, tendem a encontrar maiores dificuldades, desde a falta de pessoal qualificado para lidar com os processos de compras até a carência de sistemas e ferramentas adequadas para acompanhar e executar corretamente as ARPs. Além disso, a burocracia pode ser percebida como mais complexa nesses órgãos, onde a falta de clareza sobre os procedimentos e a baixa compreensão do conceito de SRP podem levar a uma subutilização das ARPs.

Por fim, em resumo, as hipóteses a serem examinadas neste projeto em relação aos fatores que podem levar à não utilização das ARPs, estão descritas no Quadro 1, conforme segue abaixo:

Quadro 1 – Relação de Hipóteses	
Hipótese	Descrição
H1	Os valores registrados nas ARPs encontram-se superiores aos praticados pelo mercado, o que motivou a adoção de soluções alternativas externas para a realização das contratações.
H2	As descrições dos itens constantes nas ARPs não se mostraram adequadas às necessidades específicas do órgão, o que motivou a adoção de outros instrumentos de contratação em detrimento da utilização das atas.
H3	As alterações internas nos projetos dos órgãos participantes, presumivelmente decorrentes de decisões de cunho político e da instabilidade na gestão das unidades responsáveis pelas aquisições, impactaram o consumo das ARPs.
H4	A alta rotatividade de servidores nos órgãos, aliada à ausência de manuais operacionais e de ações contínuas de capacitação, impactou o aproveitamento ARPs.
H5	O desconhecimento do SRP, a preferência por processos de compras mais rápidos e flexíveis pelos gestores e a percepção dos servidores operacionais de que as ARPs são burocráticas e complexas podem influenciar na utilização desse instrumento.
H6	Há uma correlação entre o consumo das ARPs e o tipo de órgão envolvido, na qual determinados órgãos apresentam indicadores superiores de utilização em comparação a outros. Esses órgãos, além de utilizarem as ARPs com mais frequência, enfrentam menos obstáculos e dificuldades no processo de aquisição e contratação.

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Este capítulo buscou sintetizar um conjunto de hipóteses que buscam explicar as razões que podem levar à não utilização dos saldos registrados em ARPs, da Central de Compras do Distrito Federal, pelos órgãos participantes, destacando fatores como descrições inadequadas dos itens, preços defasados, desconhecimento institucional, ausência de gestão do conhecimento e alta rotatividade de pessoal. Também são consideradas as consequências de mudanças internas nos órgãos, como replanejamento orçamentário e falhas na previsão de demandas, além da influência da capacidade institucional



— sendo que órgãos mais estruturados demonstram maior eficácia na utilização das ARPs em comparação com aqueles de menor porte.





3

3

REFERENCIAL TEÓRICO

As compras públicas têm uma importância e magnitude significativas na economia, na sociedade, no meio ambiente, na política e na governança. Elas representam uma ferramenta poderosa para promover o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e o crescimento econômico.

As aquisições governamentais representam uma parcela significativa da atividade econômica, contribuindo para o desenvolvimento e crescimento dos setores privado e público. Com base no estudo de Ribeiro e Inácio (2014), o mercado de compras governamentais brasileiro representa 12,5% do PIB do país, assim sendo, as compras públicas desempenham um papel crucial no mercado brasileiro, não apenas como um instrumento de suprimento de bens e serviços para o Estado, mas também como um mecanismo para promover o desenvolvimento econômico, social e regional.

As compras públicas devem atender a interesses públicos legítimos, englobando não apenas objetivos econômicos, mas também aspectos sociais e ambientais de grande relevância. Dessa forma, a política de compras exerce uma influência significativa sobre outros participantes do mercado, incentivando tanto as autoridades contratantes quanto os empreendedores a alinharem suas práticas com objetivos estratégicos comuns (Kokocińska, 2023).

Sobre compras centralizada, Pereira et al. (2023) traz ainda em seu trabalho que as compras compartilhadas e a participação em licitações da Central de Compras do Ministério da Economia favorecem o cumprimento dos princípios da duração razoável do processo:

[...] Nessa conjuntura, as compras compartilhadas, e a participação nas licitações realizadas pela Central de Compras do Ministério da Economia permitem que o órgão cumpra os princípios constitucionais da duração razoável do processo, da economicidade e da eficiência, que consiste em fazer o que deve ser realizado com excelência ao menor custo possível. Insta salientar, ademais, que não significa diminuir custo de qualquer modo, mas de conseguir a melhor relação entre qualidade do serviço e qualidade do dispêndio (Pereira et al., 2023).



Nesse contexto, a Central de Compras do Distrito Federal, à semelhança da Central de Compras do Governo Federal, foi instituída com o propósito de atuar como um filtro especializado entre a demanda da Administração Pública e o mercado, buscando avaliar oportunidades para implementar novas abordagens de contratação (Araújo, 2017). Ainda segundo Araújo (2017), a implantação de um modelo de compras centralizada encontra, entre outras, barreiras de cunho cultural onde os órgãos apresentavam resistência devido à perda de atribuições e autonomia.

O principal desafio, tanto na Central de Compras do Distrito Federal quanto em qualquer processo de contratação, reside no alinhamento entre o planejamento elaborado e os recursos orçamentários disponíveis. A aderência do orçamento à estratégia, usualmente denominada de integração planejamento-orçamento, é uma importante variável explicativa de estratégias percebidas como exitosas (Anastasia, 2006). Assim, é fundamental que as compras públicas sejam minuciosamente planejadas dentro do orçamento disponível, garantindo que as aquisições sejam realizadas conforme o definido no planejamento da unidade. A execução da ata, por exemplo, está condicionada à disponibilidade de dotação específica, o que torna o instrumento vulnerável à dinâmica orçamentária do órgão.

Ferrer (2013) discute em seu artigo o impacto da falta de planejamento, resultante de uma herança cultural e da inércia de um modelo tradicional, no qual frequentemente se requisitava mais do que o necessário para criar estoques de segurança e evitar a escassez de materiais, considerando possíveis atrasos no processo licitatório. Durante o planejamento da contratação, os órgãos ao responderem a IRP podem mencionar quantitativos de itens com base em hipóteses futuras, mas que posteriormente se mostram desnecessários. Essa discrepância entre o que foi planejado e o que realmente é utilizado reflete deficiências metodológicas na elaboração das estimativas de consumo.

Ainda de acordo com Cunha (2012), a Administração pública deve não somente focar apenas no comprar, mas sim planejar esse comprar para se poder gerar uma economia de escala, bem como criar um padrão para essas aquisições. Considerando a importância do planejamento, conforme já citados anteriormente, a Central de Compras do Distrito Federal implementa o instrumento de IRP no

âmbito do SRP, coletando informações detalhadas sobre as demandas e necessidades dos órgãos do Distrito Federal.

Cunha (2012) esclarece que o SRP não se configura como modalidade ou tipo de licitação, mas constitui um procedimento auxiliar adotado pela Administração Pública para organizar aquisições futuras de bens e serviços, operacionalizado, neste caso, por meio da modalidade pregão eletrônico.

Por intermédio do SRP é que empresas disponibilizam os bens e os serviços a preços e prazos registrados em ata específica. A aquisição ou contratação é feita quando melhor convier aos órgãos ou às entidades que integram o processo (Barbosa, 2012). Ainda segundo Barbosa (2012), o SRP apresenta algumas virtudes, como ele mesmo denomina:

[...]O SRP apresenta algumas virtudes: i) permite uma maior transparência nas compras públicas; ii) constitui um bom mecanismo para selecionar fornecedores (menor custo e melhor fornecedor); iii) permite uma maior agilidade no processo de contratações; e iv) permite um melhor gerenciamento e controle de estoques, permitindo que as esferas do governo façam uma melhor execução orçamentária. (Barbosa, 2012).

Segundo Carvalho (2020), o SRP foi criado com o objetivo de proporcionar inúmeras aquisições sucessivas, sem a necessidade de realizar um novo processo licitatório, o que reduz os processos e economiza tempo e investimento. Ainda de acordo com o mesmo autor, ele define em quais casos o SRP é mais adequado:

[...] o SRP poderá ser adotado quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes, for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa, for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo, ou pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração (Carvalho, 2020).

Barbosa (2012) também elenca, em sua obra, as situações nas quais a adoção do SRP se mostra recomendada:

[...]O SRP deverá ser adotado nas situações descritas a seguir. 1. Quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes. 2. Quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou a contratação de serviços necessários à administração para o desempenho de suas atribuições. 3. Para a contratação de serviços necessários à administração para o desempenho de suas atribuições. 4. Quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para o atendimento a mais de um órgão ou uma entidade, ou a programas de governo. 5. Quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela administração. 6. Quando não for possível definir previamente o quantitativo com precisão. 7. Quando poderá ser realizado o registro de preços para a contratação de bens e serviços de informática, obedecida a legislação vigente, desde que devidamente justificada e caracterizada Barbosa (2012).

Portanto, o SRP passou a ser usado largamente na administração pública, dada ao fato de que os quantitativos não vinculam à administração pública para seu uso (Pimentel, 2024). Embora não seja de caráter vinculativo, no âmbito da Central de Compras do Distrito Federal, o uso das ARPs é amplamente difundido, contando com procedimentos e estruturas organizacionais voltados a promover sua adoção em larga escala e maximizar o percentual de utilização previsto.

O SRP permite à Administração Pública, também, licitar sem dotação orçamentária imediata, viabilizando aquisições futuras com quantidades incertas e reduzindo a necessidade de estoques conforme dito por Pereira et al. (2023):

[...]O SRP é um procedimento utilizado pela Administração Pública visando a redução dos almoxarifados centrais e setoriais, e uma maneira da licitação ocorrer normalmente, mesmo não havendo dotação orçamentária disponível, ou quando antecipadamente, não puder ser precisada as quantidades a serem adquiridas ou executadas do objeto (Pereira et al, 2023).

As condições das obrigações assumidas pelas partes no SRP devem ser formalizadas em um instrumento escrito, no caso, a ARP (Justen Filho, 2012). A Lei nº 14.133/2021, por sua vez, define e regulamenta, artigo sexto, o conceito de ARP em seu conteúdo:

[...] é o documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas.

Justen Filho (2012) expõe também que ARP é o documento que formaliza o acordo entre as partes, estabelecendo direitos e obrigações recíprocos, além das condições para as prestações que serão executadas futuramente.

Segundo Amorim (2017), a formalização da ARP ocorre após a homologação da licitação, com a convocação dos fornecedores classificados para assinatura e, após a publicidade, estabelece o compromisso de fornecimento nas condições acordadas:

Homologado o resultado da licitação e respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, o órgão gerenciador convocará os interessados para a assinatura da ARP, que, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá o efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas (Amorim, 2017).

A Central de Compras do Distrito Federal, atualmente vinculada à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, consolidou ao longo dos anos a centralização de licitações para compras, obras e serviços, atendendo a um total de 103 órgãos. Durante esse processo, alguns órgãos foram renomeados, outros extintos, e novas entidades foram criadas. No âmbito do SRP, os órgãos participantes — ou seja, as entidades da administração pública que integram os procedimentos iniciais do sistema e constam na ARP (Brasil, 2021) — utilizam as atas conforme os saldos disponíveis, estabelecidos por suas manifestações na IRP, anteriormente denominada Plano de Suprimentos (PLS), no âmbito da Central de Compras.

A média percentual de utilização das ARP pelos órgãos participantes, no período delimitado por esta pesquisa (2019 a 2023), está apresentada no Quadro 2, com base em dados extraídos do sistema SGARP. As tonalidades em vermelho referem-se a percentuais de utilização da ARP inferiores a 50% ou à ausência de participação efetiva:

Quadro 2 – Percentual de Utilização de Saldo de ARPs por ano e por órgão

ÓRGÃO	% de utilização para cada ano				
	2019	2020	2021	2022	2023
ADASA - AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL	44,44	0,00	20,00	100,00	0,00
AGEFIS - AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	37,75	0,00	*	*	*
ARPDF - ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL	60,30	89,15	43,81	28,49	71,91
CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	121,69	52,00	50,25	65,73	99,35
CBMDF - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	39,96	14,19	19,88	19,13	33,45
CEASA-DF - CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL	0,00	*	*	*	*
CGDF - CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL	76,47	63,49	40,36	64,44	94,62
CODEPLAN - COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL	46,08	32,62	9,09	0,00	*
CODHAB - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	54,89	35,70	20,34	11,32	46,22
DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	19,42	83,70	50,75	57,14	83,21
DETRAN - DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL	32,85	83,47	80,43	58,78	80,72
DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	100,00	60,77	56,18	25,29	47,59
DF-PREVICOM - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL	66,67	45,28	42,32	30,46	28,57
DFTRANS - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL	5,64	0,00	*	*	*
DPDF - DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	42,38	38,70	79,96	49,60	98,68

EMATER-DF - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL	41,05	10,54	16,52	21,65	30,71
FAPDF - FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL	80,00	61,37	97,52	61,53	83,93
FEPECS - FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE	26,23	28,50	39,82	49,82	81,37
FHB-DF - FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA	86,45	79,68	60,04	42,77	32,99
FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA	75,53	80,98	51,87	38,10	43,25
FUNAB - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA DO DISTRITO FEDERAL	0,00	0,81	0,00	0,00	0,00
FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	68,24	58,65	37,44	34,58	31,06
GABINETE DO GOVERNADOR	*	*	*	0,00	*
IBRAM - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL	38,19	51,24	58,59	57,95	66,91
INAS - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO DF	*	*	*	*	33,28
IPEDF - INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL	*	*	0,00	57,89	39,30
IPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL	64,29	36,67	39,12	56,71	89,84
JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA	46,02	62,91	55,54	44,19	47,43
JUCIS-DF - JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL	*	0,00	9,52	1,92	8,33
METRO-DF - COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL	75,24	0,00	*	*	*
NOVACAP - COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL	0,00	*	*	*	*
PCDF - POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	68,31	60,97	54,14	33,31	44,32
PGDF - PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL	45,72	23,59	78,20	48,53	76,86
PMDF - POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	54,27	14,75	27,46	24,95	43,83

PROCON-DF - INSTITUTO DE DEFESA DO CONSUMIDOR DO DISTRITO FEDERAL	74,44	25,72	13,06	9,11	16,40
RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	71,39	29,05	11,57	9,90	51,28
RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS	*	63,55	45,18	24,82	17,68
RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	33,09	54,10	59,44	52,64	32,21
RA-CAND - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA	39,78	37,20	74,93	38,07	66,11
RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA	73,77	53,99	22,89	21,29	33,97
RA-CRUZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	59,17	65,60	19,64	11,68	42,41
RA-FERC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA FERCAL	9,79	15,71	15,07	20,77	16,83
RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA	70,25	50,95	54,27	26,54	21,33
RA-GUAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ	59,82	70,32	37,03	62,84	77,29
RA-ITAP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ITAPOÃ	51,73	48,66	70,33	59,85	100,00
RA-JB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO JARDIM BOTÂNICO	36,75	41,25	16,21	49,97	83,34
RA-LN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE	25,00	31,05	57,19	29,63	57,63
RA-LS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL	71,13	46,45	40,29	34,54	50,70
RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE	48,02	48,23	29,79	17,55	36,01
RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ	115,08	73,39	26,63	28,71	37,31
RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	51,23	41,22	22,08	17,55	25,25
RA-PP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PLANO PILOTO	43,03	50,37	63,26	67,95	91,14
RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	24,60	48,36	26,82	1,45	48,38

RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS	86,36	63,91	38,00	45,08	25,31
RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I	35,19	68,74	49,44	38,63	84,59
RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II	121,75	23,33	15,85	8,43	88,64
RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	172,50	41,34	34,17	25,34	45,35
RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	52,03	50,67	53,25	64,86	82,47
RA-SAO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO	7,35	14,25	17,33	41,33	49,83
RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL)	14,78	23,01	11,49	15,36	10,58
RA-SIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO	44,56	52,00	45,11	54,83	49,50
RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	64,83	70,15	49,24	60,97	93,61
RA-SOBR II - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II	18,99	18,09	8,01	10,61	16,60
RA-SOL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SOL NASCENTE/PÔR DO SOL	*	*	3,19	6,61	20,27
RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL	3,22	8,98	36,87	17,69	11,93
RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	62,69	51,46	45,10	26,48	39,15
RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO	31,60	39,99	13,80	9,68	37,98
RA-VP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES	61,30	61,25	36,54	17,28	22,25
SDE - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL	54,48	29,94	22,77	4,81	0,00
SEAC - SECRETARIA DE ESTADO DE ATENDIMENTO À COMUNIDADE DO DISTRITO FEDERAL	0,00	0,85	5,88	12,88	11,11

SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL	14,68	25,77	28,23	24,72	42,36
SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	100,00	34,66	28,17	31,05	84,71
SECEC - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL	78,32	40,59	70,62	70,66	62,42
SECID - SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES	0,00	*	*	*	*
SECOM - SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	13,86	16,00	44,22	46,92	40,60
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	0,00	*	*	*	*
SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE	0,00	*	*	*	*
SECTI - SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	84,44	18,67	9,35	27,38	52,14
SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL	57,59	49,26	63,94	470,23	36,87
SEDET - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E RENDA DO DISTRITO FEDERAL	*	*	*	21,50	55,05
SEDRM - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO DISTRITO FEDERAL	0,00	0,00	0,00	*	*
SEDUH - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	56,07	25,92	31,12	34,91	29,98
SEE - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	82,93	43,67	27,10	61,90	90,22
SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	70,43	103,68	73,87	89,05	60,96
SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	*	0,00	14,05	62,73	123,88
SEJUS - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL	97,77	66,77	61,65	55,26	89,78
SEJUV - SECRETARIA DE ESTADO DE JUVENTUDE DO DISTRITO FEDERAL	0,00	0,00	*	*	*

SELDF - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL	64,71	51,48	27,20	25,66	49,97
SEMA - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL	31,81	3,55	3,70	38,57	78,75
SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL	68,60	29,57	47,09	26,94	26,98
SEMP - SECRETARIA DE ESTADO DO EMPREENDEDORISMO DO DISTRITO FEDERAL	*	12,12	0,00	0,00	*
SEPLAD - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	*	*	*	49,51	34,03
SES - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL	60,99	41,11	65,58	17,32	35,23
SETRAB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL	100,00	89,21	18,88	19,36	0,00
SETUR - SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL	91,62	45,63	39,83	37,09	48,99
SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	47,77	50,44	33,71	31,30	74,51
SMDF - SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER DO DISTRITO FEDERAL	20,28	48,70	37,63	16,07	31,67
SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL	83,88	75,00	56,86	25,82	56,53
SSP - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	45,85	24,33	34,61	21,01	27,34
TCB - SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA	16,67	100,00	*	*	*
TERRACAP - COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL	0,00	0,00	*	*	*
UNDF - UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL	*	*	45,77	66,97	41,00
VGDF - VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL	98,70	69,89	42,53	26,47	32,96

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do sistema SGARP (2024)

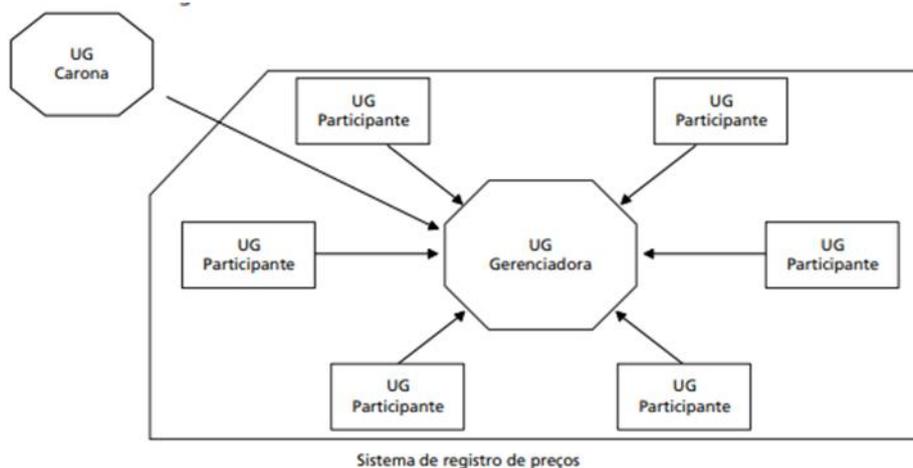
*O órgão não foi partícipe de nenhuma ARP no ano em questão.

Amorim (2017) trouxe em sua obra que o órgão participante adere ao SRP desde o início do processo, antes da licitação, na qual manifesta seu interesse em participar da IRP:

O órgão participante vincula-se ao SRP desde o início do procedimento (portanto, antes mesmo da realização da licitação), formalizando sua integração com base na IRP, oportunidade em que manifesta expressamente o seu interesse em participar, informando ao órgão gerenciador o objeto de interesse (bens ou serviços) o quantitativo do consumo pretendido e o local de entrega e fornecimento do objeto (Amorim, 2017).

Quanto à estrutura do SRP, Barbosa (2012), delimita muito bem a estrutura organizacional do SRP, conforme descrito na Figura 1, e exibe todas as instituições participantes:

Figura 1 – Estrutura organizacional do SRP



Fonte: Barbosa (2012)

Para fins deste estudo, considera-se como Unidade Gerenciadora do SRP a Central de Compras do Distrito Federal. As Unidades Participantes compreendem os órgãos que participantes das ARPs que integram o Complexo Administrativo do Distrito Federal, enquanto as denominadas Unidades “Carona” referem-se aos órgãos — pertencentes ou não ao referido complexo — que não participaram da IRP na fase inicial e que, portanto, não constam no rol original de participantes da ARP. Ressalta-se que as adesões realizadas por meio dessas unidades “carona” não serão objeto de análise no presente estudo.

No âmbito da Central de Compras do Distrito Federal, os órgãos participantes são classificados em três categorias: Secretarias de Estado, Administrações Regionais e Órgãos Especiais – estes últimos englobando entidades que não se enquadram como Secretarias de Estado ou Administrações Regionais. A classificação dos órgãos participantes está apresentada no Quadro 3:

Quadro 3 – Classificação dos 103 órgãos por tipo

ÓRGÃOS ESPECIAIS	ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS	SECRETARIAS DE ESTADO
<ul style="list-style-type: none"> • ADASA - AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL 	<ul style="list-style-type: none"> • RA-AC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS 	<ul style="list-style-type: none"> • DF-LEGAL - SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL
<ul style="list-style-type: none"> • AGEFIS - AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL 	<ul style="list-style-type: none"> • RA-ARNQ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRAS 	<ul style="list-style-type: none"> • SDE - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL
<ul style="list-style-type: none"> • ARPFD - ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL 	<ul style="list-style-type: none"> • RA-BRAZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA 	<ul style="list-style-type: none"> • SEAC - SECRETARIA DE ESTADO DE ATENDIMENTO À COMUNIDADE DO DISTRITO FEDERAL
<ul style="list-style-type: none"> • CACI - CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL 	<ul style="list-style-type: none"> • RA-CAND - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA 	<ul style="list-style-type: none"> • SEAGRI - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL
<ul style="list-style-type: none"> • CBMDF - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL 	<ul style="list-style-type: none"> • RA-CEIL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA 	<ul style="list-style-type: none"> • SEAPE - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
<ul style="list-style-type: none"> • CEASA-DF - CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL 	<ul style="list-style-type: none"> • RA-CRUZ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO 	<ul style="list-style-type: none"> • SECEC - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL
<ul style="list-style-type: none"> • CGDF - CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL 	<ul style="list-style-type: none"> • RA-FERC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA FERCAL 	<ul style="list-style-type: none"> • SECID - SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES

<ul style="list-style-type: none"> • CODEPLAN - COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL 	<ul style="list-style-type: none"> • RA-GAMA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA 	<ul style="list-style-type: none"> • SECOM - SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
<ul style="list-style-type: none"> • CODHAB - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL 	<ul style="list-style-type: none"> • RA-GUAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ 	<ul style="list-style-type: none"> • SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
<ul style="list-style-type: none"> • DER-DF - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM 	<ul style="list-style-type: none"> • RA-ITAP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ITAPOÃ 	<ul style="list-style-type: none"> • SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE
<ul style="list-style-type: none"> • DETRAN - DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL 	<ul style="list-style-type: none"> • RA-JB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO JARDIM BOTÂNICO 	<ul style="list-style-type: none"> • SECTI - SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
<ul style="list-style-type: none"> • DF-PREVICOM - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL 	<ul style="list-style-type: none"> • RA-LN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE 	<ul style="list-style-type: none"> • SEDES - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DISTRITO FEDERAL
<ul style="list-style-type: none"> • DFTRANS - TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL 	<ul style="list-style-type: none"> • RA-LS - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL 	<ul style="list-style-type: none"> • SEDET - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E RENDA DO DISTRITO FEDERAL
<ul style="list-style-type: none"> • DPDF - DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL 	<ul style="list-style-type: none"> • RA-NB - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE 	<ul style="list-style-type: none"> • SEDRM - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO DISTRITO FEDERAL
<ul style="list-style-type: none"> • EMATER-DF - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL 	<ul style="list-style-type: none"> • RA-PAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ 	<ul style="list-style-type: none"> • SEDUH - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

<ul style="list-style-type: none"> · FAPDF - FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL 	<ul style="list-style-type: none"> · RA-PLAN - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA 	<ul style="list-style-type: none"> · SEE - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
<ul style="list-style-type: none"> · FEPECS - FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE 	<ul style="list-style-type: none"> · RA-PP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PLANO PILOTO 	<ul style="list-style-type: none"> · SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
<ul style="list-style-type: none"> · FHB-DF - FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA 	<ul style="list-style-type: none"> · RA-PW - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY 	<ul style="list-style-type: none"> · SEGOV - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
<ul style="list-style-type: none"> · FJZB - FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA 	<ul style="list-style-type: none"> · RA-REC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS 	<ul style="list-style-type: none"> · SEJUS - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL
<ul style="list-style-type: none"> · FUNAB - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA DO DISTRITO FEDERAL 	<ul style="list-style-type: none"> · RA-RFI - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO I 	<ul style="list-style-type: none"> · SEJUV - SECRETARIA DE ESTADO DE JUVENTUDE DO DISTRITO FEDERAL
<ul style="list-style-type: none"> · FUNAP - FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO 	<ul style="list-style-type: none"> · RA-RFII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II 	<ul style="list-style-type: none"> · SELDF - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL
<ul style="list-style-type: none"> · GABINETE DO GOVERNADOR 	<ul style="list-style-type: none"> · RA-SAM - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA 	<ul style="list-style-type: none"> · SEMA - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL
<ul style="list-style-type: none"> · IBRAM - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL 	<ul style="list-style-type: none"> · RA-SANT - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA 	<ul style="list-style-type: none"> · SEMA - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E PROTEÇÃO ANIMAL DO DISTRITO FEDERAL
<ul style="list-style-type: none"> · INAS - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO DF 	<ul style="list-style-type: none"> · RA-SAO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO 	<ul style="list-style-type: none"> · SEMOB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL

<ul style="list-style-type: none"> • IPEDF - INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL 	<ul style="list-style-type: none"> • RA-SCIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (ESTRUTURAL) 	<ul style="list-style-type: none"> • SEMP - SECRETARIA DE ESTADO DO EMPREENDEDORISMO DO DISTRITO FEDERAL
<ul style="list-style-type: none"> • IPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL 	<ul style="list-style-type: none"> • RA-SIA - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO 	<ul style="list-style-type: none"> • SEPLAD - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
<ul style="list-style-type: none"> • JBB - JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA 	<ul style="list-style-type: none"> • RA-SOBR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO 	<ul style="list-style-type: none"> • SES - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
<ul style="list-style-type: none"> • JUCIS-DF - JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL 	<ul style="list-style-type: none"> • RA-SOBRII - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II 	<ul style="list-style-type: none"> • SETRAB - SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL
<ul style="list-style-type: none"> • METRO-DF - COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL 	<ul style="list-style-type: none"> • RA-SOL - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SOL NASCENTE/PÔR DO SOL 	<ul style="list-style-type: none"> • SETUR - SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL
<ul style="list-style-type: none"> • NOVACAP - COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL 	<ul style="list-style-type: none"> • RA-SUDO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE E OCTOGONAL 	<ul style="list-style-type: none"> • SMDF - SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER DO DISTRITO FEDERAL
<ul style="list-style-type: none"> • PCDF - POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL 	<ul style="list-style-type: none"> • RA-TAG - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA 	<ul style="list-style-type: none"> • SODF - SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL
<ul style="list-style-type: none"> • PGDF - PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL 	<ul style="list-style-type: none"> • RA-VARJ - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO 	

• PMDF - POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	• RA-VP - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES	
• PROCON-DF - INSTITUTO DE DEFESA DO CONSUMIDOR DO DISTRITO FEDERAL		
• SLU - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL		
• TCB - SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA		
• TERRACAP - COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL		
• UNDF - UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL		
• VGDF - VICE-GOVERNADORIA DO DISTRITO FEDERAL		

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do sistema SGARP (2025)

A análise institucional comparativa entre os órgãos participantes revela-se relevante para verificar se o tipo de órgão exerce influência sobre o nível de utilização das ARPs, permitindo a identificação de possíveis padrões institucionais, aspectos da cultura administrativa, grau de maturidade no planejamento das contratações e capacidade técnica instalada.

A área de compras desempenha um papel importante na realização dos objetivos da organização, em virtude da sua capacidade de afetar a qualidade de produtos e serviços essenciais para o funcionamento de toda a organização (Pereira et al., 2023). Por essa razão é imprescindível que discutamos o papel da qualificação dos servidores nas áreas de compras e o impacto da rotatividade na memória institucional. A falta de conhecimento técnico sobre o SRP, somada à escassez de capacitação e ausência de políticas efetivas de gestão do conhecimento, compromete a aderência ao modelo proposto pelas centrais de compras.

Silva (2014), ao analisar os fatores que influenciam a eficiência das compras governamentais, conclui que as áreas de compras apresentam deficiências significativas no que se refere à capacitação dos agentes envolvidos em todas as etapas do processo, especialmente daqueles responsáveis pela elaboração da descrição do objeto a ser licitado e pela redação do termo de referência. O autor defende que essa capacitação deve ir além da realização de cursos promovidos por instituições externas, sendo igualmente relevante a promoção de fóruns e seminários internos entre os próprios servidores da Administração, com vistas ao compartilhamento de experiências e à construção coletiva do conhecimento.

Ainda segundo o autor, foi possível constatar, em sua pesquisa, a necessidade de elaboração de um manual de procedimentos para as compras públicas, construído a partir de debates e proposições entre os profissionais envolvidos. Tal instrumento contribuiria para identificar as principais dificuldades e demandas operacionais, prevenindo retrabalho e a recorrente remessa indevida de documentos a setores não responsáveis pelas respectivas etapas do processo de compras e contratações.

Cabe observar que, se as legislações vigentes definem as funções e ações necessárias para se obter determinadas atuações no processo de licitação de contratação, por outro lado ela não vincula estas funções

e ações às competências necessárias para se obtê-lo, assim como também não prioriza a capacitação, deixando-o a cargo da competência gerencial local (Chagas 2016). Ainda segundo Chagas (2016) a legislação fala em servidores qualificados, porém não formaliza as qualificações necessárias de cada ente, porém traz um rol de sanções administrativas constante na lei, que disciplina o assunto, quando estes agentes praticarem atos em desacordo com seus preceitos no desempenho de suas funções.

No tocante à gestão do conhecimento, Chagas (2016) ressalta a importância desse instrumento para a preservação do conhecimento organizacional e para a eficácia de sua gestão:

[...]São necessárias mudanças no comportamento das pessoas, particularmente no que diz respeito ao foco da gestão do conhecimento que é a conexão de pessoas como geradoras, transmissoras e receptoras desse conhecimento. Isso permitirá a evolução do grupo por meio de mais conhecimentos, competências e comportamentos transformadores da organização (Chagas, 2016).

Quanto a rotatividade dos servidores Pinho et al (2022), conclui em seu estudo que práticas ineficazes de recrutamento e seleção, bem como insatisfações nas relações interpessoais, influenciam negativamente a permanência dos servidores públicos, sugerindo a necessidade de revisar esses processos e aprofundar a investigação sobre seu impacto nos projetos de carreira no setor público.

A rotatividade de pessoal na Administração Pública acarreta elevados custos e atrasos operacionais, devido ao tempo necessário para provimento, investidura, capacitação e adaptação de novos servidores, especialmente em cargos de maior complexidade, podendo comprometer a continuidade dos serviços (Da Costa et al., 2014).

Dessa forma, ao se considerar fatores administrativos como a capacitação técnica, a rotatividade de servidores e a gestão do conhecimento, observa-se que a carência de domínio técnico sobre o SRP, aliada à insuficiência de ações formativas e à ausência de políticas estruturadas de gestão do conhecimento, pode comprometer a efetiva utilização dos saldos registrados pelos órgãos participantes, contribuindo para a subutilização das ARPs.

No que se refere à precificação inadequada — seja por valores superiores aos praticados no mercado ou por especificações técnicas

desalinhadas das necessidades reais — de acordo com Chagas (2016), a especificação dos materiais deficitária é um dos responsáveis por inúmeras dificuldades encontradas frequentemente na execução das rotinas do órgão e que coloca os trabalhadores do setor fortemente tensionados entre as exigências de tempo para a execução das compras e a possibilidade de aquisições erradas, incapazes de atender a necessidade do solicitante. Mediante especificação clara e objetiva do que se pretende, o órgão comprador deve buscar referências para estimar, com grau adequado de precisão, o valor praticado no mercado (Brasil, 2015).

Brasil (2015), em seu estudo traz, também, que a estimativa inadequada produz ilusão de economia e também gera outro fenômeno comum em compras públicas: a variação absurda de preços para o mesmo produto. O autor também diz que estimativas acima da média de mercado tendem a gerar propostas mais caras. E ajudam a explicar a dispersão de preços que, em geral, caracteriza prejuízo. A prática de valores registrados acima dos preços praticados no mercado pode levar os órgãos participantes a optarem por alternativas de contratação consideradas mais vantajosas, em detrimento da utilização da ARP da qual são partícipes, ainda que haja saldo disponível para consumo imediato.

Por outro lado, observa-se que o oposto também se revela problemático: estimativas de preços inferiores aos praticados pelo mercado podem resultar na ausência de interessados no certame (licitação deserta) ou, em situações ainda mais críticas, na formalização de ARPs com valores inexecutáveis. Tal cenário pode levar os fornecedores vencedores a recusarem-se a executar a ata ou a demandarem, posteriormente, o reequilíbrio econômico-financeiro do instrumento contratual. Pereira et al. (2023) trás em um ponto do seu trabalho a seguinte análise:

[...]alguns dos obstáculos existentes, que impedem uma contratação satisfatória, são as especificações dos objetos licitados, as pesquisas de preços e a conferência das propostas ofertadas, realizadas, comumente, por pessoas que não têm conhecimento do objeto licitado. Isso implica desperdício de dinheiro público, uma vez que se adquire produtos de qualidade inferior ao que se pretende adquirir por preços elevados, violando, assim, diversos princípios constitucionais, como, por exemplo, o da eficiência na administração pública (Pereira et al., 2023).

Nesse sentido, fatores como a ausência ou inadequação da análise de mercado e da precificação no âmbito das ARPs, bem como a deficiência nas especificações dos itens a serem adquiridos, podem resultar na inexecução ou abandono dessas atas. A aderência técnica e econômica dos itens registrados às reais necessidades dos órgãos participantes configura-se como condição essencial para a efetiva utilização do instrumento.

A respeito da Burocracia das ARPs e a complexidade normativa delas, Motta e Bresser-Pereira (2004), que argumentam que a eficiência burocrática vem da delimitação exaustiva dos procedimentos, ou seja, à existência de normas e regras bem definidas e detalhadas. Isso significa que a complexidade normativa e a burocracia que envolvem as ARPs não são necessariamente vistas como falhas, mas sim como elementos estruturantes que garantem previsibilidade, controle e legalidade nas ações administrativas. Em outras palavras, a formalização e o detalhamento procedimental são instrumentos que favorecem a eficiência, mesmo que possam gerar um processo mais complexo ou moroso.

Contudo, em contraposição ao entendimento de que a normatização detalhada contribui para a eficiência, observa-se que, sob a perspectiva dos órgãos participantes, a percepção das ARPs como instrumentos excessivamente burocráticos pode desencorajar sua utilização. Essa burocracia se dá pelo fato de que as compras feitas pelo poder público estão sujeitas a uma legislação que dita inúmeras regras, cláusulas contratuais, prerrogativas da administração pública e trata o contratado de uma maneira diversa a de um contrato privado (Pimentel, 2024).

Na visão de Sampaio (2013), o aprimoramento das contratações públicas exige não apenas qualidade nas soluções, mas também processos licitatórios mais eficientes, que conciliem celeridade e economicidade com a observância dos princípios da isonomia, da vantajosidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

[...] Além da obtenção de soluções com qualidade, o aperfeiçoamento das contratações públicas também requer a realização de processos licitatórios mais eficientes, ou seja, capazes de reduzir o tempo para a contratação e o custo do processo, sem deixar de assegurar a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e a promoção do

desenvolvimento nacional sustentável – finalidade da licitação (Sampaio, 2013).

Nesse contexto, é fundamental que os procedimentos licitatórios destinados à formação de ARPs sejam suficientemente eficientes, de modo a não torná-las excessivamente complexas ou burocráticas. Caso contrário, tal condição pode desestimular sua utilização pelos órgãos públicos, levando-os a buscar alternativas contratuais menos eficazes, ainda que mais simples, e comprometendo, assim, a efetividade desse instrumento de compras públicas.

No que tange ao intervalo entre a conclusão da IRP e o efetivo registro da ARP, é imperioso destacar que constitui obrigação de todo agente público atender ao princípio da duração razoável dos processos administrativos, uma decorrência da prerrogativa irrenunciável do poder-dever de agir (Pereira et al., 2023). Pereira et al. ainda menciona que a escassez de servidores, a má distribuição de tarefas e a falta de capacitação técnica comprometem a eficiência dos processos licitatórios, dificultando o cumprimento de princípios constitucionais como a razoável duração do processo, com reflexos negativos na qualidade do serviço público prestado.

Nesse sentido, o tempo entre o planejamento da ARP e sua efetiva execução pode ser determinante para sua aderência à necessidade do órgão. Demandas podem deixar de existir, prioridades mudam e os itens se tornam obsoletos ou inadequados, sobretudo quando há atrasos excessivos entre licitação e consumo.

Outro fator administrativo que pode impactar na utilização da ARPs é a descontinuidade de projetos e prioridades institucionais. A decisão sobre o que entra e o que sai da agenda governamental constitui o ponto de partida para a formulação das políticas públicas (Pinto, 2008) e por conseguinte, as compras públicas para atendimento dessas políticas. A autora ainda trás à luz que a organização atua com base em tentativa e erro, enfrentando crises com participação instável e fluida dos atores, em um processo decisório marcado por baixa transparência e pela influência de atores não governamentais:

[...] Tecnicamente, a organização opera por tentativa e erro, através de experiência e enfrentamento das crises. Os participantes entram e saem, ou seja, atores oscilam no decorrer do processo decisório. A participação é fluida, mudando de acordo com a decisão tomada. Tanto o

Legislativo como o Executivo são pouco transparentes, na realização de suas ações e vários atores não-governamentais interferem na tomada de decisão (Pinto, 2008).

Nesse contexto, alterações internas nos projetos e prioridades dos órgãos podem ocorrer por reestruturações administrativas, mudanças de governo ou redefinição de políticas públicas. Essas mudanças comprometem a execução de ARPs previamente planejadas, pois deslocam o foco institucional para outras demandas, inviabilizando o acionamento de itens registrados.

No que tange a mudanças legislativas, reformas legais, alterações normativas ou novos entendimentos dos órgãos de controle podem inviabilizar a execução de itens registrados anteriormente. Isso ocorre, por exemplo, quando há alterações nos critérios de especificação, na classificação orçamentária ou na forma de contratação exigida.

Por fim, este referencial teórico tem como objetivo estabelecer uma base robusta para a análise e avaliação das compras públicas no contexto do Distrito Federal, com ênfase no impacto do SRP e da atuação da Central de Compras sobre as aquisições governamentais. Os conceitos e modelos discutidos fornecerão o embasamento teórico essencial para sustentar este estudo, visando compreender como a centralização e o planejamento estratégico se relacionam com os fatores administrativos que influenciam a utilização das ARPs.

O capítulo apresentou o referencial teórico que fundamenta a pesquisa, destacando a relevância das compras públicas como instrumento de desenvolvimento e a centralização das aquisições, por meio do SRP, como estratégia para promover eficiência, economicidade e transparência. Aponta-se que, embora o SRP proporcione contratações flexíveis e adaptáveis às demandas, seu bom funcionamento exige planejamento adequado e compatibilidade orçamentária. A literatura evidencia diversos entraves à efetividade do sistema, como falhas nas estimativas de consumo, especificações inadequadas, preços defasados, rotatividade de pessoal, ausência de capacitação e de gestão do conhecimento, além de fatores burocráticos e legislativos. O capítulo, assim, fornece uma base conceitual sólida para compreender como elementos administrativos — especialmente planejamento, capacidade técnica e gestão do conhecimento — influenciam a utilização das ARPs na administração pública do Distrito Federal.



4

4

MÉTODO

A opção metodológica adotada justifica-se pela natureza complexa do objeto de estudo, que abrange dimensões estruturais, organizacionais e perceptivas no contexto da administração pública. Para alcançar os objetivos propostos, serão empregados dois instrumentos principais de coleta de dados: (i) aplicação de questionários direcionados aos representantes dos órgãos participantes das ARPs e (ii) análise de dados administrativos extraídos do SGARP. A articulação entre dados primários e secundários visa assegurar uma compreensão mais abrangente e fundamentada dos fatores que influenciam o não acionamento dos quantitativos registrados, com especial atenção às dinâmicas internas que caracterizam a gestão das compras públicas no âmbito distrital.

4.1 NATUREZA E ABORDAGEM DA PESQUISA

A pesquisa em questão adotou uma abordagem quantitativa de natureza confirmatória e caráter descritivo, visando compreender os fatores administrativos que influenciaram a utilização das ARP gerenciadas pela Central de Compras do Distrito Federal no período de 2019 a 2023. A abordagem quantitativa permite a mensuração objetiva dos dados, garantindo maior precisão na análise das variáveis envolvidas (Gil, 2008).

O estudo de caso tem por objetivo permitir o conhecimento amplo e detalhado sobre a utilização das ARPs gerenciadas pela Central de compras, o que seria uma tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados (Gil, 2008).

Segundo Yin (2001), a utilização do estudo de caso revela-se particularmente apropriada, uma vez que se configura como uma estratégia metodológica robusta para investigações no âmbito da administração pública, especialmente em contextos organizacionais e gerenciais. Tal abordagem não apenas se alinha aos propósitos da pesquisa em administração pública, como também se mostra coerente com o caráter explanatório que frequentemente norteia esse tipo de investigação (Yin, 2001). O autor observa ainda que pesquisas

explanatórias tendem a conduzir ao uso do estudo de caso, justamente porque visam compreender vínculos operacionais complexos que se desenvolvem ao longo do tempo, exigindo uma análise aprofundada em vez de serem tratados como simples repetições ou ocorrências isoladas.

Como se trata de um estudo de caso, os dados coletados serão analisados empiricamente para identificar percepções das atuações dos órgãos participantes e suas decisões quanto ao uso das ARPs. A pesquisa confirmatória se justifica por basear-se em hipóteses previamente estabelecidas sobre os impactos da gestão administrativa na utilização das ARPs. O estudo de caso exemplar antecipa essas alternativas óbvias, até defende seus posicionamentos da maneira mais veemente possível e mostra –empiricamente – a base segundo a qual tais hipóteses podem vir a ser rejeitadas (Yin, 2001).

Como metodologia empregada na presente investigação, será conduzida uma Análise Fatorial Exploratória (AFE) com o propósito de avaliar a estrutura fatorial do instrumento de pesquisa (survey), visando examinar a adequação e a significância das variáveis latentes.

A AFE usualmente se desenvolve mediante três etapas fundamentais: preparação da matriz de covariância, extração dos fatores iniciais e rotação para a solução final (Kim e Mueller, 1978). Ainda seguindo o autor, mesmo que essas etapas nem sempre sejam seguidas integralmente, elas servem de referência para discutir as variações do método:

[...]The uses of factor analysis are mainly exploratory or confirmatory depending on the major objectives of the researcher. In both applications, the three basic steps—of preparing the relevant covariance matrix, extracting initial factors, and rotating to a terminal solution—are implicitly involved. Although these steps may not always be followed in obtaining the final solution (especially in testing specific hypotheses), it is convenient to discuss major variations in factor analysis with reference to these steps (Kim e Mueller, 1978).

O caráter descritivo da pesquisa possibilita detalhar o cenário da Central de Compras do Distrito Federal, fornecendo informações sobre a dinâmica da utilização das atas por diferentes órgãos governamentais do DF e buscando identificar possíveis associações entre variáveis envolvidas no estudo (Gil, 2008). Assim sendo, o foco da pesquisa está

em observar, registrar, analisar e correlacionar os fatores administrativos relacionados a utilização das ARPs sem manipulá-los, buscando apresentar um retrato fiel da realidade.

A presente pesquisa adota um recorte transversal, pois busca capturar as percepções dos servidores que atuaram ou atuam nas unidades de compras dos órgãos participantes das ARPs da Central de Compras do Distrito Federal. Embora a análise considere o período de 2019 a 2023, os dados foram coletados em um único momento, sem acompanhamento dos mesmos indivíduos ao longo do tempo. Dessa forma, a abordagem adotada permite identificar a percepção dos respondentes sobre a utilização das atas nesse período, sem inferir mudanças temporais no comportamento ou na gestão das compras públicas.

4.2 FUNDAMENTAÇÃO EMPÍRICA: DADOS E TÉCNICAS DE COLETA

- a) Foi aplicado questionário online semiestruturado (survey), fundamentado em escalas Likert, direcionado aos responsáveis pelas áreas de compras e almoxarifados dos órgãos participantes, sejam eles gestores ou operacionais;**
- b) Foram analisados os dados do sistema SGARP, com ênfase na extração e coleta de informações relativas à utilização das ARPs. O estudo concentrou-se nos dados de uso dos órgãos integrantes do Complexo Administrativo do Distrito Federal, possibilitando uma visão abrangente sobre os padrões de utilização.**

4.2.1 QUESTIONÁRIO ELETRÔNICO ONLINE (SURVEY)

4.2.1.1 INSTRUMENTO DE PESQUISA

Na presente pesquisa, foi aplicado um questionário do tipo survey (Apêndice 3), composto por perguntas semiestruturadas, porém majoritariamente fechadas, com o objetivo de coletar dados em larga escala. O questionário utilizou uma escala de avaliação Likert de 5 pontos (de “Discordo completamente” a “Concordo completamente”), que mensura o grau de concordância ou discordância dos respondentes em relação a determinadas afirmações, facilitando a quantificação das percepções participantes.

A elaboração do questionário teve como ponto de partida uma versão reduzida e preliminar, originalmente aplicada pela Diretoria de Sistemas de Registro de Preços (Direp), vinculada à Coordenação de Gestão de Suprimentos (Cosup) da Central de Compras do Distrito Federal, no decorrer de 2023. Esse formulário inicial, composto por apenas três questões (nome, órgão e obstáculos que dificultam a utilização da ARP), buscava de maneira objetiva e concisa identificar as principais razões que podem impedir ou limitar o uso eficaz das ARPs pelas unidades participantes, conforme pode ser observado na Figura 2:

Figura 2 – Questionário de avaliação produzido pela Direp/SEEC

Fonte: Arquivos da Direp/SEEC (2023).

Considerando que o mencionado formulário inicial, por si só, não oferecia suporte adequado à presente pesquisa científica no que tange à análise de fatores mais complexos, que exigem uma abordagem mais robusta e embasada em fundamentos acadêmicos, foi instituído um grupo focal com o objetivo de validar o novo instrumento de coleta de dados, cuja estrutura e características metodológicas serão detalhadas posteriormente neste capítulo.

O instrumento de coleta de dados foi elaborado utilizando a plataforma digital Google Forms, com um tempo médio estimado para o seu completo preenchimento de aproximadamente 10 minutos. Tal estratégia visou otimizar a acessibilidade, a praticidade e a agilidade na obtenção das respostas, assegurando a eficiência do processo de coleta de informações.

As seções do questionário diretamente relacionadas às variáveis latentes foram organizadas por meio de categorias de concordância, estruturadas predominantemente em seis blocos temáticos, abrangendo os extremos de opinião dos respondentes. Para a maioria das questões, foi utilizada a escala Likert de cinco pontos, na qual os escores são atribuídos de um (1) a cinco (5), conforme os seguintes níveis de resposta: discordo totalmente (1), discordo parcialmente (2), nem concordo nem discordo (3), concordo parcialmente (4) e concordo totalmente (5).

Na última seção do questionário, foi apresentada uma questão aberta com o objetivo de permitir aos respondentes descrever percepções adicionais sobre o tema, bem como sugerir melhorias ou apontar aspectos não contemplados no instrumento de pesquisa, buscando contribuir para o aprimoramento dos processos de gestão e aquisição no âmbito do SRP, tanto na Central de Compras quanto na administração pública do Distrito Federal.

O questionário foi projetado para investigar, sob a perspectiva dos respondentes, um conjunto de fatores de natureza administrativa — operacionalizados como variáveis latentes — que, em tese, poderiam explicar a não utilização dos saldos disponíveis nas ARPs:

Quadro 4 – Variáveis de estudo	
Variável Latente	Conceitos que serão medidos
Descrição do objeto (Seção 02)	A descrição dos itens constantes nas ARPs não atende adequadamente às necessidades dos órgãos participantes
Gestão do Conhecimento (Seção 03)	O órgão desconhecia que era participante de determinadas ARPs
	O órgão não compreendia o conceito de SRP
	A rotatividade no órgão impacta no consumo das ARPs
Planejamento (Seção 04)	Houve alterações internas nos projetos dos órgãos que não priorizaram o uso das ARPs
	Durante o planejamento, os itens foram mencionados, mas posteriormente considerados desnecessários para o exercício
	Realocações orçamentárias tornaram inviável a contratação via ARP

	A utilização das ARPs são complexas e com procedimentos demasiadamente burocráticos
Legislação (Seção 04)	Mudanças na legislação inviabilizaram o consumo de certos itens registrados
Preços (Seção 05)	Os preços das ARPs atualmente estão acima dos valores praticados no mercado, levando os órgãos a buscar alternativas externas para suprir suas demandas
Soluções (Seção 06)	Soluções percebidas para aperfeiçoar os processos de gestão e aquisição no âmbito da Central de Compras e da administração pública

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Com base nas variáveis de estudo elencados no Quadro 4 e em seus respectivos conceitos a serem mensurados, bem como nas hipóteses e nos objetivos específicos, o questionário foi elaborado conforme descrito no Quadro 5, apresentando suas seções e a classificação das questões utilizadas:

Quadro 5 – Classificação das questões e sessões do questionário

Seção do Questionário	Objetivo específico	Hipótese	Item	Tipo de pergunta
Apresentação e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	Consentimento para participação na pesquisa em conformidade com requisitos éticos de pesquisa	-	Você concorda em participar voluntariamente desta pesquisa, ciente de que todas as respostas serão tratadas de forma confidencial e anônima?	Fechada
Seção 1 Informações sobre o perfil do respondente (PER)	Objetivo específico 03 Verificar se as possíveis dificuldades operacionais e de gestão enfrentadas pelos órgãos participantes na utilização das ARPs possuem relação com o tipo de órgão, seja Secretaria de Estado, Administração Regional ou Órgão Especial	H6 Há uma correlação entre o consumo das ARPs e o tipo de órgão envolvido, na qual determinados órgãos apresentam indicadores superiores de utilização em comparação a outros. Esses órgãos, além de utilizarem as ARPs com mais frequência, enfrentam menos obstáculos e dificuldades no processo de aquisição e contratação.	*PER01 - Você é servidor público?	Fechada
			*PER02 - Você já desempenhou ou desempenha atividades nas áreas de compras, licitações ou almoxarifado em algum órgão do Distrito Federal?	Fechada
			PER03 - Qual é a natureza do órgão no qual você exerce ou exerceu suas funções nas áreas de compras, licitações ou almoxarifado?	Fechada
			PER04 - Por quanto tempo você atuou ou atua nas áreas de compras, licitações ou almoxarifado em algum órgão do Distrito Federal?	Fechada
			*PER05 - Você trabalhou ou esteve ligado(a), direta ou indiretamente, a	Fechada

			alguma área que realizava aquisições utilizando as Atas de Registro de Preços (ARPs) da Central de Compras do Distrito Federal?	
			*PER06 - Você trabalhou ou esteve ligado(a), direta ou indiretamente, a alguma área responsável por responder às Intenções de Registro de Preços (IRPs), anteriormente conhecidas como PLS?	Fechada
Seção 2 Descrição do Objeto (DESC)	Objetivo específico 01 Identificar os principais fatores internos à Central de Compras que contribuíram para o não acionamento do saldo das ARPs no período analisado	H2 As descrições dos itens constantes nas ARPs não se mostraram adequadas às necessidades específicas do órgão, o que motivou a adoção de outros instrumentos de contratação em detrimento da utilização das atas.	DESC01 - Os itens registrados nas Atas de Registro de Preços atendem de forma adequada às demandas e necessidades do meu órgão.	Fechada
			DESC02 - Os itens contratados por meio das Atas de Registro de Preços apresentam um nível excessivo de detalhamento, o que torna desafiador assegurar a conformidade no momento da entrega.	Fechada
			DESC03 - A falta de detalhamento nos itens das Atas de Registro de Preços resulta em produtos genéricos ou de baixa qualidade, comprometendo a entrega e a eficiência da aquisição ou prestação do serviço.	Fechada
			DESC04 - Os fornecedores, na maioria das vezes, entregam os produtos e serviços	Fechada

		conforme o estabelecido no processo licitatório.	
		DESC05 - Os itens registrados nas Atas de Registro de Preços, geralmente, estão alinhados e atualizados com as práticas e condições vigentes no mercado atual.	Fechada
		DESC06 - Algumas vezes, os itens registrados em Atas de Registro de Preços estão obsoletos, ultrapassados ou inadequados para o uso atual.	Fechada
		DESC07 - Já informamos à Central de Compras, em diversas ocasiões, sobre a ocorrência de itens indevidamente catalogados ou com erros em suas descrições.	Fechada
		DESC08 - Já cancelamos, em diversas ocasiões, Solicitações de Saldo de Ata (SSA) devido à qualidade insatisfatória do material fornecido, ainda que em conformidade com a descrição da ARP.	Fechada
		DESC09 - Já utilizamos o saldo da ARP disponibilizado para o meu órgão em algumas ocasiões sem realizar as devidas Solicitações de Saldo de Ata (SSA).	Fechada
		DESC10 - Em algumas ocasiões, meu órgão deixou de utilizar a Ata de Registro	Fechada

			de Preços (ARP) devido ao fato de que o quantitativo necessário para consumo era reduzido, levando o fornecedor a recusar a entrega por considerar que o volume solicitado não compensaria o fornecimento.	
<p>Seção 3 Gestão do conhecimento (GEC)</p>	<p>Objetivo específico 02 Avaliar a percepção dos gestores e dos servidores responsáveis pela gestão e pela execução operacional dos processos de compras nos órgãos participantes, fatores internos a estes órgãos, com foco específico no uso das ARPs em suas contratações</p>	<p>H4 A alta rotatividade de servidores nos órgãos, aliada à ausência de manuais operacionais e de ações contínuas de capacitação, impactou o aproveitamento ARPs.</p>	GEC01 - Tenho pleno conhecimento sobre o funcionamento do Sistema de Registro de Preços e o processo de contratação realizado por meio das Atas de Registro de Preços.	Fechada
			GEC02 - Meu órgão dispõe de manuais e roteiros estruturados para orientar novos colaboradores na utilização do Sistema de Registro de Preços.	Fechada
			GEC03 - No meu órgão, as aquisições por Atas de Registro de Preços e respostas do IRPs estão concentradas em uma única pessoa.	Fechada
			GEC04 - A área de compras e aquisições do meu órgão enfrenta uma significativa rotatividade de pessoal, com mudanças ocorrendo, em média, a cada ano.	Fechada
	Objetivo específico 01 Identificar os principais fatores internos à Central de Compras que contribuíram para o não	<p>H5 O desconhecimento do SRP, a preferência por processos de compras mais rápidos e flexíveis pelos gestores e a percepção dos servidores operacionais de que as ARPs são burocráticas e complexas influenciar na utilização desse instrumento.</p>	GEC05 - A Central de Compras fornece suporte contínuo necessário para atuarmos com relação às aquisições de ARPs e resposta de IRPs.	Fechada

	acionamento do saldo das ARPs no período analisado		GEC06 - A Central de Compras fornece treinamento contínuo necessário para atuarmos com relação às aquisições de ARPs e resposta de IRPs.	Fechada
	Objetivo específico 02 Avaliar a percepção dos gestores e dos servidores responsáveis pela gestão e pela execução operacional dos processos de compras nos órgãos participantes, fatores internos a estes órgãos, com foco específico no uso das ARPs em suas contratações		GEC07 - Percebo que a equipe da Central de Compras do DF envolvida com o Sistema de Registro de Preços — incluindo pregoeiros, analistas de IRP e gestores de ARP — necessita de aprimoramento em sua capacitação para melhoria do processo.	Fechada
			GEC08 - Em algumas ocasiões, eu ou membros do setor de aquisições realizamos licitações por desconhecimento de que já éramos participantes de uma ARP para o mesmo objeto.	Fechada
Seção 4 Planejamento e Legislação (PLAN)	Objetivo específico 02 Avaliar a percepção dos gestores e dos servidores responsáveis pela gestão e pela execução operacional dos processos de compras nos órgãos participantes, fatores	H3 As alterações internas nos projetos dos órgãos participantes, presumivelmente decorrentes de decisões de cunho político e da	PLAN01 - Alterações legislativas que impactaram meu órgão tornaram inviáveis as aquisições de determinados itens registrados em Atas de Registro de Preços.	Fechada
			PLAN02 - Alterações internas nos projetos do meu órgão redirecionaram prioridades para outras atividades, reduzindo o foco	Fechada

	internos a estes órgãos, com foco específico no uso das ARPs em suas contratações	instabilidade na gestão das unidades responsáveis pelas aquisições, impactaram o consumo das ARPs.	nas aquisições dos itens registrados nas Atas de Registro de Preços (ARPs).	
	Objetivo específico 01 Identificar os principais fatores internos à Central de Compras que contribuíram para o não acionamento do saldo das ARPs no período analisado		PLAN03 - No meu órgão, durante o planejamento, os itens foram inicialmente mencionados, mas, posteriormente, foram considerados dispensáveis para o exercício.	Fechada
Seção 5 Preços (PRE)	Objetivo específico 01 Identificar os principais fatores internos à Central de Compras que contribuíram para o não acionamento do saldo das ARPs no período analisado	H1 Os valores registrados nas ARPs encontram-se superiores aos praticados pelo mercado, o que motivou a adoção de soluções alternativas externas para a realização das contratações.	PLAN04 - No meu órgão, realocações orçamentárias ou contingenciamentos de recursos já inviabilizaram contratações por meio de Atas de Registro de Preços, mesmo diante de necessidades prementes.	Fechada
			PLAN05 - A complexidade e a burocracia das ARPs levam meu órgão a preferir outros formatos de contratação, mesmo sendo partícipe das atas.	Fechada
			PRE01 - Os preços das ARPs frequentemente superam os valores de mercado, levando o meu órgão a buscar alternativas externas para atender às suas demandas.	Fechada
			PRE02 - Os preços registrados nas ARPs frequentemente ficam abaixo dos praticados no mercado, levando os fornecedores a desistir da ARP ou a solicitar reequilíbrio de preços, o que compromete	Fechada

			a entrega e o fornecimento dos bens ou serviços.	
			PRE03 - Os preços registrados nas Atas de Registro de Preços frequentemente se mostram vantajosos para o meu órgão.	Fechada
Seção 6 Conclusão	Percepções gerais	Análise do surgimento de hipóteses não elencadas previamente na pesquisa (hipótese emergente, quando surgem novas interpretações durante a análise) e demais soluções percebidas para aperfeiçoar os processos de gestão e aquisição no âmbito da Central de Compras e da administração pública	Compartilhe suas percepções, sugestões, aspectos não abordados neste questionário ou quaisquer considerações adicionais que possam contribuir para o aprimoramento dos processos de gestão e aquisição no âmbito do Sistema de Registro de Preços, tanto na Central de Compras quanto na administração pública do Distrito Federal.	Aberta

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

* As questões PER02, PER05 e PER06 configuram-se como filtros de elegibilidade, destinadas exclusivamente à exclusão de respondentes que não se enquadram no perfil da pesquisa. Dessa forma, as respostas a esses itens não integrarão os resultados analíticos deste estudo.

A garantia do anonimato dos participantes na aplicação do questionário foi assegurada pela ausência de exigência de identificação de dados pessoais. O instrumento de coleta de dados solicitou apenas informações estritamente necessárias para a caracterização do perfil dos respondentes, sem comprometer sua identidade. Assim, requereu-se apenas que os participantes informassem se eram servidores públicos, o tipo de órgão ao qual estavam vinculados e o tempo de atuação nas áreas de compras, licitações ou almoxarifado. Essa estratégia visou preservar a confidencialidade das respostas, fomentando a liberdade e a autenticidade nas manifestações dos participantes.

4.2.1.2 CRIAÇÃO E CONDUÇÃO DO GRUPO FOCAL PARA VALIDAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Com o objetivo de validar a clareza, coerência e aplicabilidade do questionário elaborado para a pesquisa junto aos órgãos do Complexo Administrativo do Distrito Federal, foi constituído um grupo focal, cujas discussões permitiram ajustes e aprimoramentos antes da aplicação definitiva do instrumento de pesquisa. Um grupo focal pode ser compreendido, grosso modo, como uma discussão em grupo para explorar questões em determinado contexto, profundidade e detalhamento de forma livre, sem impor uma estrutura conceitual (Vitoriano et al., 2023). O grupo focal, conforme levantamento realizado por Carlini-Cotrim(1996), tem sido uma técnica utilizada tanto para ajudar na formulação de questionários, quanto em combinação com outros métodos qualitativos, ou mesmo utilizada como técnica única numa pesquisa. No presente estudo, a técnica foi empregada como instrumento de validação do questionário de pesquisa, assegurando a consistência e a fidedignidade das medidas utilizadas.

O grupo focal foi cuidadosamente estruturado, contando com dez participantes de diferentes órgãos e entidades do Distrito Federal, mas que estivessem lotados e atuantes em setores de compras, licitações e/ou almoxarifado, conforme segue:

- a) Casa Civil (2 participantes);**
- b) Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF) (1 participante);**
- c) Secretaria de Estado de Economia (1 participante);**
- d) Região Administrativa de Ceilândia (1 participante);**
- e) Região Administrativa do Riacho Fundo II (1 participante);**
- f) Região Administrativa de Fercal (1 participante);**

- g) Polícia Civil do Distrito Federal (1 participante);**
- h) Região Administrativa de Taguatinga (1 participante);**
- i) Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do DF (1 participante).**

Para garantir o anonimato e evitar qualquer influência hierárquica ou institucional nas respostas e percepções compartilhadas, os nomes dos participantes foram substituídos pelo nome de seus respectivos órgãos. Além disso, durante toda a reunião, as câmeras permaneceram desligadas, promovendo um ambiente mais neutro e focado exclusivamente no conteúdo discutido. A todos os integrantes também foi informado que a reunião seria gravada em vídeo, ressaltando-se, contudo, o compromisso com a preservação do anonimato dos participantes em todas as etapas da pesquisa.

A reunião foi conduzida no dia 06 de fevereiro de 2025, às 15 horas, por meio da plataforma de videoconferência Zoom, e teve duração de 36 minutos. O questionário, previamente elaborado, foi enviado antecipadamente aos participantes, garantindo que todos já tivessem conhecimento do seu conteúdo antes da reunião. No entanto, os participantes não sabiam quem mais estaria presente na sessão, preservando o sigilo dos envolvidos e garantindo imparcialidade nas interações.

A autora da pesquisa atuou como moderadora, sendo responsável por conduzir a discussão de forma estruturada, assegurando que todos os participantes tivessem oportunidade de se expressar e contribuir com percepções e sugestões.

A condução do grupo seguiu um roteiro previamente definido (Apêndice 1), dividido em três momentos principais: (i) abertura e contextualização; (ii) discussão guiada para validação do questionário; e (iii) consolidação das sugestões e fechamento.

A transcrição integral da sessão do grupo focal resultou em um corpus composto por 4.716 palavras. A metodologia adotada para a análise desse material consistiu na leitura minuciosa e manual da transcrição, com o objetivo de identificar e registrar apontamentos relevantes, temas emergentes e observações específicas relacionadas ao questionário da pesquisa. Esse processo analítico permitiu extrair percepções qualitativas dos participantes, contribuindo para a validação do instrumento proposto e para o aprofundamento da compreensão sobre os aspectos discutidos durante a sessão.

A partir das discussões realizadas no grupo focal, emergiram alguns fatores administrativos que podem dificultar a utilização eficaz das ARPs: (i) seleção de fornecedores deficitária; (ii) critérios de durabilidade e manutenção; (iii) preço abaixo do mercado; (iv) inadequação dos itens a realidade do órgão; (v) erros de catalogação; (vi) problemas logísticos; e (vii) qualidade inferior dos produtos ou serviços;

Sobre esses fatores, durante a reunião do grupo focal, os participantes destacaram a necessidade de revisar a forma como os IRPs são estabelecidos, uma vez que, frequentemente, os valores registrados ficam abaixo dos praticados no mercado. Esse cenário leva alguns fornecedores a desistirem da ARP, enquanto outros buscam solicitar o reequilíbrio dos preços, gerando instabilidade no fornecimento e dificuldades operacionais para os órgãos públicos.

Outro ponto relevante levantado foi a dificuldade de adequação das necessidades dos órgãos aos itens registrados na ARP, especialmente devido ao baixo custo de determinados elementos. Isso impacta a aquisição, pois os fornecedores nem sempre conseguem atender às demandas, seja pelo volume, pelo preço ou pelas condições de entrega. Além disso, a catalogação incorreta de itens ou erros em suas descrições foram identificados como fatores que dificultam o processo de compra, sugerindo a necessidade de aprimoramento na comunicação com a central de compras.

A logística de entrega também se mostrou um grande desafio. Muitos órgãos relataram dificuldades na aquisição de itens quando os fornecedores vencedores da licitação estão localizados em estados distantes, tornando inviável a entrega de pequenos volumes. Esse fator resulta na não utilização da ata, pois, em muitos casos, o custo do frete supera o valor do próprio item. Além disso, verificou-se que alguns fornecedores, ao participar das licitações, não levam em conta a distribuição pulverizada dos produtos ao longo do Distrito Federal, o que compromete o cumprimento do contrato.

A qualidade do material adquirido foi outro aspecto amplamente debatido. Os participantes relataram que, frequentemente, a escolha do menor preço resulta na aquisição de produtos de baixa durabilidade, o que aumenta os custos de manutenção. Isso se torna especialmente crítico para itens permanentes, como ferramentas e equipamentos, que muitas vezes

precisam ser substituídos em curtos períodos. Foi sugerido que a legislação considere não apenas o menor preço, mas também a durabilidade e os custos de manutenção ao longo do tempo, pois, em algumas situações, torna-se mais econômico adquirir um novo item do que realizar consertos sucessivos.

Por fim, destacou-se a importância de aprimorar os critérios de seleção de fornecedores e revisar os mecanismos de controle da execução das ARPs, de modo a garantir maior eficiência nas compras públicas e reduzir os desafios enfrentados pelos órgãos administrativos.

Ao término da reunião, todos os participantes foram convidados a preencher um segundo questionário (Apêndice 2), incluindo aqueles que optaram por não se manifestar durante a discussão. Essa iniciativa proporcionou uma oportunidade adicional para que todos pudessem expressar suas percepções e complementar informações que, por algum motivo, não foram abordadas no encontro. O questionário continha as mesmas perguntas norteadoras exploradas na discussão guiada, assegurando que todas as considerações, sugestões e eventuais ajustes fossem devidamente registrados e analisados de forma criteriosa.

Apenas seis participantes se manifestaram fora do âmbito da reunião do grupo focal, recorrendo ao questionário de avaliação. Tal manifestação resultou nos seguintes apontamentos em relação ao instrumento avaliado: (i) revisão e refinamento dos termos empregados; (ii) aperfeiçoamento do texto introdutório visando maior clareza e precisão comunicativa; (iii) proposição de questões suplementares pertinentes a treinamento, itens específicos e gestão orçamentária; (iv) indicação de sugestões para desenvolvimento e aprimoramento de treinamentos; (v) recomendações para adaptações e melhorias na escala utilizada; (vi) identificação e análise dos obstáculos enfrentados para a obtenção de respondentes, incluindo a alta rotatividade de pessoal; e (vii) alinhamento conceitual com a pergunta aberta, possibilitando a inclusão de temas não contemplados pelo questionário formal.

Os apontamentos levantados, os ajustes solicitados durante a reunião e as contribuições oriundas do questionário de avaliação foram devidamente analisados e incorporados à versão final do questionário. Aspectos que se distanciavam do escopo central e dos objetivos delineados para esta pesquisa foram descartados, garantindo que o

instrumento final permanecesse alinhado à temática proposta e à obtenção de dados relevantes.

Ao final de todas as ações conduzidas no âmbito do grupo focal, aplicou-se o questionário teste, de 07 a 08 de fevereiro de 2025, já revisado com as adaptações sugeridas, aos mesmos membros participantes do grupo e não foram registrados novos apontamentos por parte dos participantes, indicando a consistência e a aceitabilidade do instrumento reformulado. Os resultados foram satisfatórios, demonstrando avanços significativos em relação à usabilidade, tempo de resposta, precisão das medições e adequação ao tema proposto, evidenciando que as alterações realizadas foram pertinentes e eficazes para atender aos objetivos da avaliação.

4.2.1.3 UNIVERSO E AMOSTRA

A pesquisa foi realizada com servidores que atuam e atuaram nas unidades de compras e almoxarifado dos 103 órgãos participantes das ARPs do Distrito Federal, no período de 2019 a 2023, com o propósito de compreender suas percepções sobre o SRP na Central de Compras. Com base na extração de dados do sistema SGARP, estimou-se que em torno de 370 servidores eram potenciais respondentes.

Dada a especificidade do público-alvo, adotou-se a amostragem intencional não-probabilística, selecionando indivíduos com envolvimento direto na gestão ou operação do SRP, tanto em funções gerenciais quanto operacionais. Segundo Marotti et al.(2008) , a seleção de amostras intencionais é realizada de acordo com o julgamento do pesquisador. Os autores ainda apresentam que se for adotado um critério razoável de julgamento, pode-se chegar a resultados favoráveis. Marotti et al. (2008) destacam também que a principal característica das amostras não probabilísticas é a ausência de procedimentos aleatórios na seleção dos participantes, o que inviabiliza a aplicação de métodos estatísticos tradicionais para a estimativa de probabilidades e inferências sobre a população.

Considerando esse universo, definiu-se uma amostra ideal de aproximadamente 189 servidores, assegurando um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 5%, em conformidade com os padrões metodológicos aplicados a pesquisas desse tipo.

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot P \cdot (1 - P)}{E^2 \cdot (N - 1) + Z^2 \cdot P \cdot (1 - P)}$$

n: Tamanho da amostra ideal (o que estamos calculando).

N: Tamanho da população total (370 servidores).

Z: O valor Z é derivado da tabela normal padrão e depende do nível de confiança desejado. Para 95% de confiança, o valor de Z é 1,96.

P: A proporção esperada de sucesso. Como geralmente não sabemos a proporção exata de respostas positivas/negativas, usamos 0,5 (50%) para obter a maior variabilidade possível, o que resulta em uma amostra conservadora.

E: Margem de erro desejada. Utilizei 0,05 (5%), o que é bastante comum em pesquisas.

$$n = \frac{370 \cdot (1,96)^2 \cdot 0,5 \cdot (1 - 0,5)}{(0,05)^2 \cdot (370 - 1) + (1,96)^2 \cdot 0,5 \cdot (1 - 0,5)} \quad n = \frac{356,868}{2,84965} \approx 125,24$$

4.2.1.4 ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO DE RESPONDENTES

A mobilização dos participantes para a pesquisa, considerando que a coleta se deu de 18/02/2025 a 21/03/2025, foi conduzida por meio de uma abordagem estratégica, planejada e escalonada, com o objetivo de maximizar o alcance e assegurar a adesão necessária da população-alvo. Para tanto, foram utilizados múltiplos canais de comunicação, explorando diferentes formas de contato com os servidores das áreas de compras, licitação e almoxarifado dos órgãos do Distrito Federal.

O primeiro contato com os potenciais respondentes ocorreu em 18 de fevereiro de 2025, por meio do envio inicial de convites via e-mail (Apêndice 4), utilizando-se os endereços (370) extraídos da base de dados do SGARP. Em continuidade, no dia 20 de fevereiro, a divulgação foi ampliada por meio do compartilhamento do convite no grupo institucional no aplicativo WhatsApp mantido pela Central de Compras (Apêndice 9), composto por servidores das referidas áreas.

A fim de intensificar o alcance da mobilização, em 24 de fevereiro foi criada uma lista individual de transmissão no aplicativo WhatsApp (Apêndice 7), incorporando contatos oriundos tanto da base do SGARP quanto do grupo anteriormente mencionado. Essa tática teve como finalidade assegurar a multiplicidade dos meios de envio, elevando as chances de engajamento dos respondentes.

No dia 26 de fevereiro, procedeu-se ao reenvio dos convites por e-mail aos mesmos destinatários já contatados anteriormente (Apêndice 5). Além disso, a pesquisa passou a ser divulgada também em um grupo específico no WhatsApp formado por chefes de núcleo de almoxarifado do Distrito Federal (Apêndice 10), ampliando o alcance da ação entre os gestores da área.

Considerando-se o período do Carnaval e o impacto potencial da redução das atividades laborais sobre a taxa de resposta, decidiu-se pela suspensão temporária das ações de incentivo nos dias subsequentes, evitando investimentos de esforço em um momento de baixa efetividade esperada.

A mobilização foi retomada em 10 de março, com novo envio de convites por e-mail (Apêndice 6), reforço no grupo dos chefes de núcleo de almoxarifado (Apêndice 11) e contatos individualizados (Apêndice 8). Essas ações foram fundamentais para a obtenção de uma cobertura próxima à totalidade da amostra mínima prevista.

Visando reforçar a importância institucional da pesquisa e ampliar a legitimidade da iniciativa, em 12 de março a Subsecretaria de Compras Governamentais, como a figura de patrocinadora institucional, encaminhou um ofício circular a todos os órgãos (Apêndice 12), incentivando formalmente a participação dos servidores das áreas-alvo, ressaltando a importância do engajamento para o sucesso da iniciativa.

Por fim, em 13 de março de 2025, atingiu-se o número mínimo de respondentes estipulado conforme os parâmetros da amostra ideal, consolidando o êxito da estratégia de mobilização adotada. O planejamento demonstrou-se progressivamente mais eficaz ao longo da execução, refletindo-se em uma trajetória de crescimento estruturado e consistente no volume de respostas obtidas, conforme demonstrado na Figura 3 a seguir:

Figura 3 – Estratégia de propulsão de respondente por semana



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

O método de coleta de dados utilizado foi o Bola de Neve Virtual, consiste no envio do link do questionário eletrônico por e-mail ou RSV, acompanhado de um pedido para que seja compartilhado na rede de contatos do destinatário (Costa, 2018). Ainda segundo Costa (2018), essa estratégia viral baseia-se na confiança gerada pelo remetente, pertencente ao círculo social do receptor, aumentando a receptividade da mensagem:

[..]O método de levantamento de dados Bola de Neve Virtual inicia-se pelo envio/apresentação do link de acesso ao questionário eletrônico, por meio de e-mail ou de alguma RSV. Este método de encaminhamento do questionário corresponde à estratégia viral, uma vez que, no corpo da mensagem, além da apresentação da pesquisa, há um pedido para que a mesma seja repassada para/compartilhada com a rede de contatos de quem o recebeu/visualizou. O viral apoia-se no fato da mensagem ser enviada por um emissor do círculo social do receptor, dando a chance da mensagem ser encarada de forma amistosa (Costa, 2018).

Todos os instrumentos utilizados ao longo desse processo estão devidamente apresentados como os mencionados apêndices deste trabalho, proporcionando transparência e registro detalhado das ações realizadas.

4.2.2 EXTRAÇÃO DE DADOS DA BASE DO SISTEMA SGARP

4.2.2.1 INSTRUMENTO DE PESQUISA

A extração da base de dados do sistema SGARP foi utilizada como instrumento de pesquisa para fornecer dados operacionais, viabilizando uma análise quantitativa sobre a utilização das ARPs. A base de dados, estruturada em MySQL, esteve integralmente acessível à pesquisadora, permitindo a consulta irrestrita das informações necessárias para o estudo.

4.2.2.2 VARIÁVEIS DE INTERESSE

O percentual de uso das ARPs é uma métrica que permite mensurar o grau de utilização e aproveitamento das Atas por parte dos órgãos participantes. Secretarias de Estado, Administrações Regionais e Órgãos Especiais, ao constarem como partícipes de um IRP, manifestam interesse nas aquisições futuras. Entretanto, o uso efetivo das ARPs varia entre os órgãos, podendo refletir fatores como mudanças de prioridades, adequação de planejamento ou limitações orçamentárias. A avaliação deste percentual por tipo de órgão participante oferece insights sobre os processos das aquisições.

A análise dos dados compreendidos entre os anos de 2019 e 2023 permite o acompanhamento das tendências e variações no uso das ARPs ao longo deste período. O estudo desse intervalo possibilita identificar padrões, oscilações e eventuais mudanças estruturais ou conjunturais no comportamento dos órgãos públicos no que tange ao uso das ARPs, permitindo uma visão ampla das dinâmicas envolvidas no processo de registro de preços ao longo do tempo.

Para compreender o padrão de utilização das ARPs ao longo do período de 2019 a 2023, realizou-se a análise da distribuição percentual das ARPs por diferentes faixas de utilização. Esse exame permitiu identificar em quais intervalos de percentual de utilização se concentra a maior quantidade de atas em cada ano, possibilitando uma visão mais clara sobre utilização do uso desse instrumento de contratação. Com essa abordagem, buscou-se evidenciar tendências, variações e possíveis padrões que possam contribuir para a compreensão dos fatores que influenciam a utilização das ARPs pelos órgãos públicos.

O tempo decorrido entre a conclusão da IRP e a formalização da ARP é um fator determinante na celeridade dos processos de compras públicas. Esse período envolve diversas etapas, como a análise técnica, a aprovação dos quantitativos, avaliação de conformidade, processo licitatório e a confecção e publicação da ARP. Um tempo prolongado pode indicar gargalos burocráticos, enquanto um prazo mais ágil sugere maior eficiência administrativa. A análise desse período é relevante para entender como a administração pública está lidando com a organização e a rapidez nas suas compras.

A análise da média anual de utilização das ARPs por tipo de órgão tem como objetivo identificar e comparar os percentuais de uso entre as três categorias avaliadas: Órgãos Especializados, Administrações Regionais e Secretarias de Estado. Ao examinar os menores e maiores índices de utilização ao longo dos anos, busca-se compreender se o tipo de órgão exerce influência sobre os padrões de utilização das ARPs. Essa abordagem permite avaliar a existência de tendências ou discrepâncias significativas entre os diferentes grupos institucionais, contribuindo para a identificação de possíveis fatores que possam impactar a efetividade desse instrumento de contratação no âmbito da administração pública.

Em síntese, as principais variáveis que orientarão a extração de dados são as seguintes:

- a) Percentual das ARPs por faixa de utilização;**
- b) Distribuição de dias de duração da licitação por faixa de utilização;**
- c) Média anual de utilização de ARPs por tipo de órgão.**

4.2.2.3 UNIVERSO DOS DADOS

Para a presente pesquisa, foi extraído e analisado um conjunto abrangente de dados relacionados à utilização dos saldos registrados nas ARPs por diversos órgãos públicos. O universo de estudo é composto por:

- a) 1.155 ARP utilizadas como base para análise dos padrões de utilização dos saldos disponíveis e datas de vigência da mesma;**

- b) 103 órgãos públicos distintos, responsáveis pela solicitação e utilização dos saldos registrados, conferindo diversidade institucional ao estudo;
- c) 27.242 solicitações de utilização de saldo de atas, refletindo o consumo efetivo saldos registrados nas ARPs para os órgãos;
- d) 317 IRP que deram origem às ARPs analisadas, possibilitando a rastreabilidade dos processos licitatórios, a compreensão das origens dos saldos disponíveis, bem como a identificação do intervalo temporal entre a instauração do procedimento licitatório e o efetivo registro das ARPs;
- e) Horizonte temporal de cinco anos (2019 a 2023), assegurando uma análise longitudinal capaz de identificar tendências, variações e padrões na utilização dos saldos de atas ao longo do tempo.

4.3 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

4.3.1 DADOS DO QUESTIONÁRIO ONLINE

Para a realização das análises descritivas e validações estatísticas do survey, foram utilizados o software estatístico Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), ferramenta de Inteligência Artificial (IA) generativa (ChatGPT) e o Microsoft Excel.

Inicialmente, o questionário obteve 248 respondentes. No entanto, após a análise dos dados e a aplicação das variáveis de controle previstas no instrumento de coleta, foram considerados válidos, para fins desta pesquisa, 226 respondentes.

Preliminarmente, os dados coletados por meio da plataforma Google Forms foram organizados em planilhas do Microsoft Excel, já estruturadas automaticamente pelo próprio formulário, contendo as respostas aos itens de concordância em escala de 1 a 5. Posteriormente, essas informações foram exportadas para o software SPSS, possibilitando a realização das análises estatísticas descritivas descritas neste tópico.

Procedeu-se à análise do perfil dos respondentes do instrumento de survey, com ênfase em três variáveis específicas: tempo de atuação na área (PER04), natureza do órgão (PER03) e tipo de servidor (PER01). Para a caracterização dos participantes, aplicou-se

uma análise estatística descritiva, utilizando-se a tabulação cruzada entre as variáveis, com a apresentação dos percentuais calculados em relação ao total de respondentes. Essa abordagem permitiu identificar tendências, perfis predominantes e relações preliminares entre as variáveis analisadas, oferecendo um panorama inicial fundamental para a compreensão dos resultados subsequentes da pesquisa.

Tabela 2 – Resultado do perfil funcional dos respondentes						
Variável	Opções		ÓRGÃOS ESPECIAIZADOS (N = 62)	ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS (N = 56)	SECRETARIAS DE ESTADO (N = 108)	Total (N = 226)
Natureza do órgão (PER03)	-		27,4%	24,8%	47,8%	100%
Tipo de servidor (PER01)	Sim, servidor comissionado (sem vínculo)	N	14	15	28	57
		%	6,20%	6,60%	12,40%	25,20%
	Sim, servidor efetivo	N	48	41	80	169
		%	21,20%	18,10%	35,40%	74,80%
Tempo de atuação na área (PER04)	Menos de 1 ano	N	9	13	7	29
		%	4,00%	5,80%	3,10%	12,80%
	De 1 a 3 anos	N	15	16	26	57
		%	6,60%	7,10%	11,50%	25,20%
	De 4 a 6 anos	N	14	14	32	60
		%	6,20%	6,20%	14,20%	26,50%
	De 7 a 9 anos	N	7	3	14	24
		%	3,10%	1,30%	6,20%	10,60%
	Acima de 10 anos	N	17	10	29	56
		%	7,50%	4,40%	12,80%	24,80%

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A Tabela 2 apresenta o resultado do perfil funcional dos respondentes da pesquisa, considerando a natureza do órgão, o tipo de servidor e o tempo de atuação na área. Observa-se que a maior parte dos participantes atua em Secretarias de Estado, representando 47,8% do total de respostas. Em seguida, os Órgãos Especializados correspondem a 27,4%, enquanto as Administrações Regionais somam 24,8% dos respondentes.

Em relação ao tipo de servidor, destaca-se que 74,8% dos participantes são servidores efetivos, sendo a maioria vinculada às Secretarias de Estado (35,4%). Já os servidores comissionados, sem vínculo efetivo, representam 25,2% do total de respondentes, com destaque para as Secretarias de Estado (12,4%) em comparação aos demais órgãos.

Quanto ao tempo de atuação na área, a maior concentração de servidores se dá entre aqueles com 4 a 6 anos de experiência, representando 26,5% do total. Em seguida, servidores com mais de 10 anos de atuação compõem 24,8% dos respondentes. Servidores com menos de 1 ano de experiência somam 17,7%, enquanto aqueles com 1 a 3 anos e com 7 a 9 anos correspondem a 12,8% e 10,6%, respectivamente.

De forma geral, a análise do perfil dos respondentes permite destacar que (i) a predominância de respondentes oriundos de Secretarias de Estado; (ii) a maioria dos servidores participantes possui vínculo efetivo; (iii) a experiência profissional dos respondentes se concentra entre 4 e 6 anos ou acima de 10 anos de atuação; e (iv) a maioria dos respondentes com menos de um ano de experiência estão concentradas nas Administrações Regionais ao passo em que a maioria dos respondentes com mais de 10 anos de atuação estão concentrados das Secretarias de Estado.

Preliminarmente foi conduzida a Análise Fatorial Exploratória (AFE) do instrumento de coleta em si, com o objetivo de identificar padrões subjacentes entre as questões e as variáveis latentes deste estudo. Essa técnica permitirá agrupar itens que abordam um mesmo constructo (Hongyu, 2018), ainda que expressem esse conteúdo de maneiras distintas, favorecendo a estruturação teórica e a validação do instrumento de coleta de dados.

[...]A análise fatorial exploratória (AFE) ou “exploratory factoranalysis” é uma técnica dentro da análise fatorial cujo objetivo abrangente é identificar as relações subjacentes entre as variáveis medidas. A AFE é uma técnica estatística que estuda correlações entre um grande número de variáveis agrupando-as em fatores (Hongyu, 2018).

A AFE foi conduzida por meio do software estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS). O procedimento analítico contemplou a avaliação do Teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e do Teste de Esfericidade de Bartlett (Apêndice 13), das Comunalidades (Apêndice 14), da Variância Total Explicada (Apêndice 15), do Gráfico de Escarpa (Apêndice 16) e da Matriz de Componentes Rotacionada (Apêndice 17).

A adequação dos dados para a realização da análise fatorial foi verificada por meio dos testes de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e de Esfericidade de Bartlett. O índice KMO mede a adequação da amostragem, variando de 0 a 1, sendo que valores acima de 0,5 já são considerados aceitáveis, ainda que medíocres (Hongyu, 2018). A aplicação do teste de KMO ajudou a verificar se os indivíduos que participaram na resposta ao instrumento o fizeram de forma consistente (Luís et al., 2012). O Teste de Bartlett, por sua vez, avaliou se a matriz de correlação observada é significativamente diferente da matriz identidade, (Hongyu, 2018) o que é uma condição necessária para o sucesso da análise fatorial. O índice de significância aceitável (valor de p) para este teste de esfericidade geralmente é menor que 0,05 (Hair et al., 2009). Ainda segundo Hair et al. (2009), esse teste também é um modo de determinar a adequação da análise fatorial, sendo um teste estatístico para a presença de correlações entre as variáveis, fornecendo a significância estatística de que a matriz de correlação tem correlações significantes entre pelo menos algumas das variáveis.

Após a verificação da adequação dos dados, foi realizada a análise das comunalidades. As comunalidades representam a proporção da variância de cada variável que é explicada pelos fatores extraídos. Trata-se da quantia total de variância que uma variável original compartilha com todas as outras variáveis incluídas na análise (Hair et al., 2009). Em geral, valores de comunalidade acima de 0,5 são considerados satisfatórios para manter a variável na análise e abaixo desse limite, sugere-se retirar a variável, a depender do contexto, pois

ela não tem explicação suficiente no modelo, conforme recomendações de Hair et al. (2009).

A análise da variância total explicada foi conduzida com o objetivo de verificar a quantidade de variância dos dados que é explicada pelos fatores extraídos. Em contraste, em ciências sociais, nas quais as informações geralmente são menos precisas, não é raro considerar uma solução que explique 60% da variância total (e em alguns casos até menos) como satisfatória (Hair et al., 2009).

A identificação do número ideal de fatores foi complementada pela análise visual do Scree Plot (gráfico de sedimentação), gerado no software SPSS. O gráfico exibe os autovalores associados a cada componente extraído e facilita a identificação do ponto de inflexão ("cotovelo") que indica a quantidade apropriada de fatores a serem retidos.

A interpretação dos fatores foi realizada a partir da análise da Matriz de Componentes Rotacionados, obtida através do método de rotação Varimax no software SPSS. Varimax é um dos mais populares métodos de rotação fatorial ortogonal, concentrando-se na simplificação das colunas em uma matriz fatorial, sendo geralmente considerado superior a outros métodos de rotação fatorial para conseguir uma estrutura fatorial simplificada satisfatória (Hair et al., 2009).

A Matriz de Componentes Rotacionados apresenta os coeficientes de correlação entre cada variável e os fatores extraídos, já com a rotação aplicada para facilitar a interpretação dos agrupamentos. Foram consideradas relevantes as cargas fatoriais acima de 0,4, conforme recomendação de Hair et al. (2009), assegurando que apenas variáveis com contribuição significativa para os fatores fossem interpretadas. Cada fator foi composto por variáveis que apresentaram as maiores cargas fatoriais em relação a ele, permitindo a identificação de temas comuns e coerentes.

A avaliação da confiabilidade da estrutura fatorial do instrumento de survey utilizado nesta pesquisa foi verificada por meio do coeficiente de consistência interna chamado de Alfa de Cronbach (Cronbach, 1951) (Apêndice 18), que avalia o grau em que os itens de uma matriz de dados estão correlacionados entre si (Hongyu, 2018). Da Hora et al. (2010) afirmam que o coeficiente alfa avalia a consistência interna de um questionário, mensurando a correlação entre as

respostas a partir da análise do padrão de respostas fornecidas pelos participantes:

[...] O coeficiente alfa de Cronbach foi apresentado por Lee J. Cronbach, em 1951, como uma forma de estimar a confiabilidade de um questionário aplicado em uma pesquisa. o alfa mede a correlação entre respostas em um questionário através da análise do perfil das respostas dadas pelos respondentes. Trata-se de uma correlação média entre perguntas. Dado que todos os itens de um questionário utilizam a mesma escala de medição, o coeficiente α é calculado a partir da variância dos itens individuais e da variância da soma dos itens de cada avaliador (Da Hora et al. 2010).

Os itens que compõem uma escala devem apresentar um alto valor de alfa, e como esse coeficiente varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1, maior é a confiabilidade das escalas sendo o limite inferior geralmente aceito para o alfa é de 0,70, apesar de se aceitar sua redução para 0,60 em pesquisas exploratórias (Hair et al., 2009). Para este estudo, definiu-se como limite inferior aceitável para o alfa de Cronbach o valor de 0,6, considerando, também, a homogeneidade da amostra composta por profissionais atuantes na temática. Segundo Da Hora et al. (2010), avaliadores especialistas tendem a apresentar opiniões convergentes sobre o tema em análise, o que reduz a variabilidade das respostas no questionário e, conseqüentemente, pode resultar em valores mais baixos do coeficiente alfa.

De acordo com Gottens et al. (2018), a confiabilidade do Alfa de Cronbach é classificada da seguinte forma: muito baixa ($\alpha \leq 0,30$), baixa ($0,30 < \alpha \leq 0,60$), moderada ($0,60 < \alpha \leq 0,75$), alta ($0,75 < \alpha \leq 0,90$) e muito alta ($\alpha > 0,90$). No presente estudo, todos os coeficientes alfas obtidos situaram-se na faixa de 0,60 a 0,70, enquadrando-se, portanto, na categoria de confiabilidade moderada. No entanto, por se aproximarem do limite inferior dessa faixa, os valores obtidos revelam confiabilidade apenas limítrofe, muito próxima de uma classificação considerada baixa.

Após a AFE, foi realizada a análise descritiva dos fatores identificados de forma individualizada. Para cada variável de cada fator, calcularam-se a média, o desvio padrão, o coeficiente de variação (CV) e a significância estatística total, separados por tipo de órgão e total. O coeficiente de variação (CV) é uma medida de variabilidade que mede percentualmente a relação entre o desvio padrão (s) e a média

aritmética, com a vantagem de ser um valor adimensional, independentemente da unidade de medida utilizada (Silva et al., 2011). Ele explica a consistência ou estabilidade relativa dos dados. Ferreira (1991) propôs uma classificação para interpretação do CV com base no grau de precisão experimental observado: CV inferior a 10% indica ótima precisão; valores entre 10% e 15% correspondem a boa precisão; entre 15% e 20%, denotam precisão regular; entre 20% e 30%, caracterizam péssima precisão experimental; e valores superiores a 30% indicam precisão extremamente insatisfatória. Em resumo, um CV baixo indica maior consistência dos dados, enquanto um CV alto revela maior dispersão e menor estabilidade.

O método de análise adotado acima, juntamente com a utilização de teste de KruskalWallis, fundamentou-se em Furtado (2025), com o propósito de descrever a distribuição das respostas e identificar padrões significantes no comportamento dos dados:

[...] garantindo que as análises não paramétricas fossem utilizadas para verificação do comportamento da amostra, em razão da não normalidade dos dados. Em decorrência disto, e pela quantidade de grupos (órgãos do GDF) foi utilizado o teste de KruskalWallis – teste não paramétrico para análise de variância entre grupos, com três ou mais grupos –, para identificação da existência de diferença nas médias das respostas dos servidores, com a posterior comparação pareada (pairwise) (Furtado, (2025).

Especificamente para análise da pergunta aberta foi utilizado o método desenvolvido e utilizado por Romão et al.(2024). O método consiste em realizar análise de conteúdo das respostas abertas, utilizando técnicas adaptadas de Bardin (2011) aplicadas com o apoio da ferramenta Microsoft *Excel* de uma ferramenta de inteligência artificial generativa, no caso deste estudo, o *ChatGPT*. O *prompt* utilizado para a condução dessa análise, baseado em Romão et al. (2024), encontra-se no Apêndice 22. Inicialmente, as respostas foram carregadas em formato de planilha e processadas pela IA, que sugeriu categorias temáticas com base nas palavras-chave e nos objetivos das respostas. Após uma primeira classificação automática, foi feita uma revisão humana para ajustar e renomear categorias, seguida de uma nova reclassificação pela IA. Também foram identificadas e descartadas respostas duplicadas e inválidas, garantindo a consistência dos dados analisados.

4.3.2 DADOS DA BASE DO SISTEMA SGARP

Para a realização das análises descritivas e validações estatísticas dos dados extraídos da base de dados, foram utilizados o *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) e o *Microsoft Excel*.

Após a extração, os dados passaram por um rigoroso processo de avaliação da limpeza e organização, com o objetivo de eliminar inconsistências e garantir que todas as informações estivessem corretas e em um formato adequado para a análise subsequente. Não foram identificadas inconsistências relevantes capazes de comprometer a qualidade ou a fidedignidade da análise das informações. Em seguida, foi realizada uma análise quantitativa por meio de análises descritivas e comparativas, permitindo identificar padrões e informações sobre a utilização das ARPs ao longo do tempo, além de evidenciar discrepâncias no comportamento dos diferentes órgãos.

Para a análise da distribuição percentual das ARPs por faixa de utilização, foram utilizadas informações relativas às utilizações das ARPs no período compreendido entre os anos de 2019 e 2023. A apresentação dos dados foi realizada por meio de tabelas e gráficos, permitindo a visualização clara dos padrões observados. Além disso, foram destacados os intervalos de faixas onde se concentram os maiores percentuais de utilização, evidenciando as faixas com maior impacto dentro do universo analisado.

No que se refere à distribuição de dias de duração da licitação por faixa de utilização, a análise foi baseada nas datas de conclusão dos IRPs e nas datas de publicação das respectivas ARPs, considerando os anos de 2020 a 2023. Essa delimitação temporal foi necessária devido à ausência de gestão de IRPs no sistema SGARP em períodos anteriores. Também nesse modelo, a apresentação dos resultados se deu por meio de tabelas e gráficos, com destaque para as faixas que apresentaram as menores e maiores médias de dias percorridos entre a o início do processo licitatório da licitação e a publicação das atas.

Por fim, a análise da média anual de utilização de ARPs por tipo de órgão considerou as informações de solicitações de saldo de ARP categorizadas conforme o tipo de órgão solicitante, para o período de 2019 a 2023. Foram calculadas as médias anuais de utilização, e identificados, para cada ano, os tipos de órgãos que registraram as

maiores e menores médias de utilização, evidenciando o comportamento diferenciado entre as distintas categorias institucionais ao longo do tempo.

Para verificar a existência de uma relação estatisticamente significativa entre o tipo de órgão público e a média de utilização das ARPs, foi aplicada uma regressão linear simples no software SPSS. No estudo em questão, foi realizada uma análise bivariada, tendo como variável dependente o percentual de utilização das ARPs (`val_percent_utilizacao`), enquanto a variável independente foi o tipo de órgão (`tipo_orgao`), codificada numericamente de 0 a 2 (0 = Administrações Regionais, 1 = Órgãos Especializados, 2 = Secretarias de Estado).

A análise de dados bivariada permite, numa perspectiva descritiva e também inferencial, avaliar a relação entre duas variáveis (Teixeira, 2016). Ainda segundo a mesma autora, estes procedimentos são importantes por si só (como para perceber a relação entre duas variáveis), ou podem ser úteis enquanto fase preparatória de análises multivariadas, não sendo estas opções mutuamente exclusivas. Cabe ressaltar que, neste modelo de análise bivariada, considerou-se que a omissão de variáveis relevantes ou a inclusão de variáveis irrelevantes poderia comprometer a validade dos resultados, gerando vieses ou até regressões espúrias (Samora et al., 2014). No presente estudo, o modelo de regressão foi submetido a uma análise crítica dos resultados, conforme a recomendado por Samora et al. (2014).

Inicialmente, a variável foi tratada como numérica contínua para fins de análise exploratória. A interpretação dos resultados baseou-se nas estatísticas fornecidas pelo modelo de regressão, incluindo (i) o coeficiente de determinação (R^2), que segundo Chein (2019), irá variar entre 0 e 1, quanto mais próximo de 1, maior será o poder de explicação ou o ajuste do modelo de regressão; (ii) os coeficientes não padronizados; e (iii) os valores de significância (p-valor), nível de significância exato ou observado (Chein, 2019), para o modelo geral ANOVA (análise de variância) e para a variável preditora. A ANOVA tem esse nome porque compara a variância dentro dos grupos (residual) com a variância entre os grupos (do fator), com o objetivo de identificar se há diferenças estatisticamente significativas entre as médias dos grupos analisados (Marôco, 2007).

No que tange à análise por regressão linear, Chein (2019) ainda ressalta que:

[...] Os modelos de regressão linear fazem parte de um conjunto de ferramentas comuns entre economistas e estatísticos cujo foco é a realização de inferências, na maior parte das vezes, causais. A inferência consiste em, a partir de evidências encontradas para uma amostra, realizar generalizações de resultados para a população. Ou, de modo mais simples, há um interesse em verificar a correlação entre duas ou mais variáveis e testar o quanto se pode confiar nas estimativas encontradas (Chein, 2019).

Este capítulo focou em explicar a estratégia metodológica adotada, que foi cuidadosamente estruturada para contemplar a complexidade do fenômeno investigado, integrando múltiplas fontes de dados e distintas abordagens analíticas. A articulação entre dados primários, coletados por meio de survey validado em grupo focal, e dados secundários, extraídos do sistema SGARP, permitiu uma análise abrangente, robusta e fundamentada dos fatores administrativos que influenciam a utilização das ARPs no âmbito da Central de Compras do Distrito Federal. O delineamento quantitativo, de caráter descritivo e confirmatório, somado à aplicação de técnicas estatísticas como a Análise Fatorial Exploratória, garantiu rigor analítico à investigação. Com isso, o método delineado não apenas assegura a fidedignidade dos dados coletados e tratados, mas também sustenta a confiabilidade dos achados que serão apresentados e discutidos nos capítulos subsequentes.



5

5

RESULTADOS DA PESQUISA

Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa obtidos a partir de duas fontes principais: as respostas ao questionário aplicado junto aos servidores públicos do Distrito Federal envolvidos com processos de registro de preços e os dados administrativos extraídos do SGARP. A análise conjunta dessas bases permitiu observar tanto a percepção dos agentes públicos quanto o comportamento efetivo dos órgãos em relação à utilização das ARPs.

Inicialmente, na primeira seção, foi realizada uma AFE para identificar agrupamentos de variáveis percebidas como relevantes pelos respondentes quanto à utilização das ARPs, permitindo a extração de fatores latentes que sintetizam os principais eixos de percepção.

Na seção dois, é apresentada uma análise descritiva dos fatores extraídos, a partir das percepções dos servidores públicos atuantes com registro de preços, com o objetivo de compreender como esses fatores são avaliados em termos de concordância, aplicabilidade e impacto na rotina dos órgãos.

A seção três apresenta a análise qualitativa das respostas abertas do questionário, por meio da técnica de análise de conteúdo categorial temática, conforme descrito no capítulo de método, a fim de identificar fatores administrativos apontados diretamente pelos respondentes como entraves à utilização das ARPs.

Já nas seções quatro a seis, são realizadas análises descritivas e estatísticas com base em dados empíricos do uso efetivo das ARPs, observando variáveis como o percentual de utilização das atas, a duração média dos processos licitatórios e a relação da utilização com o tipo de órgão, oferecendo uma visão objetiva e comparativa dos padrões de comportamento institucional frente ao uso das ARPs.

5.1 AGRUPAMENTO DE VARIÁVEIS PERCEBIDAS COMO RELEVANTES À UTILIZAÇÃO DAS ARPS POR MEIO DA ANÁLISE FATORIAL EXPLORATÓRIA

Nesta seção, realiza-se a AFE com o objetivo de identificar e agrupar os fatores latentes subjacentes às percepções dos respondentes. AFE, buscou-se reduzir a dimensionalidade dos dados e compreender como as diferentes variáveis se organizam em constructos teóricos coerentes, representando os principais eixos de percepção dos participantes da pesquisa.

O índice de KMO obtido foi de 0,716, o que é considerado "bom" segundo Kaiser (1974), indicando que a amostra possui correlações parciais suficientemente pequenas e que a estrutura dos dados é apropriada para a análise fatorial.

O Teste de Esfericidade de Bartlett apresentou significância estatística ($p < 0,001$), confirmando que as correlações entre as variáveis não são matrizes de identidade e, portanto, são adequadas para a extração de fatores.

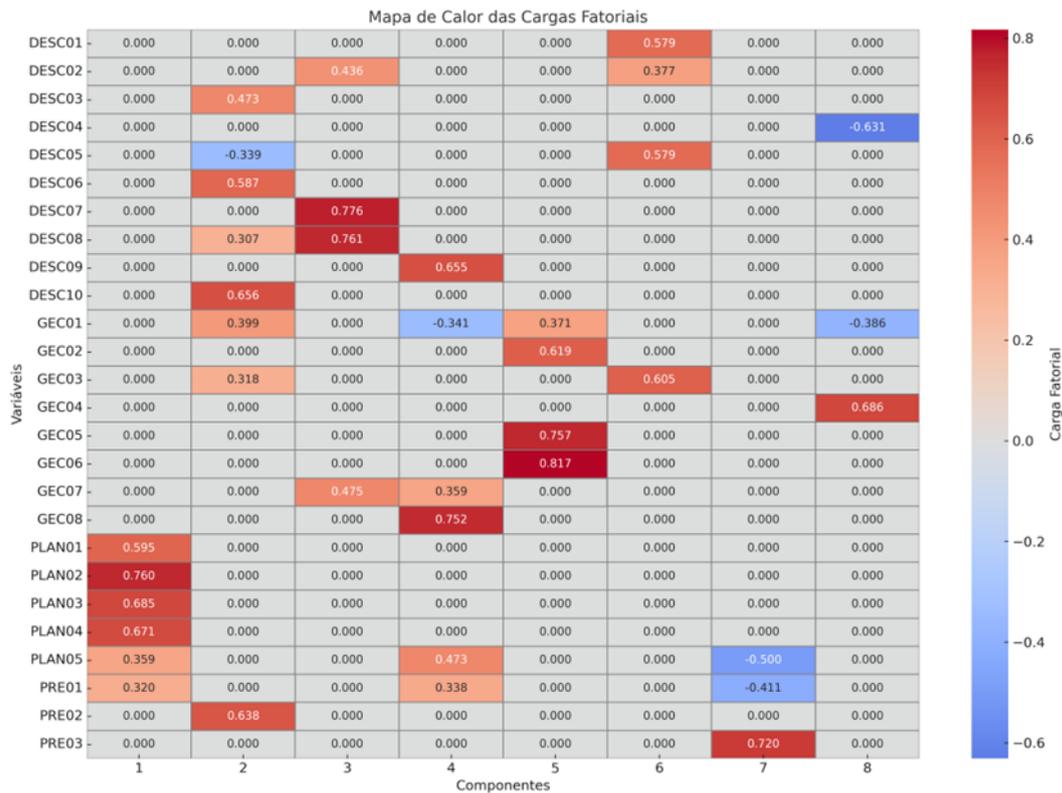
No presente estudo, as comunalidades extraídas variaram de 0,443 a 0,728, indicando que todas as variáveis possuem um nível aceitável de explicação pelos fatores. Embora algumas variáveis, como DESC03 (0,443) e DESC01 (0,446), apresentem valores próximos ao limite inferior, ainda assim foram mantidas na análise por estarem dentro do patamar mínimo considerado adequado. Dessa forma, não foi necessária a exclusão de variáveis por baixa comunalidade, reforçando a robustez da estrutura fatorial extraída.

Seguindo o critério de Kaiser (autovalores superiores a 1,0), foram identificados oito componentes relevantes. Esses oito fatores, em conjunto, explicam 58,393% da variância total dos dados, valor considerado bastante satisfatório para pesquisas na área

Observou-se também um "cotovelo" nítido entre o oitavo e o nono componente, sugerindo que a partir do nono componente os fatores adicionais contribuem com uma variância insignificante, sendo considerados estatisticamente irrelevantes. Assim, a análise gráfica corroborou a decisão de manter oito fatores, alinhando-se ao critério de Kaiser (1974) e às boas práticas recomendadas para a análise fatorial exploratória (Hair et al., 2009).

Em relação à matriz de componentes rotacionados, a seguir pode-se observar o mapa de calor das cargas fatoriais como uma representação gráfica dessa matriz, no qual as células foram coloridas conforme a magnitude e a direção (positiva ou negativa) das cargas atribuídas a cada variável em relação aos fatores extraídos na AFE:

Figura 4 – Mapa de calor das carga fatoriais da AFE



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

As cargas de maior magnitude foram destacadas por tons mais avermelhados, enquanto as de menor magnitude foram representadas em tonalidades mais azuladas, proporcionando uma visualização clara das variações nas contribuições das variáveis para os fatores extraídos.

Com base em todas as análises realizadas neste tópico, incluindo a avaliação das cargas fatoriais observadas, foi possível nomear os fatores em conformidade com os conceitos subjacentes que agrupavam as variáveis, conforme Tabela 3, resultando na seguinte classificação:

Tabela 3 – Análise dos Fatores Extraídos, Temas Interpretados e Confiabilidade

Variável	Comunalidades	Variância Total Explicada*	Fator*	Tema interpretado	Carga fatorial	Alfa de Cronbach
PLAN01	0,544	9,613	1	Planejamento interno e Legislação <i>Alterações legislativas, revisões de projetos, exclusão de itens inicialmente previstos e realocações orçamentárias</i>	0,595	0,687
PLAN02	0,649				0,760	
PLAN03	0,567				0,685	
PLAN04	0,601				0,671	
DESC03	0,443	8,213	2	Descrição do Objeto – Preços licitados <i>Falta de detalhamento do item, obsolescência, exigência de entregas em quantidades inviáveis e preços registrados abaixo do mercado</i>	0,473	0,596
DESC06	0,505				0,587	
DESC10	0,518				0,656	
PRE02	0,470				0,638	
DESC02	0,481	7,768	3	Descrição do Objeto - Gestão do conhecimento (I) <i>Descrições excessivas ou incorretas dos itens, baixa qualidade dos produtos licitados e a necessidade de capacitação da equipe da Central de Compras</i>	0,436	0,619**
DESC07	0,664				0,776	
DESC08	0,720				0,761	
GEC07	0,592				0,475	
DESC09	0,559	7,672	4	Descrição do Objeto - Gestão do conhecimento – Planejamento interno e Legislação <i>Ausência de registros formais sobre a utilização das atas no sistema, a abertura de processos licitatórios paralelos para aquisição de itens já contemplados em ARPs</i>	0,655	0,613
GEC08	0,650				0,752	
PLAN05	0,642				0,473	

				<i>vigentes, bem como a complexidade e a burocracia envolvidas na utilização e execução dessas atas</i>		
GEC02	0,625	7,518	5	Gestão do conhecimento <i>Existência de manuais e roteiros de orientação no órgão, e os treinamentos contínuos e o suporte oferecido pela Central de Compras aos órgãos participantes</i>	0,619	0,621
GEC05	0,728				0,757	
GEC06	0,723				0,817	
DESC01	0,446	6,233	6	Descrição do Objeto - Gestão do conhecimento (II) <i>Adequada aderência das atas às demandas dos órgãos, o alinhamento dos itens com as práticas de mercado vigentes e a centralização das aquisições e respostas aos IRPs em uma única pessoa no órgão</i>	0,579	0,335***
DESC05	0,673				0,579	
GEC03	0,496				0,605	
PRE03	0,582	5,694	7	Preços licitados <i>Vantajosidade dos preços registrados nas ARPs para o órgão</i>	0,720	Não aplicável
GEC04	0,579	5,682	8	Gestão do conhecimento (rotatividade) <i>Alta rotatividade, em média a cada ano, de pessoal na área de compras e aquisições</i>	0,686	Não aplicável
DESC04	0,549	-	Não têm fator dominante	Não agrupadas	-0,631	Não aplicável

GEC01	0,621	Não têm fator dominante	Não agrupadas	0,399	Não aplicável
PRE01	0,556	Não têm fator dominante	Não agrupadas	0,338	Não aplicável

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

* Esses 8 fatores juntos explicam **58,393% da variância**.

** Com a exclusão da variável DESC02, o coeficiente Alfa de Cronbach elevou-se para 0,669.

*** Com a exclusão da variável GEC03, o coeficiente Alfa de Cronbach elevou-se para 0,463

O Fator 1, intitulado “Planejamento interno e Legislação”, agrupa quatro variáveis (PLAN01, PLAN02, PLAN03 e PLAN04) relacionadas a alterações legislativas, revisões de projetos, exclusão de itens inicialmente previstos e realocações orçamentárias. Esse fator apresentou um Alfa de Cronbach de 0,687, indicando boa consistência interna. A coerência temática das variáveis agrupadas sugere que questões normativas e de planejamento prévio influenciam diretamente na efetividade da utilização das ARPs, possivelmente por afetarem a previsibilidade e estabilidade dos processos de compras públicas.

O Fator 2, denominado “Descrição do Objeto – Preços licitados”, reúne quatro variáveis (DESC03, DESC06, DESC10 e PRE02) associadas a falhas na descrição técnica dos itens, obsolescência, exigências operacionais pouco viáveis e preços abaixo dos valores praticados no mercado. O Alfa de Cronbach de 0,596, 0,6 quando arredondado, é considerado limítrofe, mas aceitável em análises exploratórias. Esse fator destaca a importância da qualidade técnica e da viabilidade econômica dos itens registrados nas atas para garantir sua utilização efetiva.

O Fator 3, identificado como “Descrição do Objeto – Gestão do conhecimento (I)”, contempla quatro variáveis (DESC02, DESC07, DESC08 e GEC07) que tratam de descrições excessivas ou incorretas, baixa qualidade dos produtos licitados e necessidade de capacitação das equipes envolvidas. O Alfa de Cronbach foi de 0,619, aumentando

para 0,669 com a exclusão da variável DESC02. Isso demonstra que, embora o fator apresente razoável consistência, há margem para refinamento. O conteúdo do fator evidencia que falhas técnicas na especificação dos itens e a ausência de conhecimento técnico impactam diretamente na aplicação das ARPs.

O Fator 4, nomeado “Descrição do Objeto – Gestão do conhecimento e Planejamento interno”, agrega as variáveis DESC09, GEC08 e PLAN05, abordando a ausência de registros formais, a execução de processos paralelos desnecessários e a burocracia envolvida na utilização das atas. O Alfa de Cronbach foi de 0,613, indicando uma consistência satisfatória. Este fator sugere que a falta de integração entre os registros das atas e os sistemas de planejamento e controle internos pode gerar retrabalho e baixa efetividade no uso das ARPs.

O Fator 5, intitulado “Gestão do conhecimento”, é formado pelas variáveis GEC02, GEC05 e GEC06, relacionadas à existência de manuais, roteiros de orientação e treinamentos fornecidos pela Central de Compras. Com um Alfa de 0,621, esse fator apresenta consistência adequada, demonstrando que ações institucionais de capacitação e suporte técnico têm papel relevante na promoção do uso eficiente das ARPs.

O Fator 6, denominado “Descrição do Objeto – Gestão do conhecimento (II)”, reúne as variáveis DESC01, DESC05 e GEC03, ligadas à aderência das atas às demandas dos órgãos, alinhamento com o mercado e centralização das aquisições em uma única pessoa. No entanto, esse fator apresentou um Alfa de Cronbach de apenas 0,335, considerado muito baixo. Mesmo com a exclusão da variável GEC03, o índice sobe apenas para 0,463, ainda insuficiente. Isso compromete a consistência do fator, indicando que suas variáveis não compartilham uma estrutura coesa, devendo ser analisadas individualmente.

O Fator 7, identificado como “Preços licitados”, é composto por uma única variável (PRE03), que trata da vantajosidade dos preços registrados nas ARPs. Com carga fatorial elevada (0,720), mas sem cálculo de Alfa possível por ser uma variável isolada, esse fator aponta para a percepção de que preços competitivos são um elemento central para incentivar a utilização das atas, embora precise ser tratado pontualmente na análise.

Por fim, o Fator 8, denominado “Gestão do conhecimento (rotatividade)”, também é formado por uma única variável (GEC04), relacionada à alta rotatividade de pessoal nas áreas de compras. Sua carga fatorial (0,686) indica relevância, mas a ausência de outras variáveis relacionadas impede a análise como fator composto. Ainda assim, sua inclusão é relevante, pois sugere que a descontinuidade nas equipes pode comprometer o uso consistente das ARPs.

Ainda sobre o oitavo fator, observou-se que o item DESC04 apresentou carga fatorial negativa (-0,631) nesse fator. Procedeu-se à inversão dos escores do item DESC04, transformando os valores (1 virou 5, 2 virou 4, etc.), o que resultou em uma carga fatorial positiva de 0,631. Contudo, ao calcular o Alfa de Cronbach para o fator composto por GEC04 e DESC04, o valor obtido foi de apenas 0,250, indicando baixa consistência interna. Dessa forma, optou-se por excluir o item DESC04 do modelo e manter o fator representado unicamente pelo item GEC04, conforme práticas recomendadas em análise fatorial para casos de fatores com forte unidimensionalidade e ausência de outros indicadores adequados.

Para os sétimos e oitavos fatores, a aferição do coeficiente Alfa de Cronbach não se aplica, uma vez que cada fator é composto por apenas uma variável isolada.

As variáveis GEC01 e PRE01 não foram agrupadas em nenhum fator devido a cargas fatoriais abaixo de 0,4 e, por isso, foram corretamente excluídas da estrutura interpretativa.

Considerando o Fator 3, observou-se que o coeficiente Alfa de Cronbach aumentou de 0,619 para 0,669 com a exclusão da variável DESC02. Embora essa elevação não seja expressiva, aproxima o fator do valor de referência de 0,70, geralmente adotado como indicativo de boa consistência interna em pesquisas nas ciências sociais. Tal resultado sugere que a variável DESC02 compromete a coesão interna do grupo, apresentando um comportamento menos alinhado em relação às demais variáveis que compõem o fator. Diante disso, opta-se por sua exclusão da análise referente ao Fator 3, com o objetivo de aprimorar a confiabilidade estatística do constructo.

Com base nos achados decorrentes da análise fatorial, infere-se que:

- a) o modelo identificou 8 fatores com significado interpretável, que explicam conjuntamente 58,39% da variância total dos dados. Esse percentual é satisfatório para pesquisas em ciências sociais, indicando que os fatores extraídos capturam boa parte da estrutura latente do questionário aplicado;
- b) cinco dos oito fatores extraídos apresentaram níveis adequados de consistência interna, com coeficientes Alfa de Cronbach superiores a 0,6, sendo considerados confiáveis para fins de análise e interpretação. São eles: o Fator 1, “Planejamento interno e Legislação”, com Alfa de 0,687; o Fator 2, “Descrição do Objeto – Preços licitados”, com Alfa de 0,596, valor limítrofe, mas ainda aceitável para pesquisas exploratórias; o Fator 3, “Descrição do Objeto – Gestão do conhecimento (I)”, com Alfa de 0,619, que se eleva para 0,669 com a exclusão da variável DESC02; o Fator 4, “Descrição do Objeto – Gestão do conhecimento – Planejamento interno e Legislação”, com Alfa de 0,613; e o Fator 5, “Gestão do conhecimento”, com Alfa de 0,621. Esses fatores demonstram estabilidade e coerência interna e, portanto, contribuem de forma significativa para a estrutura fatorial do modelo;
- c) a exclusão de variáveis com baixo poder explicativo — DESC04, GEC01 e PRE01 — mostra que nem todas as dimensões inicialmente consideradas são relevantes para o survey. Essas variáveis não se agruparam a nenhum fator dominante, o que indica que não compartilham estrutura comum com outras variáveis do questionário. As cargas fatoriais foram baixas ou divergentes, o que inviabiliza sua interpretação conjunta com os demais fatores. Ainda assim, seu conteúdo pode ser relevante e merece ser analisado de forma isolada, sobretudo se estiverem alinhadas com hipóteses teóricas ou evidências qualitativas;
- d) a análise de confiabilidade interna sugere que alguns fatores, como a “Descrição do Objeto – Gestão do conhecimento II” (Fator 6), apresentam consistência fraca, mesmo após exclusões de variáveis problemáticas. Apesar das cargas fatoriais aceitáveis, o baixo Alfa indica que as variáveis agrupadas (DESC01, DESC05 e GEC03) não medem um mesmo construto de forma coesa. A exclusão da variável GEC03 elevou o Alfa para 0,463, ainda assim insuficiente. Diante disso, optou-se por não considerar esse agrupamento como

representativo na análise final, sem incluí-lo entre os fatores latentes estatisticamente validados;

- e) os Fatores 7 (Preços licitados) e 8 (Gestão do conhecimento – rotatividade) apresentaram apenas uma variável dominante cada e, por isso, não foram passíveis de teste de consistência interna. Ainda assim, essas variáveis demonstraram cargas fatoriais elevadas (0,720 e 0,686, respectivamente), o que sugere que, embora não componham fatores com múltiplos itens, são percepções relevantes e devem ser consideradas pontualmente na análise qualitativa; e
- f) o modelo evidencia que os principais construtos percebidos como influenciadores do uso das ARPs pelos órgãos do DF se concentram em três grandes eixos temáticos: (a) planejamento e legislação; (b) descrição técnica e qualidade dos itens licitados; e (c) gestão do conhecimento institucional. A presença recorrente de variáveis associadas à capacitação, à clareza da descrição dos objetos e à existência de normas e rotinas organizacionais mostra a relevância da dimensão organizacional e processual para a efetividade das atas.

A realização da AFE constitui uma etapa fundamental na verificação da unidimensionalidade das variáveis, pré-requisito essencial para a construção de escalas multidimensionais robustas (Hair et al., 2009). De acordo com os mesmos autores, considera-se que uma escala apresenta unidimensionalidade quando seu coeficiente de confiabilidade, medido pelo alfa de Cronbach, ultrapassa o valor mínimo aceitável de 0,60, desde que haja coerência teórica e consistência empírica, como foi o caso da análise do tópico em questão. No presente estudo, a aplicação da AFE identificou agrupamentos latentes de variáveis fortemente correlacionadas, culminando na formação de oito fatores distintos, os quais foram rotulados com base nas características conceituais compartilhadas entre os itens componentes, conforme sugere Hair et al. (2009).

5.2 ANÁLISE DESCRITIVA DOS FATORES INTERPRETADOS SOBRE AS PERCEPÇÃO DOS RESPONDENTES - SRP NO ÂMBITO DA CENTRAL DE COMPRAS DO DF

Esta seção apresenta a análise descritiva dos fatores interpretados a partir da AFE, com o objetivo de examinar as

percepções dos respondentes em relação às variáveis que afetam a execução e utilização das ARPs no contexto da Central de Compras do Distrito Federal. Serão considerados os valores médios, os desvios padrão, os coeficientes de variação (CV%) e os níveis de significância de cada item agrupado nos fatores extraídos, a fim de identificar padrões de comportamento e consistência nas respostas.

A análise é estruturada por tipo de órgão respondente (Órgãos Especializados, Administrações Regionais e Secretarias de Estado), além dos dados consolidados do total da amostra (N = 226). A interpretação dos resultados busca destacar a variabilidade das respostas por grupo institucional, bem como a relevância relativa de cada item dentro do fator, considerando seu impacto percebido no planejamento e execução das compras públicas centralizadas. A seguir, cada item de cada fator será analisado individualmente, com base nos indicadores mencionados.

Tabela 4 – Análise descritiva da percepção dos respondentes – Fator 1

FATOR 1															
Tema interpretado: Planejamento interno e Legislação															
Alterações legislativas, revisões de projetos, exclusão de itens inicialmente previstos e realocações orçamentárias															
Item	Questão	Variável latente	TOTAL (N = 226)				ÓRGÃOS ESPECIALIZADOS (N = 56)			ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS (N = 62)			SECRETARIAS DE ESTADO (N = 108)		
			Significância	Média	Desvio padrão	CV (%)	Média	Desvio padrão	CV (%)	Média	Desvio padrão	CV (%)	Média	Desvio padrão	CV (%)
PLAN 01	Alterações legislativas que impactaram meu órgão tornaram inviáveis as aquisições de determinados itens registrados em Atas de Registro de Preços.	Planejamento e Legislação	0,793	2,30	1,28	55,57	2,27	1,31	57,62	2,41	1,33	55,25	2,26	1,24	54,91

PLAN 02	Alterações internas nos projetos do meu órgão redirecionaram prioridades para outras atividades, reduzindo o foco nas aquisições dos itens registrados nas Atas de Registro de Preços (ARPs).	Planejamento e Legislação	0,382	2,62	1,40	53,44	2,44	1,46	59,67	2,77	1,40	50,62	2,66	1,37	51,43
PLAN 03	No meu órgão, durante o planejamento, os itens foram inicialmente mencionados, mas, posteriormente, foram considerados dispensáveis para o exercício.	Planejamento e Legislação	0,760	2,85	1,29	45,26	2,95	1,26	42,71	2,86	1,31	45,96	2,80	1,30	46,50

PLAN 04	No meu órgão, realocações orçamentárias ou contingenciamentos de recursos já inviabilizaram contratações por meio de Atas de Registro de Preços, mesmo diante de necessidades prementes.	Planejamento e Legislação	0,066	3,28	1,42	43,38	2,94	1,45	49,22	3,50	1,45	41,49	3,37	1,37	40,68
Médias dos fatores			0,500	2,76	1,35	49,41	2,65	1,37	52,31	2,88	1,37	48,33	2,77	1,32	48,38

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A análise descritiva do Fator 1, contida na Tabela 4, interpretado como Planejamento interno e Legislação, foi composto por quatro itens que abordam obstáculos relacionados a alterações legislativas, revisões de projetos, exclusão de itens inicialmente previstos e realocações orçamentárias. Esses elementos refletem variáveis estruturais que podem afetar diretamente a utilização das ARPs pelos órgãos públicos do Distrito Federal.

A média mais elevada registrada nesse fator foi referente ao item PLAN04, que afirma: "No meu órgão, realocações orçamentárias ou contingenciamentos de recursos já inviabilizaram contratações por meio de ARPs, mesmo diante de necessidades prementes", com valor de 3,28 em uma escala de 1 a 5 e coeficiente de variação (CV) de 43,38%. Este resultado indica que, para os respondentes, a indisponibilidade de recursos orçamentários é a principal barreira percebida à efetiva utilização das atas. Em seguida, o item PLAN03 obteve média de 2,85, tratando da exclusão de itens durante o planejamento por terem se tornado dispensáveis, também apontando para dificuldades recorrentes na gestão do escopo e das prioridades institucionais.

Por outro lado, a menor média foi observada no item PLAN01 – "Alterações legislativas que impactaram meu órgão tornaram inviáveis as aquisições de determinados itens registrados em Atas de Registro de Preços" –, com média de 2,30 e o maior CV entre os itens do fator (55,57%), o que sugere baixa percepção de impacto legislativo direto sobre a inviabilidade de uso das ARPs e, simultaneamente, alta dispersão nas respostas. O segundo menor resultado foi PLAN02 (média = 2,62; CV = 53,44%), que aborda mudanças internas nos projetos institucionais que redirecionaram prioridades para outras atividades, reduzindo o foco nas ARPs.

No que se refere à comparação entre os diferentes tipos de órgãos (órgãos especializados, administrações regionais e secretarias de estado), todos os itens apresentaram valores de significância superiores a 0,05 no teste de Kruskal-Wallis, (PLAN01 = 0,793; PLAN02 = 0,382; PLAN03 = 0,760; PLAN04 = 0,066), conforme Apêndice 19. Isso implica na retenção da hipótese nula, ou seja, não foram identificadas diferenças estatisticamente significativas entre os grupos quanto às percepções relacionadas a esse fator. Esse resultado pode ser interpretado como uma indicação de que os obstáculos decorrentes do planejamento interno e da legislação afetam, de modo semelhante, os diferentes tipos de órgãos do governo distrital.

A análise dos coeficientes de variação no total revelou que todos os itens apresentam CVs superiores a 40%, o que, segundo a literatura, caracteriza precisão extremamente insatisfatória (acima de 30%). Esse grau elevado de dispersão indica que as respostas variam substancialmente entre os respondentes, o que pode ser atribuído a diferentes realidades institucionais, interpretações subjetivas ou níveis variados de impacto real sobre o uso das atas.

Por fim, considerando que a escala utilizada variava de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente), as médias gerais do fator, 2,76, e em sua maioria próximas ao ponto médio, indicam que os itens relacionados ao planejamento interno e à legislação não são percebidos como os principais impeditivos à utilização das ARPs, embora sejam reconhecidos como obstáculos presentes. Esse resultado sugere que, para os respondentes, outros fatores — como questões operacionais, de capacitação técnica ou de gestão interna — podem exercer influência mais significativa sobre a efetividade do uso das atas.

Com base na análise descritiva do Fator 1 – Planejamento Interno e Legislação, seguem as principais conclusões:

- a) o item com maior média (3,28) foi PLAN04, relacionado à inviabilidade de contratações via ARP por causa de realocações orçamentárias ou contingenciamentos de recursos, indicando que restrições orçamentárias são percebidas como o principal obstáculo dentro deste fator;**
- b) não há diferenças estatisticamente significativas entre os tipos de órgãos (especializados, administrações regionais e secretarias) quanto às percepções sobre esses obstáculos; e**
- c) embora os fatores ligados ao planejamento e legislação sejam percebidos como obstáculos, não são vistos como as principais causas da não utilização das ARPs.**

Tabela 5 – Análise descritiva da percepção dos respondentes – Fator 2

FATOR 2															
Tema interpretado: Descrição do Objeto - Preços licitados															
Falta de detalhamento do item, obsolescência, exigência de entregas em quantidades inviáveis e preços registrados abaixo do mercado															
Item	Questão	Variável latente	TOTAL (N = 226)				ÓRGÃOS ESPECIALIZADOS (N = 56)			ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS (N = 62)			SECRETARIAS DE ESTADO (N = 108)		
			Significância	Média	Desvio padrão	CV (%)	Média	Desvio padrão	CV (%)	Média	Desvio padrão	CV (%)	Média	Desvio padrão	CV (%)
DESC 03	A falta de detalhamento nos itens das Atas de Registro de Preços resulta em produtos genéricos ou de baixa qualidade, comprometendo a entrega e a eficiência da aquisição ou	Descrição do objeto	0,258	3,85	1,21	31,38	3,66	1,32	36,01	4,05	1,12	27,60	3,86	1,18	30,57

	prestação do serviço.															
DESC 06	Algumas vezes, os itens registrados em Atas de Registro de Preços estão obsoletos, ultrapassados ou inadequados para o uso atual.	Descrição do objeto	0,052	3,02	1,33	43,87	2,81	1,29	45,94	3,38	1,36	40,18	2,96	1,30	44,05	
DESC10	Em algumas ocasiões, meu órgão deixou de utilizar a Ata de Registro de Preços (ARP) devido ao fato de que o quantitativo necessário para consumo era reduzido, levando o fornecedor a recusar a entrega por considerar que o	Descrição do objeto	0,000*	3,65	1,52	41,64	3,79	1,47	38,87	4,16	1,36	32,66	3,30	1,55	46,91	

	volume solicitado não compensaria o fornecimento.														
PRE02	Os preços registrados nas ARPs frequentemente ficam abaixo dos praticados no mercado, levando os fornecedores a desistir da ARP ou a solicitar reequilíbrio de preços, o que compromete a entrega e o fornecimento dos bens ou serviços.	Preços	0,270	3,42	1,24	36,32	3,60	1,21	33,53	3,43	1,40	40,8 2	3,31	1,17	35,44
Médias dos fatores			0,264	3,49	1,32	38,30	3,47	1,32	38,59	3,75	1,31	35,31	3,36	1,30	39,24

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

* Valores menores de 0,05 é para rejeitar a hipótese nula.

O Fator 2, conforme Tabela 5, interpretado como Descrição do Objeto – Preços Licitados, abrange quatro itens relacionados a falhas técnicas na formulação dos objetos licitados via ARPs, incluindo falta de detalhamento dos itens, obsolescência, exigências de entrega em quantidades inviáveis e registros de preços abaixo do mercado. Esses aspectos foram apontados pelos respondentes como potenciais dificultadores da efetiva utilização das ARPs.

Entre os quatro itens analisados, a maior média foi registrada para o item DESC03, que afirma: “A falta de detalhamento nos itens das Atas de Registro de Preços resulta em produtos genéricos ou de baixa qualidade, comprometendo a entrega e a eficiência da aquisição ou prestação do serviço”. A média total desse item foi de 3,85, sendo a mais elevada dentro do fator, com coeficiente de variação (CV) de 31,38%. Esse valor demonstra uma percepção generalizada da relevância desse problema, embora com variabilidade considerável nas respostas. Em contrapartida, a menor média foi observada no item DESC06, com valor de 3,02 e CV de 43,87%, o que indica percepção mais moderada sobre a obsolescência ou inadequação dos itens registrados nas atas, porém, corroborando com a importância dessa percepção sobre as especificações dos itens.

A Lei nº 14.133/2021 estabelece que a especificação do produto a ser licitado deve observar critérios como qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança, preferencialmente conforme o catálogo eletrônico de padronização (BRASIL, 2021). De acordo com Marin (2016), o princípio da padronização previsto na referida norma exige a compatibilidade entre as especificações técnicas e de desempenho, considerando, quando aplicável, aspectos como manutenção, assistência técnica e garantias oferecidas. Esse princípio, contudo, veda o direcionamento da contratação por meio da indicação de marcas específicas. Sobre esse tema, Marin acrescenta:

[...] se faz necessário o conhecimento aprofundado da legislação que envolve o assunto ora debatido, além de muita cautela quando da descrição/especificação dos itens na elaboração do processo de licitação, pois este cuidado poderá contribuir de maneira significativa na garantia da qualidade dos produtos licitados, além de evitar outras situações vedadas pela legislação, tal como o direcionamento do certame a fornecedor específico, através da descrição pormenorizada das características dos itens a serem adquiridos de acordo com as especificações que só um fornecedor possa oferecer (Marin, 2016).

Justin Filho (2009) também aborda a relevância do pleno conhecimento e domínio acerca do objeto a ser contratado, destacando a importância desse entendimento para o processo de contratação:

[...] como regra, toda e qualquer licitação exige que a Administração estabeleça, de modo preciso e satisfatório, as condições da disputa. Mais precisamente, a Administração tem de licitar aquilo que contratará – o que significa dominar, com tranquilidade, todas as condições pertinentes ao objeto a ser licitado (Justin Filho, 2009).

A análise da significância estatística realizada pelo teste de Kruskal-Wallis revelou que três dos quatro itens (DESC03, DESC06 e PRE02) apresentaram valores de significância superiores a 0,05, conforme demonstrado no Apêndice 19. Isso levou à retenção da hipótese nula, ou seja, não foi identificada diferença estatisticamente significativa entre os tipos de órgãos (órgãos especializados, administrações regionais e secretarias de estado) quanto a esses itens. Esse resultado pode ser explicado pelo fato de que as limitações associadas à descrição dos objetos e aos preços praticados são características estruturais comuns aos processos de compras governamentais, afetando de maneira relativamente homogênea todos os órgãos analisados.

Sobre preços abaixo do mercado (PRE02), a Administração não deve escolher propostas apenas com base no menor preço quando este não reflete as condições de mercado, mesmo que uma grande empresa consiga executar o contrato com prejuízo (Dias, 1997). Dias (1997) ainda define que o critério do menor preço deve ser compatível com a realidade do mercado e não apenas exequível:

[...] Não deixa de ser problemática, porém, a prova da ocorrência de tais manobras. A Administração Pública deve providenciar a verificação da compatibilidade da proposta com o mercado, inclusive realizando diligências e pedindo esclarecimentos aos licitantes e a especialistas técnicos e utilizando como parâmetros os preços correntes praticados pelo mercado, os valores cobrados pelo licitante em outros contratos firmados com o órgão ou entidade licitante ou com outros órgãos ou entidades. Qualquer oferta de preço mais baixo que não seja razoavelmente explicada por aperfeiçoamentos técnicos ou gerenciais ou por redução da margem de lucro do concorrente, devida a conduta empresarial plenamente lícita, deverá ser desclassificada. Não se pode tolerar a oferta de preços que reduza a zero o lucro do

licitante ou que não seja suficiente sequer para cobrir o custo dos insumos envolvidos na sua fixação. Tal aferição deve ter sempre presente que a ordem econômica fixada pela Constituição de 1988 consagra a liberdade de iniciativa e a livre concorrência como valores a serem respeitados (Dias, 1997).

A exceção foi o item DESC10, que apresentou valor de significância de 0,000, indicando uma diferença estatisticamente significativa entre os grupos de órgãos quanto à percepção de que a baixa quantidade demandada inviabiliza o fornecimento por parte do fornecedor. Essa diferença foi detalhada por meio do por meio do método *Pairwise* (Apêndice 20), que mostrou significância entre as secretarias de estado e os órgãos especializados ($p = 0,034$) e também entre as secretarias e as administrações regionais ($p = 0,000$). Esses achados sugerem que, especialmente nas administrações regionais, onde as demandas podem ser menores e mais específicas, a recusa do fornecedor em atender pedidos pouco vantajosos economicamente é percebida de forma mais acentuada.

Quanto à essa percepção dos quantitativos mínimos exigidos pelos fornecedores em licitações por demanda, a Corte de Contas deliberou nos seguintes termos:

[...]Sem conhecer as faixas de quantidades que podem ser requeridas, o fornecedor não tem como avaliar sua possibilidade de atendimento as solicitações do contratante, o que o leva ou a adoção de valores médios na tentativa de atenuação do risco de apresentar preços não condizentes com as demandas futuras e, diante dessa situação a Administração Pública deixa de obter descontos que poderiam ser ofertados pela licitante consoante as estimativas de demanda (BRASIL, 2010).

De Moura Cavalcante e Santos (2018), por sua vez, concluíram em sua obra que o órgão público deve realizar estudos prévios com base no histórico de consumo para definir os quantitativos a serem licitados. Os mesmos autores trouxeram que a adoção de práticas de gestão de estoque contribui para maior precisão na frequência dos pedidos. Também é indicado o uso de fatores de ressurgimento, conforme previsto na Instrução Normativa nº 205/1988, para otimizar as aquisições:

[...] Sendo assim, recomenda-se que o órgão público em análise realize estudos prévios para a definição dos quantitativos máximo e mínimo para cada produto a ser licitado, considerando o histórico de consumo. Além disso, deve-se

considerar a possibilidade de implementação de práticas adequadas de gestão de estoque para que seja possível definir com maior precisão a frequência de pedido, já que tais informações são essenciais para que os futuros fornecedores apresentem preços nas licitações compatíveis com o potencial de consumo do órgão com base nos dados repassados pela Administração. Adicionalmente, pode-se indicar a utilização de fatores de ressurgimento como parâmetro de otimização das aquisições, tais como o consumo médio mensal, tempo de aquisição, intervalo de aquisição, estoque mínimo ou de segurança, estoque máximo, ponto de pedido e quantidade a ressurgir, nos termos da Instrução Normativa N° 205, de 08 de abril de 1988, ainda vigente (De Moura Cavalcante e Santos, 2018).

Ainda sobre a análise dos dados, quanto aos coeficientes de variação (CV), todos os itens apresentaram valores superiores a 30%, o que, segundo a escala de classificação adotada, representa precisão extremamente insatisfatória. Isso indica alta dispersão nas respostas, sugerindo que, apesar da média elevada em alguns itens, as experiências e percepções variam significativamente entre os respondentes. Tais resultados reforçam a complexidade e a subjetividade envolvidas na avaliação da qualidade técnica dos itens e das condições comerciais praticadas nas atas.

Em relação à escala adotada (1 a 5), as médias dos itens do Fator 2 foram relativamente mais altas que as médias observadas no Fator 1 (Planejamento e Legislação). Enquanto os itens do Fator 1 apresentaram médias entre 2,30 e 3,28, os itens do Fator 2 ficaram entre 3,02 e 3,85, indicando uma percepção mais forte de que as falhas técnicas e os problemas de mercado influenciam negativamente a utilização das ARPs. Isso sugere que, para os respondentes, as questões operacionais relacionadas à descrição do objeto e à atratividade econômica das atas são barreiras mais críticas e perceptíveis do que fatores normativos ou de planejamento.

Com base na análise descritiva do Fator 2 – Descrição do Objeto e Preços Licitados, seguem as principais conclusões:

- a) o item com maior média foi DESC03 ("A falta de detalhamento nos itens das Atas de Registro de Preços resulta em produtos genéricos ou de baixa qualidade..."), com valor de 3,85, evidenciando que a insuficiência na especificação dos itens é percebida como o maior entrave à efetividade das ARPs dentro deste fator;**

- b) quanto à percepção de que a baixa quantidade demandada inviabiliza o fornecimento por parte do fornecedor, as comparações entre os tipos de órgãos apontaram diferenças estatisticamente significativas entre as secretarias de estado e os órgãos especializados ($p = 0,034$), bem como entre as secretarias e as administrações regionais ($p = 0,000$);
- c) não há diferenças estatisticamente significativas entre os tipos de órgãos quanto à percepção sobre os demais aspectos;
e
- d) as médias dos itens deste fator foram mais altas em comparação ao Fator 1, com valor de 3,49, sugerindo que, na percepção dos respondentes, as falhas na descrição dos objetos e os problemas de precificação são barreiras mais críticas à utilização das ARPs do que questões de planejamento e legislação.

Tabela 6 – Análise descritiva da percepção dos respondentes – Fator 3

FATOR 3

Tema interpretado: Descrição do Objeto - Gestão do conhecimento (I)

Descrições incorretas dos itens, baixa qualidade dos produtos licitados e a necessidade de capacitação da equipe da Central de Compras*

Item	Questão	Variável latente	TOTAL (N = 226)				ÓRGÃOS ESPECIALIZADOS (N = 56)			ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS (N = 62)			SECRETARIAS DE ESTADO (N = 108)		
			Significância	Média	Desvio padrão	CV (%)	Média	Desvio padrão	CV (%)	Média	Desvio padrão	CV (%)	Média	Desvio padrão	CV (%)
DESC 07	Já informamos à Central de Compras, em diversas ocasiões, sobre a ocorrência de itens indevidamente catalogados ou com erros em suas descrições.	Descrição do objeto	0,152	2,77	1,29	46,64	2,52	1,08	42,98	2,79	1,45	52,00	2,92	1,31	44,69
DESC 08	Já cancelamos, em diversas	Descrição do objeto	0,082	2,53	1,35	53,52	2,23	1,30	58,21	2,75	1,40	51,07	2,59	1,34	51,74

	ocasiões, Solicitações de Saldo de Ata (SSA) devido à qualidade insatisfatória do material fornecido, ainda que em conformidade com a descrição da ARP.															
GEC07	Percebo que a equipe da Central de Compras do DF envolvida com o Sistema de Registro de Preços — incluindo pregoeiros, analistas de IRP e gestores de ARP — necessita de aprimoramento em sua capacitação	Gestão do Conhecimento	0,820	3,17	1,21	38,23	3,13	1,14	36,36	3,13	1,39	44,45	3,22	1,16	36,12	

	para melhoria do processo.														
Médias dos fatores			0,351	2,82	1,29	46,13	2,63	1,17	45,85	2,89	1,41	49,18	2,91	1,27	44,18

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

* Fator ajustado em decorrência da exclusão do item DESC02, conforme identificado na análise fatorial exploratória (AFE).

O Fator 3 trata de aspectos relacionados a falhas na descrição técnica de itens e à necessidade de capacitação da equipe da Central de Compras, abrangendo três itens: descrições incorretas, baixa qualidade dos produtos licitados e insuficiência de treinamento dos servidores envolvidos com o SRP, conforme Tabela 6.

No total da amostra (N = 226), a maior média foi atribuída ao item GEC07 – “Percebo que a equipe da Central de Compras do DF envolvida com o Sistema de Registro de Preços — incluindo pregoeiros, analistas de IRP e gestores de ARP — necessita de aprimoramento em sua capacitação para melhoria do processo” –, com valor de 3,17 e coeficiente de variação (CV) de 38,23%, o menor entre os três itens do fator. Esse resultado indica que a percepção de necessidade de capacitação técnica é compartilhada por boa parte dos respondentes e apresenta menor dispersão, sinalizando consenso relativo sobre a importância dessa dimensão.

A capacitação dos pregoeiros e dos demais agentes envolvidos no processo de contratação revela-se de fundamental importância. A sua ausência pode acarretar a necessidade de maior conscientização dos demandantes quanto à fase interna do processo licitatório, além de evidenciar a urgência de capacitação e treinamento específicos para os servidores responsáveis (Lucero, 2022).

A menor média na análise foi observada no item DESC08, que trata do cancelamento de solicitações de saldo de ata devido à qualidade insatisfatória dos materiais fornecidos, mesmo quando em conformidade com a descrição. Esse item obteve média de 2,53 e o maior CV do fator (53,52%), sugerindo não só menor percepção de impacto, mas também grande variabilidade entre as respostas. O item DESC07, que aborda erros ou imprecisões na catalogação de itens, apresentou média intermediária de 2,77 e CV de 46,64%.

A significância estatística apurada pelo teste de Kruskal-Wallis (Apêndice 19) mostrou que todos os itens do fator apresentaram valores superiores a 0,05 (DESC07 = 0,152; DESC08 = 0,082; GEC07 = 0,820), o que leva à retenção da hipótese nula, ou seja, não há diferenças estatisticamente significativas entre os tipos de órgãos (órgãos especializados, administrações regionais e secretarias de estado) quanto às percepções desses problemas. Essa homogeneidade pode ser atribuída à atuação centralizada da Central de Compras e à

padronização dos procedimentos e descrições adotadas, o que gera uma experiência semelhante entre os diferentes perfis institucionais.

Quanto aos coeficientes de variação, os três itens registraram CVs superiores a 30%, com valores entre 38,23% e 53,52%. Segundo a classificação adotada, esses números indicam precisão extremamente insatisfatória, o que significa que há ampla dispersão nas percepções dos respondentes, mesmo dentro de um mesmo tipo de órgão.

Considerando que a escala de resposta varia de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente), a média geral obtidas no Fator 3 – 2,82 – está em patamar semelhante ao do Fator 1 (Planejamento e Legislação), mas inferior ao Fator 2 (Descrição do Objeto – Preços Licitados), sugerindo que as falhas operacionais e de capacitação são percebidas como barreiras moderadas, mas não as mais críticas. No entanto, a maior média do fator estar associada à falta de capacitação da Central de Compras pode sinalizar que os respondentes enxergam potenciais de melhoria institucionais relevantes, mesmo que outros aspectos técnicos aparentem causar maior impacto direto na não utilização das atas.

Com base na análise descritiva do Fator 3 – Gestão do Conhecimento (I), seguem as principais conclusões:

- a) o item com maior média foi GEC07 ("Percebo que a equipe da Central de Compras do DF [...] necessita de aprimoramento em sua capacitação para melhoria do processo"), indicando que a percepção sobre a necessidade de capacitação das equipes da Central de Compras é amplamente compartilhada entre os respondentes, com menor variação nas respostas;**
- b) não há diferença estatisticamente significativa entre os tipos de órgãos quanto à percepção sobre as variáveis analisadas;**
- c) a média geral desse fator ficou abaixo de 3,5 (2,82 no geral), o que, considerando a escala de 1 a 5, indica que os problemas de gestão do conhecimento são percebidos como barreiras moderadas, mas menos críticas do que aquelas observadas no Fator 2 (falhas técnicas e preços); e**

apesar de não se destacar como o fator mais problemático, a relevância do item sobre capacitação da equipe da Central de Compras evidencia uma expectativa por melhorias institucionais da centralização no suporte técnico, o que pode contribuir para a maior utilização das ARPs.

Tabela 7 – Análise descritiva da percepção dos respondentes – Fator 4

FATOR 4

Tema interpretado: Descrição do Objeto - Gestão do conhecimento - Planejamento interno e Legislação

Ausência de registros formais sobre a utilização das atas no sistema, a abertura de processos licitatórios paralelos para aquisição de itens já contemplados em ARPs vigentes, bem como a complexidade e a burocracia envolvidas na utilização e execução dessas atas

Item	Questão	Variável latente	TOTAL (N = 226)				ÓRGÃOS ESPECIALIZADOS (N = 56)			ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS (N = 62)			SECRETARIAS DE ESTADO (N = 108)		
			Significância	Média	Desvio padrão	CV (%)	Média	Desvio padrão	CV (%)	Média	Desvio padrão	CV (%)	Média	Desvio padrão	CV (%)
DESC 09	Já utilizamos o saldo da ARP disponibilizado para o meu órgão em algumas ocasiões sem realizar as devidas Solicitações de Saldo de Ata (SSA).	Descrição do objeto	0,102	1,73	1,17	67,69	1,74	1,17	67,41	1,48	1,04	70,46	1,85	1,22	66,00

GECO 8	Em algumas ocasiões, eu ou membros do setor de aquisições realizamos licitações por desconhecimento de que já éramos participantes de uma ARP para o mesmo objeto.	Gestão do Conhecimento	0,074	1,96	1,28	65,20	1,98	1,25	63,03	1,64	1,14	69,09	2,10	1,35	64,10
PLAN 05	A complexidade e a burocracia das ARPs levam meu órgão a preferir outros formatos de contratação, mesmo sendo partícipe das atas.	Planejamento e Legislação	0,506	1,80	1,14	63,50	1,89	1,23	65,03	1,59	0,87	54,69	1,86	1,21	65,11
Médias dos fatores			0,227	1,83	1,20	65,46	1,87	1,22	65,16	1,57	1,02	64,75	1,94	1,26	65,07

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Quanto a análise descritiva do Fator 4, especificado na Tabela 7, este agrupa percepções relacionadas à ausência de registros formais sobre a utilização das ARPs no sistema, à realização de processos licitatórios paralelos por desconhecimento da participação prévia em atas vigentes e à burocracia envolvida na execução das ARPs, os quais foram avaliados por três itens.

No total da amostra (N = 226), o item com maior média foi GEC08 – “Em algumas ocasiões, eu ou membros do setor de aquisições realizamos licitações por desconhecimento de que já éramos participantes de uma ARP para o mesmo objeto” –, com média de 1,96 e coeficiente de variação (CV) de 65,20%. Esse resultado sugere que a falta de comunicação ou falhas nos registros internos pode impactar, ainda que de forma moderada, a efetividade das atas, mas com grande variação nas experiências relatadas. O item com menor média foi DESC09 – “Já utilizamos o saldo da ARP [...] sem realizar as devidas Solicitações de Saldo de Ata (SSA)” –, com média de 1,73 e o maior CV do fator (67,69%), indicando que essa prática, além de menos recorrente, é percebida de forma altamente dispersa entre os respondentes.

Já o item PLAN05, que trata da complexidade e burocracia como fatores que levam os órgãos a preferirem outras formas de contratação, apresentou média de 1,80 e CV de 63,50%, posicionando-se entre os demais tanto em termos de média quanto de dispersão. De modo geral, todas as médias do fator ficaram abaixo de 2,0 na escala de 1 a 5, o que indica baixa percepção de ocorrência dos problemas listados neste fator, principalmente em comparação a fatores anteriores como o Fator 2 (Descrição do Objeto - Preços licitados), cujas médias, praticamente em sua totalidade, ultrapassaram o valor de 3,4.

Quanto à análise de significância estatística entre os tipos de órgão, todos os itens apresentaram valores superiores a 0,05 no teste de Kruskal-Wallis (DESC09 = 0,102; GEC08 = 0,074; PLAN05 = 0,506), o que resultou na retenção da hipótese nula. Isso significa que não houve diferenças estatisticamente significativas entre os tipos de órgãos quanto às percepções avaliadas neste fator. A homogeneidade dos resultados pode estar relacionada à padronização normativa e procedimental dos sistemas de compras e à atuação central da gestão de atas no Distrito Federal, que gera experiências semelhantes entre secretarias, administrações regionais e órgãos especializados.

Em termos de precisão, os coeficientes de variação de todos os itens foram superiores a 60%, sendo classificados como de precisão extremamente insatisfatória. Essa alta dispersão aponta para uma heterogeneidade significativa nas respostas, o que pode refletir realidades institucionais diversas.

Considerando a escala utilizada (1 = discordo totalmente; 5 = concordo totalmente), os baixos valores médios observados sugerem que os itens deste fator não representam obstáculos relevantes à utilização das ARPs na percepção da maioria dos respondentes. Entretanto, a alta dispersão revela que, ainda que pouco frequentes, essas situações ocorrem de forma pontual e com maior impacto em determinados contextos institucionais.

A seguir estão as principais conclusões sobre o Fator 4 – Descrição do Objeto, Gestão do Conhecimento e Planejamento Interno e Legislação:

- a) o item com maior média foi GEC08 ("Em algumas ocasiões, eu ou membros do setor de aquisições realizamos licitações por desconhecimento de que já éramos participantes de uma ARP para o mesmo objeto"), com média de 1,96 e CV de 65,20%, indicando que falhas no compartilhamento de informações ou registros internos ainda ocorrem, mas com percepções bastante dispersas entre os respondentes;**
- b) não houve diferença estatisticamente significativa entre os tipos de órgão quanto às percepções relacionadas a este fator;**
e
- c) a média geral do Fator 4, abaixo de 2,0 (1,83), foi a mais baixa entre todos os fatores analisados até o momento, o que sugere que os respondentes não percebem a ausência de registros, os processos paralelos nem a burocracia como barreiras significativas à utilização das ARPs. Ainda não relevantes estatisticamente, o modelo deve considerar que tais fatores, mesmo pouco frequentes, ocorrem pontualmente e podem gerar impactos operacionais em determinadas unidades.**

Tabela 8 – Análise descritiva da percepção dos respondentes – Fator 5

FATOR 5															
Tema interpretado: Gestão do conhecimento (rotatividade)															
Existência de manuais e roteiros de orientação no órgão, e os treinamentos contínuos e o suporte oferecido pela Central de Compras aos órgãos participantes															
Item	Questão	Variável latente	TOTAL (N = 226)				ÓRGÃOS ESPECIALIZADOS (N = 56)			ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS (N = 62)			SECRETARIAS DE ESTADO (N = 108)		
			Significância	Média	Desvio padrão	CV (%)	Média	Desvio padrão	CV (%)	Média	Desvio padrão	CV (%)	Média	Desvio padrão	CV (%)
GEC02	Meu órgão dispõe de manuais e roteiros estruturados para orientar novos colaboradores na utilização do Sistema de Registro de Preços.	Gestão do Conhecimento	0,147	2,69	1,48	55,13	2,61	1,43	54,79	2,43	1,57	64,68	2,86	1,46	50,91

GEC05	A Central de Compras fornece suporte contínuo necessário para atuarmos com relação às aquisições de ARPs e resposta de IRPs.	Gestão do Conhecimento	0,074	3,87	1,17	30,23	3,56	1,28	35,84	4,04	1,04	25,87	3,95	1,15	29,04
GEC06	A Central de Compras fornece treinamento contínuo necessário para atuarmos com relação às aquisições de ARPs e resposta de IRPs.	Gestão do Conhecimento	0,073	2,55	1,20	47,18	2,58	1,21	46,86	2,23	1,13	50,53	2,70	1,22	45,07
Médias dos fatores			0,098	3,04	1,29	44,18	2,92	1,31	45,83	2,90	1,25	47,03	3,17	1,27	41,67

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

O Fator 5, descrito na Tabela 8, abrange três variáveis que avaliam a percepção dos respondentes quanto à existência de instrumentos de orientação institucional e ao suporte técnico fornecido pela Central de Compras do DF, incluindo manuais, treinamentos e acompanhamento na execução de ARPs e respostas a IRPs.

A maior média registrada foi no item GEC05 – “A Central de Compras fornece suporte contínuo necessário para atuarmos com relação às aquisições de ARPs e resposta de IRPs” –, com média 3,87 e CV de 30,23%, o menor do fator. Esse resultado revela uma percepção amplamente positiva quanto ao suporte técnico oferecido pela Central, com razoável uniformidade entre os respondentes. Em contrapartida, a menor média foi observada no item GEC06, que trata do “treinamento contínuo oferecido pela Central de Compras”, com média de 2,55 e CV de 47,18%, indicando percepção menos favorável e maior variabilidade na experiência dos órgãos quanto à capacitação institucional contínua. O item intermediário, GEC02, que avalia a existência de manuais e roteiros estruturados nos próprios órgãos, apresentou média 2,69 e o maior CV do fator (55,13%), sugerindo ausência de padronização interna e percepções altamente dispersas sobre esse recurso.

No que se refere à manualização de práticas institucionais, Ribeiro e Izquierdo (2017) destacam que a disseminação de práticas relevantes frequentemente tem início por meio de ações comuns, como a elaboração colaborativa de manuais de instruções ou a definição de diretrizes institucionais. A atualização e a manutenção de manuais institucionais constituem estratégias fundamentais para a preservação do conhecimento organizacional e para a sua transmissão aos novos servidores. Trata-se de uma das principais ferramentas que compõem as técnicas utilizadas na gestão do conhecimento no âmbito da administração pública (Ribeiro e Izquierdo, 2017).

Ainda sobre a gestão do conhecimento, segundo Batista (2012), a gestão do conhecimento no setor público visa justamente assegurar que o conhecimento crítico da organização seja identificado, compartilhado e reutilizado, contribuindo para a melhoria da eficiência institucional.

Quanto à análise estatística entre os grupos institucionais, todos os itens apresentaram significância maior que 0,05 no teste de Kruskal-Wallis (GEC02 = 0,147; GEC05 = 0,074; GEC06 = 0,073), o que implicou na retenção da hipótese nula, ou seja, não houve diferença

estatisticamente significativa entre os tipos de órgão (órgãos especializados, administrações regionais e secretarias de estado). Essa uniformidade pode ser explicada pelo caráter centralizado do apoio fornecido pela Central de Compras.

A análise dos coeficientes de variação (CV) mostra que apenas o item GEC05 ficou dentro da faixa de precisão considerada regular (entre 20% e 30%), enquanto os demais apresentaram precisão extremamente insatisfatória (acima de 30%), refletindo ampla dispersão nas respostas. Esses resultados indicam que, embora o suporte da Central de Compras seja relativamente bem avaliado, ainda há inconsistência nas práticas institucionais internas, especialmente quanto à padronização de rotinas e continuidade de treinamentos.

Em relação à escala de avaliação (1 a 5), o item GEC05 se destaca com uma média próxima de 4,0, indicando forte concordância dos respondentes quanto à efetividade do suporte contínuo prestado. Em contraste, os demais itens apresentam médias mais baixas (entre 2,5 e 2,7), sugerindo que a capacitação e o preparo interno dos órgãos ainda são considerados pontos frágeis na gestão do conhecimento relacionada às ARPs.

Esses achados reforçam a ideia de que, embora o apoio técnico central seja bem avaliado, há espaço para avanços em ações de capacitação contínua e padronização de procedimentos internos, especialmente em um contexto com alta rotatividade e heterogeneidade entre os órgãos públicos.

Com base na análise descritiva do Fator 5 – Gestão do Conhecimento, seguem as principais conclusões:

- a) o item com maior média foi GEC05 ("A Central de Compras fornece suporte contínuo necessário para atuarmos com relação às aquisições de ARPs e resposta de IRPs"), com média de 3,87 e CV de 30,23%, revelando forte percepção positiva e razoável consistência entre os respondentes quanto à efetividade do suporte técnico centralizado;**
- b) a falta de treinamento por parte da Central de Compras pode ser percebida na análise do item GEC06 ("A Central de Compras fornece treinamento contínuo necessário..."), com média de 2,55 e CV de 47,18%, indicando percepção mais fraca e dispersa sobre a frequência ou efetividade dos treinamentos**

- ofertados, o que sugere uma lacuna no desenvolvimento contínuo dos para os órgãos;
- c) na análise do item GEC02, que trata da existência de manuais e roteiros estruturados dentro dos próprios órgãos, teve média de 2,69 e o maior CV do fator (55,13%), o mesmo evidencia baixa padronização institucional e grande variabilidade nas práticas organizacionais de orientação interna;
 - d) não há diferenças estatisticamente significativas entre os tipos de órgão;
 - e) o desempenho médio deste fator, 3,04, é superior ao do Fator 4 e próximo ao Fator 3 em termos de percepção moderada, com destaque positivo para o suporte técnico da Central, mas com sinais de fragilidade nos aspectos internos de capacitação e orientação; e
 - f) Os resultados indicam que, embora a estrutura de apoio da Central de Compras seja bem avaliada, existe espaço para fortalecimento da cultura organizacional de aprendizagem contínua, especialmente no que se refere à atualização técnica, produção de manuais e treinamento regular dos servidores que atuam diretamente com ARPs e IRPs.

Tabela 9 – Análise descritiva da percepção dos respondentes – Fator 7

FATOR 7															
Tema interpretado: Preços licitados															
Vantajosidade dos preços registrados nas ARPs para o órgão															
Item	Questão	Variável latente	TOTAL (N = 226)				ÓRGÃOS ESPECIALIZADOS (N = 56)			ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS (N = 62)			SECRETARIAS DE ESTADO (N = 108)		
			Significância	Média	Desvio padrão	CV (%)	Média	Desvio padrão	CV (%)	Média	Desvio padrão	CV (%)	Média	Desvio padrão	CV (%)
PRE03	Os preços registrados nas Atas de Registro de Preços frequentemente se mostram vantajosos para o meu órgão.	Preços	0,529	3,99	1,04	26,04	4,02	1,09	27,21	4,05	1,09	26,79	3,94	0,99	25,08

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Considerando o Fator 6 foi retirado da análise final por não apresentar consistência interna adequada, motivo pelo qual seu agrupamento de variáveis não foi considerado estatisticamente válido para representar um fator latente confiável no modelo, sigamos para análise do Fator 7, referente a Tabela 9, composto por um único item, o PRE03, e que avalia a percepção dos respondentes sobre a vantajosidade dos preços registrados nas ARPs. A questão formulada foi: “Os preços registrados nas ARPs frequentemente se mostram vantajosos para o meu órgão.”.

No total da amostra (N = 226), a média registrada para este item foi 3,99 em uma escala de 1 a 5, com desvio padrão de 1,04 e coeficiente de variação (CV) de 26,04%, indicando uma percepção amplamente favorável quanto aos preços praticados nas ARPs. Essa é uma das médias mais altas de toda a pesquisa, sugerindo forte concordância dos respondentes quanto à economicidade do instrumento.

A análise de significância pelo teste de Kruskal-Wallis revelou um valor de $p = 0,529$, superior ao limite de 0,05. Isso implica na retenção da hipótese nula, ou seja, não há diferença estatisticamente significativa entre os tipos de órgão (órgãos especializados, administrações regionais e secretarias de estado) em relação à percepção de vantajosidade dos preços.

O coeficiente de variação de 26,04% classifica-se como de precisão regular, conforme a escala adotada (20% a 30%), sendo um dos melhores resultados em termos de consistência da amostra, especialmente em comparação com fatores anteriores que apresentaram dispersão muito mais elevada. Isso sugere que, além de bem avaliados, os preços praticados nas ARPs são percebidos de forma relativamente uniforme.

Em termos comparativos, o valor médio de 3,99 posiciona este item acima de todos os itens do Fator 1 (Planejamento e Legislação) e da maioria dos demais fatores, demonstrando que, na percepção dos respondentes, os preços registrados nas ARPs representam uma das principais vantagens do modelo, superando inclusive questões operacionais e de capacitação.

Por fim, mesmo sendo um fator composto por um único item (sem cálculo de Alfa de Cronbach), sua alta média e precisão estatística razoável indicam relevância prática e percepções consistentes. O resultado reforça o papel estratégico das ARPs como instrumento de

eficiência econômica para a administração pública, e justifica sua continuidade e aprimoramento como política pública de compras compartilhadas.

Com base na análise do Fator 7 – Preços Licitados, seguem as principais conclusões:

- a) o item único deste fator, PRE03 ("Os preços registrados nas Atas de Registro de Preços frequentemente se mostram vantajosos para o meu órgão"), obteve uma média de 3,99, uma das mais altas da pesquisa, indicando forte percepção positiva quanto à economicidade proporcionada pelas ARPs;**
- b) não houve diferença estatisticamente significativa entre os tipos de órgão (órgãos especializados, administrações regionais e secretarias de estado) quanto à percepção de vantajosidade dos preços;**
- c) o desempenho desse item superou o de todos os itens do Fator 1 (Planejamento e Legislação) e da maior parte dos demais fatores analisados, reforçando a ideia de que, para os respondentes, o principal benefício percebido das ARPs está nos preços mais competitivos e vantajosos; e**
- d) o alto valor médio aliado à precisão aceitável e à homogeneidade entre os grupos permite afirmar que a vantajosidade dos preços é uma dimensão robusta e valorizada na percepção dos órgãos, mesmo sem a necessidade de agrupamento com outras variáveis.**

Tabela 10 – Análise descritiva da percepção dos respondentes – Fator 8

FATOR 8															
Tema interpretado: Gestão do conhecimento (rotatividade)															
Alta rotatividade, em média a cada ano, de pessoal na área de compras e aquisições															
Item	Questão	Variável latente	TOTAL (N = 226)				ÓRGÃOS ESPECIALIZADOS (N = 56)			ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS (N = 62)			SECRETARIAS DE ESTADO (N = 108)		
			Significância	Média	Desvio padrão	CV (%)	Média	Desvio padrão	CV (%)	Média	Desvio padrão	CV (%)	Média	Desvio padrão	CV (%)
GECO 4	A área de compras e aquisições do meu órgão enfrenta uma significativa rotatividade de pessoal, com mudanças ocorrendo, em média, a cada ano.	Gestão do Conhecimento	0,044*	3,03	1,37	45,35	2,89	1,49	51,70	3,43	1,33	38,88	2,91	1,29	44,47

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

* Valores menores de 0,05 é para rejeitar a hipótese nula.

O Fator 8, conforme Tabela 10, composto por um único item (GEC04), avalia a percepção dos respondentes sobre a frequente rotatividade de pessoal na área de compras e aquisições dos órgãos públicos, com mudanças ocorrendo, em média, a cada ano. A afirmação apresentada foi: “A área de compras e aquisições do meu órgão enfrenta uma significativa rotatividade de pessoal, com mudanças ocorrendo, em média, a cada ano.”.

A média geral observada foi de 3,03 em uma escala de 1 a 5, com desvio padrão de 1,37 e coeficiente de variação (CV) de 45,35%, valor que indica precisão extremamente insatisfatória, segundo a escala adotada. Isso revela uma alta dispersão nas respostas, refletindo experiências institucionais distintas em relação à estabilidade das equipes envolvidas com compras públicas.

A análise estatística pelo teste de Kruskal-Wallis apontou um valor de significância de 0,044, inferior ao limite de 0,05, o que levou à rejeição da hipótese nula. Ou seja, houve diferença estatisticamente significativa entre os tipos de órgão quanto à percepção sobre a rotatividade de pessoal. As comparações realizadas pelo método *Pairwise* com base na variável "tipo de órgão" confirmaram essas diferenças: foi identificada significância entre os órgãos especializados e as administrações regionais ($p = 0,034$) e entre as secretarias de estado e as administrações regionais ($p = 0,020$).

Esses achados indicam que a rotatividade de servidores na área de compras é percebida de forma mais intensa nas administrações regionais, que apresentaram a maior média (3,43), enquanto os órgãos especializados (2,89) e secretarias de estado (2,91) registraram médias menores. A maior vulnerabilidade das administrações regionais nesse aspecto pode ser atribuída a estruturas menores, maior instabilidade de cargos comissionados ou menor capacitação institucional, o que dificulta a continuidade administrativa e afeta a eficiência na gestão das ARPs.

Da Costa et al. (2014) conclui em seus estudos que o fluxo dos processos deveria ser mantido independentemente da rotatividade, visto que os processos são contínuos e têm como atores os servidores que ocupam os cargos necessários para o desenvolvimento das tarefas, projetos e demais atividades. Trazendo para o contexto das compras públicas, os autores também reforçam que a alta rotatividade de servidores pode comprometer o planejamento estratégico das

unidades responsáveis pelas contratações, afetando o controle de custos, prazos e a eficiência dos processos licitatórios. A saída frequente de profissionais dificulta a continuidade administrativa, reduz a produtividade e limita o aprimoramento contínuo dos procedimentos, impactando diretamente na qualidade das aquisições públicas e na efetividade da gestão contratual (Da Costa et al., 2014).

Apesar da média total de 3,03 indicar uma percepção moderada quanto à rotatividade — próxima ao ponto médio da escala —, o alto CV reforça que essa percepção varia consideravelmente entre os respondentes. O impacto desse fator sobre a utilização das ARPs pode ser significativo, uma vez que a troca frequente de pessoal tende a comprometer o acúmulo de conhecimento, a familiaridade com os sistemas e a continuidade dos processos licitatórios.

Em comparação com o Fator 1 (Planejamento e Legislação), cujas médias variaram entre 2,30 e 3,28, a média do Fator 8 é semelhante, mas com maior dispersão. Isso indica que, embora a rotatividade não seja percebida como o principal entrave, ela aparece como uma fragilidade institucional relevante, especialmente em contextos com baixa estrutura administrativa

A seguir estão as principais conclusões sobre o Fator 8 – Gestão do Conhecimento (Rotatividade):

- a) o item GEC04, que avalia a afirmação “A área de compras e aquisições do meu órgão enfrenta uma significativa rotatividade de pessoal, com mudanças ocorrendo, em média, a cada ano”, obteve média total de 3,03, indicando uma percepção moderada de que a rotatividade é uma realidade nos órgãos do DF;**
- b) as comparações por método *Pairwise* revelaram diferenças significativas entre órgãos especializados e administrações regionais ($p = 0,034$) e entre secretarias de estado e administrações regionais ($p = 0,020$), sugerindo que as administrações regionais percebem de forma mais intensa a rotatividade em suas equipes.;**
- c) a média mais alta foi registrada nas administrações regionais (3,43), sugerindo que a rotatividade tende a ser mais crítica em estruturas administrativas menores e menos estáveis;**
- d) embora o fator contenha apenas um item, a significância estatística entre os grupos e o conteúdo institucional da**

questão justificam sua relevância analítica, pois a rotatividade impacta diretamente na continuidade dos processos, na retenção do conhecimento técnico e na inexecução das ARPs; e

- e) comparado ao Fator 1 (Planejamento e Legislação), o Fator 8 apresenta média semelhante, mas maior dispersão, reforçando que a rotatividade é um problema pontual em alguns contextos, ainda que não generalizado no serviço público distrital.

5.3 IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES ADMINISTRATIVOS DEFINIDOS NA PERGUNTA ABERTA DENTRE A PERCEPÇÃO DOS RESPONDENTES

No que tange à análise qualitativa da questão aberta, a indagação proposta aos respondentes foi: “Compartilhe suas percepções, sugestões, aspectos não abordados neste questionário ou quaisquer considerações adicionais que possam contribuir para o aprimoramento dos processos de gestão e aquisição no âmbito do Sistema de Registro de Preços, tanto na Central de Compras quanto na administração pública do Distrito Federal”.

A partir da aplicação do método de análise de conteúdo categorial-temática delineado por Romão et al. (2024), conforme detalhado no capítulo de métodos, procedeu-se inicialmente à leitura flutuante do corpus textual de 66 respostas, culminando em 107 apontamentos, de forma a promover uma aproximação exploratória do material empírico. Em consonância com os objetivos da pesquisa, a etapa de pré-análise possibilitou a identificação preliminar dos fatores relacionados à gestão administrativa que influenciaram o não acionamento dos quantitativos previstos nas ARPs. Como resultado desse processo emergiram as seguintes categorias temáticas iniciais, que fundamentaram a posterior codificação e interpretação dos dados:

Quadro 6 – Categorização da questão aberta por análise de conteúdo

Código	Nome da Categoria	Descrição
C1	Alterações nas Necessidades ou Demandas	Mudanças nas demandas dos órgãos após o preenchimento dos IRPs, devido à dinâmica das necessidades institucionais ao longo do exercício.
C2	Alternativas de Contratação Fora das ARPs	Necessidade de licitações próprias ou adesões específicas em virtude da inadequação das ARPs às necessidades reais dos órgãos, ou ausência de ARP no período.
C3	Falta de Comunicação da Central de Compras com Relação à Realidade Prática de Cada Órgão	Distanciamento da Central quanto às especificidades locais, resultando em itens inadequados, prazos incompatíveis e soluções teóricas que não atendem à prática.
C4	Falta de Comunicação da Central de Compras com Relação ao Cronograma de Contratações	Inexistência de divulgação prévia das IRPs e das contratações planejadas para o ano, prejudicando o planejamento interno e o preenchimento do PCA dos órgãos participantes.
C5	Falta de Conhecimento ou Capacitação sobre ARPs	Deficiência na formação dos servidores envolvidos com compras quanto à gestão dos SRPs da Central de Compras do DF e também nos órgãos
C6	Inadequação das Especificações ou Itens	As descrições técnicas muitas vezes são desatualizadas, imprecisas ou excessivamente genéricas, obsoletas, o que compromete a qualidade e a compatibilidade dos materiais adquiridos. Além disso, a falta de atualização periódica das especificações impede o alinhamento com as inovações de mercado, resultando em um catálogo que nem sempre reflete as melhores opções disponíveis para a Administração.
C7	Problemas com Fornecedores	Os principais entraves com fornecedores incluem atrasos nas entregas, solicitações excessivas de reequilíbrio de preços, fornecimento de itens fora do escopo da ARP, desistência após o registro, negativas de entrega e dificuldade de contato,

		comprometendo a continuidade dos serviços e a eficiência das aquisições públicas.
C8	Problemas de Planejamento Interno	A falta de alinhamento entre o planejamento dos órgãos e o orçamento, a existência de problemas orçamentários, como limites de teto e contingenciamentos, além de divergências entre o que foi planejado e o que efetivamente consta nas ARPs, comprometem a execução adequada das aquisições.
C9	Problemas Estruturais Internos do Órgão	Fragilidades de gestão interna, como falta de estrutura de compras, falta de corpo técnico e ausência de integração entre áreas de planejamento, almoxarifado e patrimônio.
C10	Processos Burocráticos ou Obstáculos Administrativos	Procedimentos de aquisição e contratação excessivamente formais, exigindo documentação redundante e impactando a agilidade das aquisições.
C11	Produtos/Serviços Economicamente Vantajosos, porém com Qualidade Insatisfatória	Prioridade excessiva no critério de menor preço em detrimento da análise da vantajosidade, resultando na contratação de bens e serviços de baixa durabilidade ou inadequados.
C12	Rotatividade de Servidores e Gestão de Pessoas	Frequente troca de servidores nas áreas de compras, sem o devido treinamento de transição, impactando a continuidade e a especialização dos processos.
C13	Tempo Excessivo no Processo de Contratação	Morosidade decorrente tanto dos trâmites internos da Central de compras entre a elaboração do IRP, processo licitatório e publicação da ARP
C14	Não se Aplica ao Estudo	Categoria usada para manifestações que não dialogam diretamente com o objeto deste estudo

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Na análise dos resultados da categorização, Quadro 6, do total de 107 manifestações válidas, 7 respostas (6,5%) foram enquadradas na categoria “Não se Aplica ao Estudo”. Estas manifestações foram desconsideradas das análises substantivas, uma vez que não dialogam diretamente com o objetivo da pesquisa. A ocorrência de respostas não aplicáveis sugere a existência de certa lacuna na compreensão ou no alinhamento conceitual por parte de alguns respondentes em relação ao tema proposto.

Tabela 11 – Dados da categorização da pergunta aberta

CATEGORIA			TIPO DE ÓRGÃO			TOTAL
			ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS	ÓRGÃOS ESPECIALIZADOS	SECRETARIAS DE ESTADO	
C1	Alterações nas Necessidades ou Demandas	N	0	2	0	2
		% do Total	0,00%	1,90%	0,00%	1,90%
C2	Alternativas de Contratação Fora das ARPs	N	1	1	0	2
		% do Total	0,90%	0,90%	0,00%	1,90%
C3	Falta de comunicação da Central de Compras com relação à realidade prática de cada órgão	N	2	3	3	8
		% do Total	1,90%	2,80%	2,80%	7,50%
C4	Falta de comunicação da Central de Compras com relação ao cronograma de contratações	N	1	3	4	8
		% do Total	0,90%	2,80%	3,70%	7,50%
C5	Falta de Conhecimento ou Capacitação sobre ARPs	N	2	5	9	16
		% do Total	1,90%	4,70%	8,40%	15,00%
C6	Inadequação das Especificações ou Itens	N	5	8	4	17
		% do Total	4,70%	7,50%	3,70%	15,90%
C7	Problemas com Fornecedores	N	3	5	3	11
		% do Total	2,80%	4,70%	2,80%	10,30%
C8	Problemas de Planejamento Interno	N	1	2	1	4
		% do Total	0,90%	1,90%	0,90%	3,70%
C9	Problemas estruturais internos do órgão	N	2	1	0	3
		% do Total	1,90%	0,90%	0,00%	2,80%

C10	Processos Burocráticos ou Obstáculos Administrativos	N	0	3	0	3
		% do Total	0,00%	2,80%	0,00%	2,80%
C11	Produtos/serviços economicamente vantajosos porém com qualidade insatisfatória	N	4	2	8	14
		% do Total	3,70%	1,90%	7,50%	13,10%
C12	Rotatividade de Servidores e Gestão de Pessoas	N	2	0	2	4
		% do Total	1,90%	0,00%	1,90%	3,70%
C13	Tempo excessivo no processo de contratação	N	2	2	4	8
		% do Total	1,90%	1,90%	3,70%	7,50%
C14	Não se aplica ao estudo	N	3	0	4	7
		% do Total	2,80%	0,00%	3,70%	6,50%
Total		N	28	37	42	107
		% do Total	26,20%	34,60%	39,30%	100,00 %

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Considerando as respostas relevantes, observou-se, na Tabela 11, que as categorias “Inadequação das Especificações ou Itens” (C6), “Falta de Conhecimento ou Capacitação sobre ARPs” (C5), “Produtos/Serviços Economicamente Vantajosos, porém com Qualidade Insatisfatória” (C11) e “Problemas com Fornecedores” (C7) concentraram a maior parte das manifestações, totalizando aproximadamente 54,3% das respostas. A categoria “Inadequação das Especificações ou Itens” foi a mais recorrente, com 17 menções (15,9% do total), indicando que a falta de atualização, detalhamento e alinhamento técnico dos itens registrados nas atas compromete a aderência das ARPs às necessidades dos órgãos. Em seguida, a “Falta de Conhecimento ou Capacitação sobre ARPs” apresentou 16 manifestações (15,0%), demonstrando que a ausência de formação específica dos servidores envolvidos na gestão de compras constitui um obstáculo relevante para a utilização eficiente dos instrumentos disponíveis.

A categoria “Produtos/Serviços Economicamente Vantajosos, porém com Qualidade Insatisfatória” representou 13,1% das

manifestações, revelando que a priorização do critério de menor preço, sem adequada avaliação da qualidade, prejudica a eficácia das aquisições públicas. Já “Problemas com Fornecedores” (10,3% do total) destacou entraves práticos como atrasos nas entregas, desistências após o registro, negativas de fornecimento e dificuldades de contato, fatores que comprometem a continuidade dos serviços e a utilização dos saldos registrados nas ARPs.

As categorias relacionadas à comunicação, como “Falta de Comunicação da Central de Compras com Relação à Realidade Prática de Cada Órgão” (C3) e “Falta de Comunicação da Central de Compras com Relação ao Cronograma de Contratações” (C4), e a categoria sobre duração do processo licitatório, como “Tempo excessivo no processo de contratação” (C13), obtiveram cada uma 7,5% das manifestações. Esses dados indicam que deficiências na comunicação entre a Central de Compras e os órgãos participantes impactam o planejamento e a execução das aquisições, contribuindo para a subutilização dos registros de preços.

Por outro lado, algumas categorias apresentaram baixa incidência de manifestações, como “Problemas de Planejamento Interno” (C8), “Rotatividade de Servidores e Gestão de Pessoas” (C12), “Problemas Estruturais Internos do Órgão” (C9), “Processos Burocráticos ou Obstáculos Administrativos” (C10), “Alterações nas Necessidades ou Demandas” (C1) e “Alternativas de Contratação Fora das ARPs” (C2), todas com menos de 4% das respostas. Embora mencionadas, essas categorias demonstram impacto reduzido no fenômeno estudado, sugerindo que, embora as dificuldades internas de gestão existam, elas não são percebidas como os principais fatores limitadores para o uso dos saldos das ARPs.

Observemos as conclusões sobre a categorização das respostas à pergunta aberta:

- a) a inadequação das especificações dos itens registrados nas ARPs é o principal fator crítico. Este resultado (C6 – 15,9%) indica falhas na atualização e detalhamento técnico dos materiais e serviços registrados, prejudicando a adequação das atas às necessidades dos órgãos;**
- b) a falta de capacitação dos servidores sobre a gestão de ARPs é um entrave significativo. A elevada frequência da categoria C5 (15,0%) revela que a ausência de formação e conhecimento**

técnico especializado compromete tanto o planejamento de uso quanto a execução das ARPs;

- c) a categoria C11 (13,1%) demonstra que a priorização indiscriminada do critério de menor preço, sem adequada avaliação da qualidade dos produtos e serviços contratados, compromete a efetividade das ARPs. Além disso, uma suposição adicional que emerge dos resultados é que a pesquisa de preços realizada nos processos licitatórios pode não estar sendo devidamente estruturada, o que contribui para a fixação de preços significativamente abaixo dos valores de mercado. Essa distorção, além de comprometer a qualidade das contratações, desestimula a participação de bons fornecedores, atrai empresas com preços inexequíveis e impacta negativamente a execução dos contratos decorrentes das atas;
- d) os problemas com fornecedores impactam diretamente a utilização das ARPs. A categoria C7 (10,3%) evidencia dificuldades práticas como atrasos, descumprimentos contratuais e comunicação ineficaz, resultando em frustração da aquisição pública;
- e) aspectos de comunicação entre a Central de Compras e os órgãos ainda, e o tempo excessivo no processo de contratação precisam ser aprimorados. As categorias C3, C4 e C13 evidenciam a necessidade de aprimorar a comunicação relativa aos cronogramas e às especificidades práticas dos processos, assim como a urgência de otimizar os procedimentos licitatórios, com vistas a torná-los mais ágeis e, conseqüentemente, favorecer uma utilização mais efetiva das ARPs; e
- f) problemas internos de gestão e planejamento existem, mas não são apontados como causas predominantes. Categorias C8, C9, C10, C12, C1 e C2, embora presentes, somam conjuntamente apenas cerca de 16% das respostas, indicando que essas deficiências estruturais têm impacto menos expressivo na não utilização dos saldos.

5.4 ANÁLISE DESCRITIVA SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DAS ARPS POR PERCENTUAL DE UTILIZAÇÃO

A análise da distribuição percentual das ARPs por faixa de utilização permite identificar padrões de comportamento ao longo do

período de 2019 a 2023 no âmbito da administração pública distrital. Essa distribuição evidencia como os órgãos partícipes utilizaram, em diferentes intensidades, os saldos disponíveis das ARPs, sendo possível observar tendências de concentração em determinadas faixas de uso.

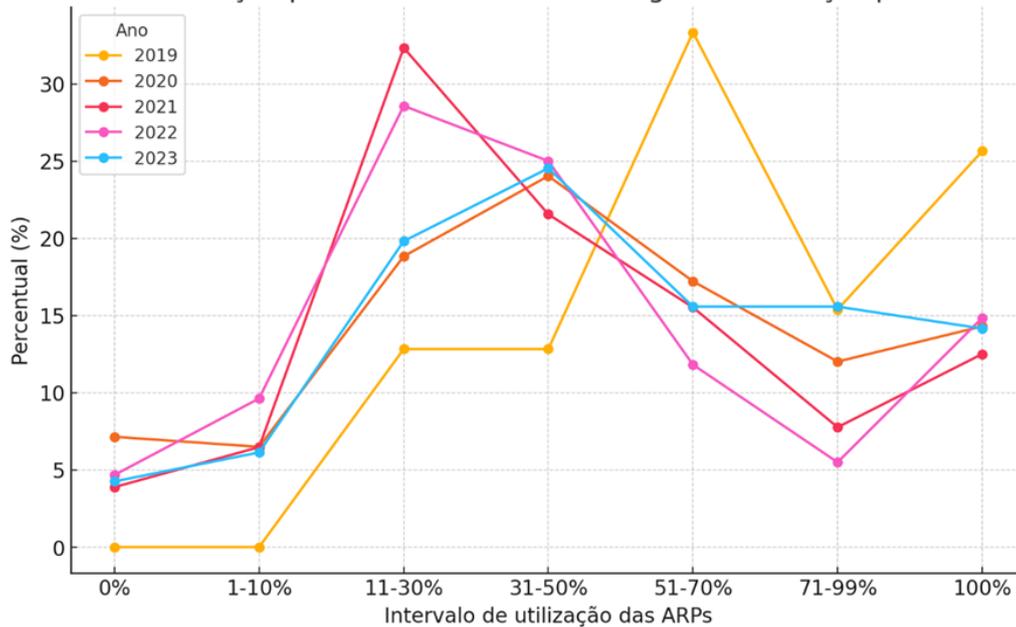
A estratificação em sete categorias — que vão de 0% a 100% de utilização — possibilita uma avaliação detalhada do grau de utilização desse instrumento de contratação, ao mesmo tempo em que destaca as faixas de maior incidência percentual em cada ano analisado.

Tabela 12 – Distribuição percentual das ARPs por faixa de utilização								
Ano	Faixa de utilização das ARPs							Total de Atas
	0%	De 1 a 10%	De 11 a 30%	De 31 a 50%	De 51 a 70%	De 71 a 99%	100%	
	% de ARPs distribuído na faixa							
2019	0,00%	0,00%	12,82%	12,82%	33,33%	15,38%	25,64%	39
2020	7,14%	6,49%	18,83%	24,03%	17,21%	12,01%	14,29%	308
2021	3,88%	6,47%	32,33%	21,55%	15,52%	7,76%	12,50%	232
2022	4,67%	9,62%	28,57%	25,00%	11,81%	5,49%	14,84%	364
2023	4,25%	6,13%	19,81%	24,53%	15,57%	15,57%	14,15%	212

 Maiores percentuais de utilização do ano analisado

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Figura 5 – Distribuição de percentuais de utilização das ARP por ano
Distribuição percentual das Atas de Registro de Preços por ano



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Ao analisar a Tabela 12 e a Figura 4 podemos observar alguma tendência. Em 2019, observa-se que 33,33% das atas foram utilizadas entre 51% e 70%, sendo esse o intervalo com maior concentração de ARPs. Além disso, 25,64% das atas atingiram a utilização total (100%), indicando um nível relativamente alto de aproveitamento das ARPs registradas. Os demais intervalos apresentam uma distribuição mais dispersa, com percentuais menores de uso.

Com um total de apenas 39 atas registradas, o ano de 2019 apresenta uma base de análise consideravelmente mais reduzida em comparação com os períodos subsequentes. Essa discrepância decorre de uma mudança estrutural na gestão das ARPs a partir de 2020, quando as ARPs passaram a ser individualizadas por fornecedor. Antes dessa alteração, um único processo licitatório resultava na emissão de uma única ARP contemplando múltiplos fornecedores. Com a reformulação do modelo, cada fornecedor adjudicado passou a ter sua própria ata, o que aumentou substancialmente o número de registros a partir desse ano.

Assim, em 2020, houve um aumento expressivo no número de atas, totalizando 308. O maior percentual de atas concentrou-se no intervalo de 31% a 50% (24,03%), evidenciando que boa parte contratações teve uma execução intermediária. No entanto, há uma redução na proporção de atas utilizadas integralmente (100%), que caiu para 14,29%, sugerindo que uma parte significativa das contratações

não atingiu o potencial máximo de uso. O aumento de atas não utilizadas (0%) para 7,14% também pode indicar o surgimento de dificuldades na execução ou planejamento das aquisições.

No ano de 2021, a distribuição das atas sofreu mudanças mais acentuadas. O intervalo com maior concentração foi 11% a 30%, com 32,33%, sinalizando uma tendência de subutilização das atas em comparação com anos anteriores. A porcentagem de atas com uso total continuou a cair, atingindo 12,50%, o menor nível até então. Esse cenário sugere que os processos de aquisição podem estar enfrentando dificuldades na concretização da demanda inicialmente planejada. Além disso, 3,88% das atas não foram utilizadas, um leve recuo em relação ao ano anterior.

Em 2022, o número total de atas atingiu o pico do período analisado, totalizando 364 registros. A distribuição percentual revela que os principais intervalos de utilização foram 11% a 30% (28,57%) e 31% a 50% (25,00%), mantendo o padrão observado no ano anterior de concentração na faixa de utilização intermediária. A porcentagem de atas com uso total teve um leve aumento, chegando a 14,84%, o que pode indicar uma recuperação na execução das ARPs. No entanto, a parcela de atas que ficaram sem uso subiu para 4,67%, demonstrando que algumas contratações ainda não foram aproveitadas de forma eficiente.

No ano de 2023, o número de atas caiu para 212, retornando a patamares próximos aos de 2021. A distribuição percentual manteve um padrão semelhante ao dos anos anteriores, com maior concentração no intervalo 31% a 50% (24,53%), seguido pelo intervalo 11% a 30% (19,81%). Nota-se um aumento significativo das atas utilizadas entre 71% e 99% (15,57%), o que pode indicar uma tendência de melhor aproveitamento dos contratos firmados. A taxa de atas com uso total, por outro lado, permaneceu estável em 14,15%. Já a parcela de atas sem utilização caiu ligeiramente para 4,25%, mostrando uma leve melhora na execução.

Diante das análises sobre esse tema, conclui-se que:

- a) a concentração crescente de ARPs nos intervalos intermediários de utilização (especialmente entre 11% e 50%) a partir de 2020 pode indicar dificuldades recorrentes na execução completa das atas, possivelmente relacionadas a**

- falhas de planejamento, ajustes orçamentários ou problemas operacionais nos órgãos públicos;
- b) a queda progressiva da proporção de ARPs com utilização total (100%) após 2019 sugere uma tendência de menor aproveitamento integral dos contratos firmados, o que pode revelar um descompasso entre a demanda inicialmente estimada e a execução efetiva das aquisições;
 - c) a estabilização dos percentuais de ARPs com uso total em torno de 14% nos anos de 2020 a 2023, apesar da variação no número total de atas, pode refletir um limite estrutural na capacidade de execução plena das ARPs, mesmo diante de diferentes contextos institucionais e operacionais;
 - d) o aumento no percentual de ARPs com utilização entre 71% e 99% em 2023 pode indicar um leve movimento de recuperação na efetividade das aquisições, ainda que não suficiente para retomar os níveis mais elevados de execução observados em 2019; e
 - e) a maior dispersão dos dados nos últimos anos e a predominância de faixas intermediárias de execução sugerem que, mesmo com maior número de atas disponíveis, a gestão e o consumo efetivo das ARPs ainda enfrentaram desafios de aproveitamento nos órgãos contratantes.

5.5 ANÁLISE DESCRITIVA SOBRE A RELAÇÃO UTILIZAÇÃO DAS ARP X DURAÇÃO DA LICITAÇÃO

A análise apresentada a seguir tem como objetivo investigar a possível relação entre a duração dos processos licitatórios e a efetiva utilização das ARPs. O foco recai sobre o intervalo de tempo compreendido entre a conclusão da IRP e a publicação da correspondente ARP, buscando identificar se processos mais prolongados estão associados a um menor aproveitamento das atas. A investigação abrange o período de 2020 a 2023, intervalo em que há registros consolidados no sistema SGARP. A seguir, a Tabela 13 e a Figura 5, apresentam os dados empíricos utilizados na análise:

Tabela 13 – Distribuição de dias de duração da licitação por faixa de utilização

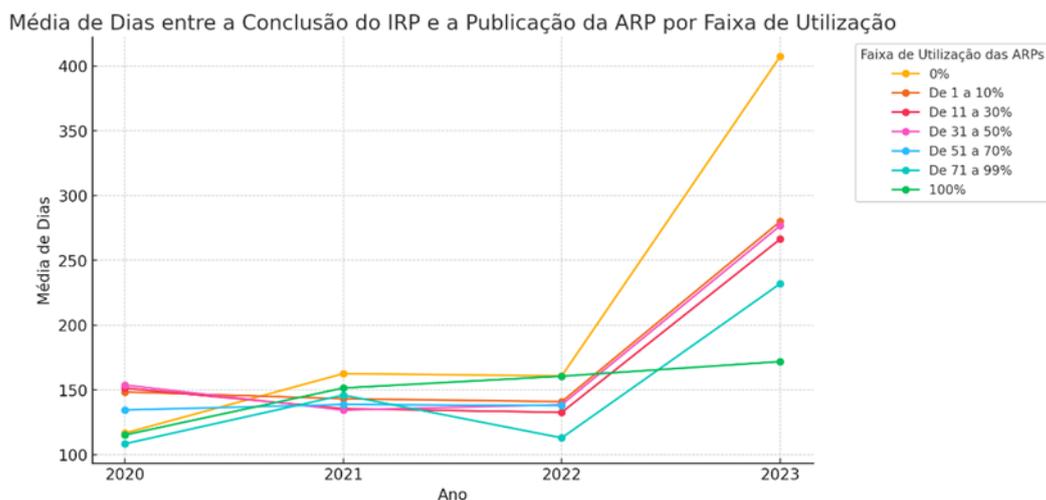
Ano	Faixa de utilização das ARPs							Média total de dias
	0%	De 1 a 10%	De 11 a 30%	De 31 a 50%	De 51 a 70%	De 71 a 99%	100%	
	Média de dias entre a conclusão do IRP e a publicação da ARP							
2019*	-	-	-	-	-	-	-	-
2020	116,65	148,45	151,41	153,76	134,54	108,43	115,25	132,64
2021	162,57	143,20	135,52	134,43	138,78	146,00	151,48	144,57
2022	160,80	140,94	132,67	138,64	137,93	113,00	160,60	140,65
2023	407,29	279,92	266,32	276,69	264,37	231,97	171,87	271,20

	Maiores médias de dias transcorridos no processo licitatório
	Menores médias de dias transcorridos no processo licitatório

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

* O sistema não dispõe de registros dos IRPs de 2019 para a contabilização do tempo.

Figura 6 – Duração do Processo Licitatório – Conclusão do IRP x Publicação da ARP



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

O estudo abrange o período de 2020 a 2023, uma vez que não há registros disponíveis para 2019, dado que o SGARP iniciou a gestão das ARPs em 2017 e dos IRPs apenas em 2020. Os dados extraídos do banco de informações revelam tendências importantes sobre a duração do processo licitatório.

Observa-se que, ao longo dos anos, houve uma variação significativa no tempo médio necessário para a conclusão desse processo. Em 2020, o tempo médio total registrado foi de 132,64 dias, sendo o menor entre os anos analisados. Nos anos seguintes, houve um aumento gradual, atingindo 144,57 dias em 2021 e 140,65 dias em 2022.

Em 2023, entretanto, o que mais chama atenção é o aumento expressivo observado em 2023, quando a média total de dias subiu para 271,20 dias, mais que o dobro do tempo registrado no ano anterior. Esse aumento expressivo pode ser atribuído a uma confluência de fatores, sendo particularmente relevante o início da vigência obrigatória da Lei nº 14.133/2021, novo marco legal das contratações públicas, cuja aplicação plena passou a ser exigida a partir de abril de 2023. Posteriormente, houve prorrogações, e a transição definitiva para a Lei nº 14.133/2021 ocorreu em 1º de janeiro de 2024, quando ela passou a ser a única norma para processos de compras públicas. A transição para o novo regime jurídico trouxe desafios operacionais significativos para os órgãos públicos do Distrito Federal, em especial para a Central de Compras, como a necessidade de adaptação a novos ritos, exigências documentais mais robustas e etapas adicionais de planejamento, análise e controle.

Adicionalmente, as novas exigências legais impactaram diretamente as unidades responsáveis pela emissão de pareceres técnicos e jurídicos, resultando em prazos mais extensos para avaliação e validação dos processos. A curva de aprendizado associada à implementação da nova lei, aliada à complexidade dos novos instrumentos e à insegurança jurídica natural em períodos de transição normativa, contribuiu para o prolongamento dos procedimentos licitatórios.

Portanto, o ano de 2023 representa um marco de inflexão na série histórica, evidenciando como mudanças legislativas substanciais podem repercutir de forma significativa nos indicadores de desempenho das contratações públicas — especialmente no tempo de tramitação dos certames até a publicação das respectivas ARP.

Retomando a análise dos dados, a segmentação por faixas de utilização das ARPs evidencia a existência de padrões comportamentais distintos entre os grupos. Ao longo dos anos, os menores tempos médios, destacados em azul na tabela, foram observados em faixas de maior utilização. Em 2020, a menor média de

tempo foi registrada na faixa de 71 a 99% de utilização (108,43 dias), padrão que se repetiu em 2022, com um tempo de 113 dias para a mesma faixa.

Ao segmentar os dados por faixas de utilização das ARPs, observa-se uma tendência relevante. As faixas com maior utilização (71 a 99%) e 100% de utilização apresentaram, na maioria dos anos, tempos médios menores em comparação com faixas de baixa ou nenhuma utilização. Em 2020, por exemplo, a faixa de 71 a 99% de utilização teve o menor tempo médio (108,43 dias), assim como em 2022, quando a mesma faixa registrou 113 dias. Esses dados indicam que processos mais rápidos podem estar associados a uma maior utilização das atas, possivelmente porque permitem que os órgãos requisitantes tenham maior previsibilidade e segurança sobre os prazos para aquisição.

Por outro lado, os maiores tempos médios de tramitação foram registrados nas faixas de menor utilização, sugerindo que processos licitatórios prolongados tendem a resultar em atas pouco ou não utilizadas. O caso mais extremo ocorre em 2023, onde a faixa de 0% de utilização apresentou um tempo médio de 407,29 dias, o maior da série histórica analisada.

O mesmo fenômeno foi observado nos anos anteriores. Em 2021, a maior média de dias de duração da licitação ocorreu na faixa de 0% de utilização (162,57 dias), enquanto em 2020, o maior tempo foi na faixa de 31 a 50% de utilização (153,76 dias). Em 2022, novamente a faixa 0% de utilização apresentou o maior tempo médio (160,8 dias), o que indica que, com frequência, processos licitatórios mais prolongados culminam em atas que são subutilizadas ou sequer chegam a ser utilizadas.

A evolução dos prazos ao longo do tempo demonstra uma tendência intrigante, principalmente em 2023. A elevação expressiva no tempo médio observada nesse ano pode estar associada a uma combinação de fatores, como mudanças normativas, aumento da complexidade dos processos licitatórios e dificuldades operacionais. Soma-se a isso o impacto de alterações recentes na legislação, que ampliaram a complexidade das análises e, por consequência, estenderam o tempo necessário para apreciação nas unidades responsáveis por pareceres e avaliações jurídicas.

O presente estudo não contempla, de forma detalhada, os períodos médios de duração entre as fases do processo até a assinatura

da ARP, tais como o tempo decorrido na fase interna — até a publicação do edital — e o tempo correspondente à fase externa. Mendonça (2024), em sua pesquisa sobre licitações em hospitais universitários, destaca que processos que se valem de pareceres referenciais tendem a ser mais céleres, sugerindo essa prática como uma alternativa viável para mitigar os longos prazos observados nas licitações públicas.

No tocante a outros fatores que podem impactar a duração dos processos licitatórios, Mendonça (2024) destaca dois momentos críticos: o primeiro refere-se à fase interna, especialmente no tempo demandado para a definição das especificações técnicas e das exigências a serem incluídas no Termo de Referência. o segundo ocorre na fase externa, quando a área demandante solicita amostras dos produtos ofertados e há demora na emissão do parecer técnico, o que compromete a celeridade do procedimento. Na presente pesquisa, tal análise somente seria viável mediante a avaliação individualizada de cada processo licitatório, de modo a compreender a condução integral de cada certame.

Por fim, a análise dos tempos médios na Central de Compras do Distrito Federal oferece um panorama valioso para compreender os desafios e oportunidades na gestão das ARPs, que traz as seguintes inferências:

- a) as faixas de maior utilização das ARPs geralmente apresentam os menores tempos médios de tramitação. Tal conclusão é confirmada pelos dados de 2020 e 2022, nos quais a faixa de utilização entre 71% e 99% registrou os menores tempos de duração do processo licitatório, com 108,43 dias e 113 dias, respectivamente. Esses resultados sugerem que licitações mais ágeis tendem a favorecer o maior aproveitamento das atas;**
- b) as faixas com 0% de utilização das ARPs, em todos os anos analisados, apresentaram os maiores tempos médios de tramitação, o que reforça a relação entre a lentidão do processo licitatório e a não utilização dos saldos registrados em atas;**
- c) há uma correlação direta entre o aumento do tempo médio das licitações e a menor utilização das ARPs. A progressão em 2023 mostra que as faixas com baixa ou nenhuma utilização apresentaram tempos extremamente altos, com destaque para 0% (407,29 dias) e 1 a 10% (279,92 dias). Emerge, assim, a**

- hipótese de que processos licitatórios longos comprometem a relevância da ata para os órgãos públicos;
- d) apesar do expressivo aumento no tempo médio de tramitação dos processos licitatórios em 2023 — que saltou de 140,65 dias em 2022 para 271,20 dias — a média geral de utilização das ARPs apresentou crescimento, passando de 42,29% para 50,32%, conforme demonstrado na Tabela 1. Esse aumento, contudo, não contradiz a relação entre prazos longos e não utilização das atas, pois decorreu principalmente da elevação no percentual de utilização dentro das faixas superiores, especialmente aquelas acima de 70%, que ganharam maior representatividade em 2023, conforme visto na Tabela 13. Em outras palavras, embora a média global tenha melhorado, essa melhora foi influenciada pela concentração de uso em faixas mais altas, e não pela performance geral de todas as faixas. Quando se observa os dados de forma segmentada, nota-se que as faixas com menores percentuais de utilização continuaram associadas aos maiores tempos de tramitação. Isso comprova que, mesmo com a elevação da média global, os processos licitatórios mais demorados continuam concentrados nas faixas de baixa utilização, o que reafirma a correlação negativa entre tempo de tramitação e efetividade no uso dos saldos das ARPs;
 - e) as faixas com uso total (100%) também variam ao longo dos anos, mas tendem a apresentar tempos médios mais baixos nos períodos em que o processo licitatório é mais eficiente. Em 2020, por exemplo, o tempo médio foi de 115,25 dias; em 2022, esse valor subiu para 160,6 dias; e, em 2023, alcançou 171,87 dias. Apesar da oscilação, esses tempos ainda permanecem inferiores aos registrados nas faixas de baixa utilização, o que reforça a ideia de que, quanto mais ágil é o processo, maior é a chance de aproveitamento integral da ata; e
 - f) como conclusão geral, podemos concluir que o tempo de duração da licitação interfere diretamente na utilização das ARPs. Processos mais ágeis tendem a resultar em maior aproveitamento das atas, enquanto prazos longos correlacionam-se com subutilização ou não utilização.

5.6 ANÁLISE DESCRITIVA E ESTATÍSTICA SOBRE A RELAÇÃO UTILIZAÇÃO DAS ARPS X TIPO DE ÓRGÃO

O percentual de uso das ARPs é uma métrica que permite mensurar o grau de utilização e aproveitamento das Atas por parte dos órgãos participantes. Secretarias de Estado, Administrações Regionais e Órgãos Especiais, ao constarem como partícipes de um IRP, manifestam interesse nas aquisições futuras. Entretanto, o uso efetivo das ARPs varia entre os órgãos, podendo refletir fatores como mudanças de prioridades, adequação de planejamento ou limitações orçamentárias. A Tabela 14 apresenta a média anual de utilização de ARPs por tipo de órgão entre 2019 e 2023, com destaque para os maiores e menores valores em cada ano:

Tabela 14 – Média anual de utilização de ARPs por tipo de órgão						
Tipo de órgão	2019	2020	2021	2022	2023	Média total
	%					
ÓRGÃOS ESPECIALIZADOS	56,55	47,71	45,92	40,59	53,84	48,92
ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS	58,58	46,71	36,22	28,70	45,12	43,07
SECRETARIAS DE ESTADO	56,04	44,88	41,65	74,35	48,06	52,99

	Menores médias de utilização de ARPs no ano
	Maiores médias de utilização de ARPs no ano

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A análise evidencia diferenças significativas entre os três grupos observados: Secretarias de Estado, Órgãos Especializados e Administrações Regionais. Em um primeiro olhar, verifica-se que as Secretarias de Estado apresentaram a maior média geral de utilização das ARPs (52,99%). No entanto, esse resultado se deve, em grande parte, ao valor extraordinariamente elevado registrado em 2022 (74,35%), o qual distorce a percepção de uma possível consistência. Nos demais anos, os percentuais foram substancialmente inferiores, situando-se entre 41,65% (2021) e 56,04% (2019), com variações pouco uniformes. Dessa forma, conclui-se que o desempenho médio das Secretarias de Estado não reflete uma trajetória linear de crescimento ou uso sistemático do instrumento, mas sim um comportamento pontualmente intensificado, que requer investigação contextual para compreensão de suas causas.

Por outro lado, os Órgãos Especializados apresentaram uma trajetória mais estável ao longo do período. Com média geral de 48,92%, esse grupo oscilou entre 40,59% (2022) e 56,55% (2019), sem registrar picos ou quedas abruptas. Embora essa média seja inferior à das Secretarias de Estado, ela se sustenta por uma distribuição mais homogênea, sem depender de eventos isolados para sua elevação. A regularidade observada sugere uma adoção mais institucionalizada das ARPs por parte desses órgãos, possivelmente relacionada à padronização de processos internos e à maior previsibilidade nas compras públicas. Em comparação com os demais grupos, os Órgãos Especializados situam-se em uma posição intermediária, indicando um nível razoável de aderência ao modelo, se destacando a apresentando um protagonismo em utilização na maior parte dos anos.

As Administrações Regionais, por sua vez, apresentaram o menor desempenho entre os três grupos ao longo de todo o período considerado. Com média geral de apenas 43,07%, esses órgãos registraram os menores índices em três dos cinco anos analisados, com destaque para os anos de 2021 (36,22%) e 2022 (28,70%). Ainda que tenham alcançado um valor relativamente alto em 2019 (58,58%), esse resultado não se manteve nos anos seguintes, caracterizando um padrão de uso irregular e inconstante. Tal comportamento pode estar associado a limitações de ordem técnica, administrativa ou estrutural, sugerindo, por sua vez, que as Administrações Regionais, em geral, dispõem de menor capacidade institucional para planejamento e execução de processos de compras complexos, como os que envolvem ARPs. Em relação aos demais órgãos, sua posição é claramente desfavorável, evidenciando dificuldades persistentes na adoção desse instrumento de contratação.

Essas diferenças, embora sutis, estão diretamente relacionadas à capacidade institucional de cada tipo de órgão. De acordo com Fernandes (2016), a capacidade institucional é uma preocupação recorrente de governos, bem como de agências públicas e privadas que desenvolvem programas voltados ao seu fortalecimento. A autora ressalta, ainda, a complexidade de se definir e identificar tais capacidades, uma vez que os estudos sobre o tema no Brasil ainda se concentram em setores específicos da administração pública, resultando em uma literatura acadêmica limitada — constatação evidenciada no levantamento bibliográfico realizado nesta pesquisa.

Sobre os dados acima, eles sugerem a existência de uma relação, discreta, entre o tipo de órgão e o padrão de utilização das ARPs, embora não seja possível afirmar essa associação de forma conclusiva com base apenas na análise descritiva. Considerando que a confirmação dessa relação exigiria a aplicação de métodos estatísticos inferenciais que controlem outras variáveis intervenientes, segue abaixo o resultado da análise da Regressão Linear (Apêndice 21) sobre o modelo com o percentual de utilização como variável dependente:

Tabela 15 – Regressão Linear – Tipo de órgão X Percentual de utilização								
Resumo do Modelo								
Estatística	R	R ² (R quadrado)	R ² ajustado	ANOVA (Análise de Variância)		Coeficientes		
				F (Z)	Sig.*	Variável	B (Coef.)	Sig.*
	0,003	0,000	0,000	0,709	0,400	(Constante)	41,472	0,000
						tipo órgão	4,642	0,400

*Valores de significância superiores à 0,05 significa que o modelo não é estatisticamente significativo.

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A regressão linear, Tabela 15, revelou um coeficiente de determinação (R²) igual a 0,000, indicando que o tipo de órgão, por si só, não explica a variação na média de utilização das ARPs. O teste F da ANOVA apresentou um valor de significância de 0,400, superior ao nível de corte de 0,05, o que demonstra que o modelo como um todo não é estatisticamente significativo. No que diz respeito ao coeficiente da variável tipo_organizacao, o valor estimado foi de 4,642, sugerindo um leve aumento na utilização média de ARPs conforme se avança na codificação dos tipos de órgão. No entanto, esse coeficiente apresentou um p-valor também igual a 0,400, o que implica que essa variação também não é estatisticamente significativa.

Diante dessas observações, destacam-se as seguintes considerações finais:

- a) a média elevada das Secretarias de Estado no uso das ARPs decorre, principalmente, do desempenho excepcional em**

2022, não refletindo uma prática contínua ou consolidada ao longo dos anos;

- b) os Órgãos Especializados apresentam uma postura intermediária e demonstram maior regularidade e estabilidade na utilização do instrumento, o que sugere uma adoção mais madura e sistematizada;
- c) as Administrações Regionais mantêm-se como o grupo com menor utilização às ARPs, com oscilações acentuadas e desempenho inferior durante todo o período analisado. Elas mantêm um padrão de uso limitado e instável, o que revela desigualdades institucionais e operacionais;
- d) o tipo de órgão, isoladamente, não possui efeito estatisticamente comprovado sobre a variação da utilização das ARPs; e
- e) não é possível afirmar, com base neste modelo, que existe uma associação significativa entre o tipo institucional do órgão e seu padrão de uso das ARPs.



6

6

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O objetivo geral desta pesquisa foi identificar e analisar os fatores administrativos que influenciaram a não utilização dos quantitativos previstos nas ARPs, gerenciadas pela Central de Compras do Distrito Federal entre 2019 e 2023. Com base nos dados quantitativos do sistema SGARP, nas percepções coletadas por meio de questionários e nas análises qualitativas das respostas abertas, conclui-se que o objetivo foi plenamente alcançado.

As evidências demonstram que a não utilização das ARPs decorre de um conjunto de fatores inter-relacionados, tanto internos à Central quanto externos, referentes aos órgãos partícipes. A análise fatorial, associada aos testes estatísticos realizados, bem como a análise quantitativa e qualitativa da percepção dos respondentes, permitiu validar duas das seis hipóteses inicialmente formuladas, além de revelar hipóteses emergentes ao longo do processo investigativo. Nos tópicos subsequentes, será apresentada a análise do grau de atingimento dos objetivos específicos e a verificação das hipóteses correspondentes.

6.1 OBJETIVO ESPECÍFICO 1: FATORES ASSOCIADOS À CENTRAL DE COMPRAS DO DF

A pesquisa permitiu identificar alguns aspectos internos à Central de Compras do Distrito Federal que, segundo a percepção dos respondentes, podem estar relacionados à não utilização dos saldos das ARPs pelos órgãos participantes. De forma geral, os dados indicam que há espaço para aperfeiçoamentos institucionais e operacionais que poderiam favorecer um uso mais amplo e eficiente das atas no contexto distrital. No âmbito da análise fatorial, o Fator 3 destacou a variável GEC07, referente à percepção de necessidade de fortalecimento na capacitação da equipe da Central (analista, técnicos e pregoeiros), que obteve média de 3,17. Essa avaliação, presente de forma relativamente homogênea entre os grupos respondentes, indica uma expectativa por maior investimento na qualificação técnica e no suporte especializado oferecido às unidades partícipes.

Essa percepção também foi corroborada pelas respostas abertas, em que se destacou a categoria C5 (Falta de conhecimento ou capacitação sobre ARPs, 15% das menções), apontando que há uma demanda contínua por ações formativas e orientações sistematizadas que permitam maior clareza sobre os procedimentos de utilização das ARPs. Complementarmente, as categorias C3 e C4, relacionadas à comunicação entre a Central e os órgãos partícipes, também foram recorrentes, evidenciando que o aprimoramento dos fluxos informacionais, especialmente no que se refere à divulgação de cronogramas e às especificidades locais, pode contribuir significativamente para o fortalecimento do sistema.

No Fator 5, os respondentes reconheceram o papel positivo da Central no que diz respeito ao suporte técnico (GEC05, média 3,87), embora tenham apontado desafios relacionados à oferta de treinamentos contínuos aos órgãos (GEC06, média 2,55), o que sinaliza que, embora o apoio exista, há espaço para que ele se torne mais estruturado e perene, especialmente na promoção de uma cultura organizacional voltada à aprendizagem institucional.

Outro aspecto relevante identificado na análise dos dados operacionais extraídos do sistema SGARP diz respeito à duração do processo licitatório. A Tabela 13 mostrou que as faixas com maior percentual de utilização das ARPs coincidem com tempos médios de tramitação mais curtos, ao passo que as faixas com 0% de utilização concentraram os maiores tempos de duração, como observado em 2023, com uma média de 407,29 dias. Embora diversos fatores possam ter influenciado esse indicador, os dados sugerem que reduções no tempo de tramitação entre IRP e publicação da ARP podem potencializar a efetividade do sistema, tornando as atas mais aderentes às necessidades reais e atuais dos órgãos demandantes.

A análise das percepções dos servidores e gestores responsáveis pelas aquisições nos órgãos participantes ainda revelou que, especialmente no que se refere à descrição dos itens registrados, à aderência dos produtos às necessidades locais e à dinâmica das contratações descentralizadas, impactam a utilização do saldo registrado em ARP. O Fator 2, identificado na análise fatorial exploratória, concentrou as variáveis associadas a falhas na especificação dos itens e precificação. Esse fator apresentou médias elevadas, variando entre 3,02 e 3,85, e destacou a variável DESC03, com a maior média (3,85), que aponta a percepção de que a falta de

detalhamento nos itens registrados compromete a qualidade dos bens adquiridos, levando à entrega de produtos genéricos ou de baixa adequação.

A profundidade dessa percepção também foi verificada nas respostas abertas da pesquisa, por meio da categoria C6 – Inadequação das especificações ou itens, que reuniu 15,9% das manifestações, consolidando-se como a categoria mais frequentemente mencionada. Essa recorrência reforça que os órgãos percebem que, em muitos casos, os itens registrados não refletem a realidade técnica ou operacional das unidades demandantes. Além disso, a categoria C11, que aborda produtos e serviços com preços atrativos, porém de qualidade insatisfatória, foi a terceira mais citada (13,1%), indicando que o critério de menor preço nem sempre atende ao princípio da vantajosidade na ótica dos gestores públicos, principalmente quando compromete a durabilidade ou adequação funcional do objeto contratado.

Outro ponto importante revelado pela análise foi a percepção sobre o volume de demandas como fator de inviabilização da entrega por parte dos fornecedores. Essa variável, presente no fator 2, apresentou diferenças estatisticamente significativas entre os tipos de órgão: as administrações regionais, por lidarem com demandas mais pontuais e quantitativos menores, expressaram uma percepção mais aguda de que o volume reduzido desestimula os fornecedores a cumprirem os fornecimentos pactuados nas atas. Esses achados evidenciam a necessidade de calibrar o sistema para considerar o porte e a natureza dos órgãos partícipes, ajustando o modelo às realidades específicas de consumo público.

De forma geral, os resultados apontam que a Central de Compras possui papel estratégico na estruturação do SRP e que sua atuação é amplamente reconhecida como positiva em alguns aspectos. No entanto, as percepções evidenciam que há oportunidades de aprimoramento, sobretudo na capacitação dos agentes da central e dos órgãos, na comunicação para com as unidades partícipes, nas especificações de itens licitados, na precificação e análise de propostas de preços, no volume demandado aos fornecedores e na duração dos processos licitatórios, que, se fortalecidas, poderão ampliar ainda mais a efetividade e o uso das ARPs pelos órgãos participantes. Em vez de obstáculos, tais aspectos devem ser compreendidos como vetores de

evolução institucional que, uma vez endereçados, poderão qualificar o modelo de compras públicas de forma sistêmica e sustentável.

6.2 OBJETIVO ESPECÍFICO 2: FATORES ASSOCIADOS AOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES DAS ARPS

Com base nos resultados da análise do Fator 8 – Gestão do Conhecimento, observa-se que a rotatividade de pessoal na área de compras e aquisições dos órgãos públicos do Distrito Federal é percebida como uma realidade moderadamente presente. Apesar de não se configurar como o principal entrave à utilização das ARPs, a alta dispersão nas respostas revela a existência de experiências institucionais bastante distintas. Essa variação é particularmente evidente nas administrações regionais, onde a rotatividade foi percebida de forma mais acentuada, em contraste com os órgãos especializados e as secretarias de estado. As análises estatísticas reforçam a relevância desse fator, com diferenças significativas entre os grupos institucionais, o que evidencia que a gestão do conhecimento e a estabilidade das equipes não afetam todos os órgãos de forma uniforme.

Esse cenário revela uma fragilidade institucional relevante. A substituição frequente de servidores, especialmente em estruturas menores e com menor robustez institucional, pode comprometer a continuidade administrativa, a retenção do conhecimento técnico e o domínio dos sistemas e normativos que regem as compras públicas. Tal vulnerabilidade é agravada pela percepção dos próprios respondentes quanto à baixa existência de manuais e roteiros padronizados nos órgãos, conforme apontado no Fator 5. O item GEC02, que trata da existência de documentos estruturados que orientem os processos internos, indicando tanto uma baixa padronização institucional quanto uma grande variabilidade nas práticas organizacionais. A ausência desses instrumentos compromete a preservação do conhecimento organizacional, tornando os órgãos mais vulneráveis aos efeitos da rotatividade e dificultando a adoção de práticas consistentes e eficazes no uso das ARPs.

Adicionalmente, é importante destacar que outros fatores internos relacionados à gestão e ao planejamento institucional não foram apontados como determinantes para a não utilização dos saldos das ARPs. Embora categorias como C8, C9, C10, C12, C1 e C2 tenham sido

mencionadas, elas representam conjuntamente apenas cerca de 16% das respostas, sugerindo que, apesar de existirem deficiências estruturais, elas têm impacto menos expressivo e não são percebidas pelos respondentes como causas predominantes. Isso reforça a ideia de que a continuidade do conhecimento técnico, garantida por equipes estáveis e suportada por instrumentos normativos claros e padronizados, é um dos elementos mais críticos para a efetividade das ARPs, superando, inclusive, eventuais lacunas de planejamento ou de gestão interna.

Dessa forma, observa-se que, entre os fatores internos aos órgãos participantes, dois elementos se destacam como potenciais entraves à efetiva utilização das ARPs: a ausência de manuais e roteiros padronizados e a alta rotatividade de pessoal nas áreas de compras e aquisições. Ambos foram identificados como fragilidades institucionais relevantes, capazes de comprometer a continuidade dos processos, a retenção do conhecimento técnico e a uniformidade das práticas administrativas. A percepção dos respondentes aponta que, embora outros problemas internos de gestão existam, esses dois fatores assumem papel mais crítico, influenciando diretamente a capacidade dos órgãos em aderir e executar adequadamente as ARPs.

6.3 OBJETIVO ESPECÍFICO 3: RELAÇÃO UTILIZAÇÃO DE ARP E TIPO DE ÓRGÃO

A análise descritiva dos percentuais médios de utilização das ARPs por tipo de órgão, apresentada na Tabela 14, indica variações pontuais entre Secretarias de Estado, Órgãos Especializados e Administrações Regionais. Apesar dessas diferenças sugerirem padrões institucionais distintos de uso, como a regularidade dos Órgãos Especializados e o pico isolado das Secretarias de Estado em 2022, essas variações não são estatisticamente significativas.

Os resultados da regressão linear (Tabela 15) reforçam essa conclusão, ao demonstrar um coeficiente de determinação (R^2) nulo e valores de significância superiores ao nível de corte (0,05). Isso evidencia que o tipo de órgão, isoladamente, não explica a variação nos percentuais de uso das ARPs, não havendo comprovação estatística de relação causal entre essas variáveis.

Além disso, embora o fator 8 — que trata da rotatividade de pessoal — tenha apresentado variações entre os tipos de órgão, assim

como os critérios C8, C9 e C12 identificados na análise de conteúdo das respostas abertas, tais diferenças também se mostraram insignificantes para o modelo estatístico adotado. Ou seja, aspectos como a natureza institucional, a estrutura operacional, o volume de demandas e a rotatividade das equipes não demonstraram influência significativa na utilização das ARPs quando analisados por tipo de órgão.

Dessa forma, conclui-se que, ainda que haja indícios qualitativos e descritivos de diferenciação entre os grupos analisados, não é possível afirmar, com base nesta pesquisa, que o tipo de órgão seja um fator determinante ou estatisticamente relevante para o padrão de uso das ARPs.

Após as conclusões para cada Objetivo Específico, para consolidar os achados da pesquisa, foi realizada também uma análise crítica das hipóteses inicialmente formuladas e um resumo dos objetivos específicos delineados no estudo, à luz das evidências empíricas coletadas e das conclusões encontradas. Essa avaliação permitiu identificar quais hipóteses foram parcialmente confirmadas, quais não encontraram respaldo suficiente nos dados e quais emergiram ao longo do processo investigativo. De igual modo, foi possível verificar em que medida os objetivos específicos foram atingidos. A seguir, apresenta-se a síntese dessas hipóteses e objetivo, Quadro 7:

Quadro 7 – Conclusão sobre os Objetivos Específicos e Hipóteses				
Objetivo específico	Resultado dos Objetivos Específicos Fatores relevantes	Hipótese	Resultado da hipótese (Confirmada, Rejeitada, Parcialmente)	Justificativas/Evidências
Objetivo específico 01 Identificar os principais fatores internos à Central de Compras que contribuíram	<ul style="list-style-type: none"> (i) padronização e divulgação dos fluxos da Central; (ii) capacitação técnica dos agentes da central e dos órgãos; 	Hipótese 01 Os valores registrados nas ARPs encontram-se superiores aos praticados pelo mercado, o que motivou a	Rejeitada	Os preços praticados nas ARPs não foram amplamente questionados por apresentarem valores elevados — o Fator 7, com

<p>para o não acionamento do saldo das ARPs no período analisado</p>	<p>iii) comunicação institucional para com as unidades partícipes;</p> <p>iv) especificações de itens licitados;</p> <p>v) precificação e análise de propostas de preços durante a licitação;</p> <p>(vi) volume demandado aos fornecedores e na duração dos processos licitatórios; e duração dos processos licitatórios.</p>	<p>adoção de soluções alternativas externas para a realização das contratações</p>		<p>o item PRE03, obteve a maior média do questionário (3,99), sinalizando uma percepção de vantajosidade por parte dos respondentes, em sentido oposto à hipótese inicialmente formulada. O item PRE02 do Fator 2 também trouxe que os preços estão abaixo dos praticados no mercado.</p>
		<p>Hipótese 02 As descrições dos itens constantes nas ARPs não se mostraram adequadas às necessidades específicas do órgão, o que motivou a adoção de outros instrumentos de contratação em detrimento da utilização das atas.</p>	<p>Confirmada</p>	<p>Houve críticas significativas às descrições e adequação dos itens. O Fator 2, em especial a variável DESC03 (média 3,85) e a categoria C6 (15,9%) apontam falhas na especificação técnica. A categoria C11 também reforça que itens vantajosos financeiramente podem apresentar qualidade insatisfatória.</p>
<p>Objetivo específico 02 Avaliar a percepção dos</p>	<p>(i) ausência de manuais e roteiros padronizados</p>	<p>Hipótese 03 As alterações internas nos projetos dos</p>	<p>Rejeitada</p>	<p>O Fator 1 não apresentou resultados expressivos, o</p>

<p>gestores e dos servidores responsáveis pela gestão e pela execução operacional dos processos de compras nos órgãos participantes, fatores internos a estes órgãos, com foco específico no uso das ARPs em suas contratações</p>	<p>; e rotatividade de pessoal nas áreas de compras e aquisições.</p>	<p>órgãos participantes, presumivelmente decorrentes de decisões de cunho político e da instabilidade na gestão das unidades responsáveis pelas aquisições, impactaram o consumo das ARPs.</p>		<p>que sugere que questões internas aos órgãos, relacionadas ao planejamento e à legislação, não exercem influência significativa sobre a utilização das ARPs. Da mesma forma, as categorias C8, C9 e C10 também não obtiveram destaque, sendo mencionadas, somadas, por menos de 10% dos respondentes.</p>
		<p>Hipótese 04 A alta rotatividade de servidores nos órgãos, aliada à ausência de manuais operacionais e de ações contínuas de capacitação, impactou o aproveitamento ARPs.</p>	<p>Confirmada</p>	<p>A rotatividade foi significativa bem como a ausência de manuais e roteiros padronizados: o Fator 8, representado por GEC04 (3,03), demonstrou média elevada nas Administrações Regionais (3,43), com diferenças estatisticamente significativas ($p = 0,034$ e $p = 0,020$). A categoria C12 trata diretamente da rotatividade institucionalizada</p>

				<p>a nas áreas de compras. O Fator 5, GEC02 (2,69), embora não significativo, também trata da fragilidade da gestão do conhecimento por meio de manuais e documentos afins. Os demais fatores internos aos órgãos, embora mencionados, não foram significantes para o estudo.</p>
		<p>Hipótese 05 O desconhecimento do SRP, a preferência por processos de compras mais rápidos e flexíveis pelos gestores e a percepção dos servidores operacionais de que as ARPs são burocráticas e complexas podem influenciar na utilização desse instrumento.</p>	<p>Rejeitada</p>	<p>Não foram encontradas evidências estatísticas e qualitativas relevantes para confirmar essa hipótese. A preferência por outros formatos de compras, o desconhecimento do SRP e a percepção de burocracia foram marginalmente mencionados em respostas abertas (ex. C10), mas não foram validadas nem pelos resultados da AFE nem pelas médias dos fatores. O item GEC01, que aborda</p>

				<p>diretamente o conhecimento sobre o SRP, não se agrupou a nenhum fator e teve desempenho neutro.</p>
<p>Objetivo específico 03 Verificar se as possíveis dificuldades operacionais e de gestão enfrentadas pelos órgãos participantes na utilização das ARPs possuem relação com o tipo de órgão, seja Secretaria de Estado, Administração Regional ou Órgão Especial</p>	<p>Não foram identificadas diferenças estatisticamente significativas entre os tipos de órgão quanto a utilização das ARPs.</p>	<p>Hipótese 06 Há uma correlação entre o consumo das ARPs e o tipo de órgão envolvido, na qual determinados órgãos apresentam indicadores superiores de utilização em comparação a outros. Esses órgãos, além de utilizarem as ARPs com mais frequência, enfrentam menos obstáculos e dificuldades no processo de aquisição e contratação.</p>	<p>Rejeitada</p>	<p>Apesar de a Tabela 14 indicar diferenças empíricas sutis entre os tipos de órgão, os testes estatísticos aplicados não evidenciaram correlação significativa entre o tipo de órgão e o uso das ARPs, motivo pelo qual a hipótese é rejeitada. No entanto, cabe salientar que os dados qualitativos apontaram nuances nos contextos institucionais — como maior rotatividade de servidores e menor volume de demanda nas Administrações Regionais — que, embora não sustentem a hipótese estatisticamente, sugerem uma influência indireta desses</p>

				fatores sobre o consumo.
--	--	--	--	--------------------------

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A partir da análise dos dados, formularam-se hipóteses que emergiram durante o estudo e que, uma vez testadas, foram confirmadas, consolidando-se como hipóteses validadas nesta dissertação, todas relacionadas ao objetivo específico 01, como pode-se observar no Quadro 8:

Quadro 8 – Hipóteses Emergentes Confirmadas na Análise				
Hipótese Emergente	Resultado da hipótese (Confirmada, Rejeitada, Parcialmente)	Descrição	Evidência	Origem
HE1	Confirmada	A duração do processo licitatório entre IRP e publicação da ARP influencia negativamente a utilização das ARPs.	Tabela 13: faixas com 0% de utilização têm os maiores tempos médios (ex: 407,29 dias em 2023), enquanto faixas de maior uso registram menor duração (ex: 108 dias em 2020).	Surgiu durante a análise da base de dados SGARP
HE2	Confirmada	A comunicação antecipada e estruturada da Central com os órgãos participantes afeta a utilização das ARPs.	Confirmada pela análise qualitativa da pergunta aberta com a C3 e C4 que somaram 15% das respostas abertas.	Surgiu durante a análise qualitativa da pergunta aberta do questionário que capturou a percepção dos respondentes
HE3	Confirmada	Os produtos são licitados com valores economicamente vantajosos porém com qualidade insatisfatória o	Levantado durante o grupo focal e confirmada pela análise qualitativa da pergunta aberta com a C11 que totalizou 13,1% dos	Surgiu durante o grupo focal e a análise qualitativa da pergunta aberta do questionário que capturou a

		que prejudica a utilização da ARP e faz com que a contratação deste item não se concretize	respondentes concordando com este fator	percepção dos respondentes
--	--	--	---	----------------------------

Fonte: Elaborado pela autora (2025)



7

7

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES

Os resultados deste estudo permitem afirmar que a não utilização dos quantitativos previstos nas ARPs gerenciadas pela Central de Compras do Distrito Federal, no período de 2019 a 2023, está associada a um conjunto de fatores administrativos, institucionais e operacionais, tanto internos à gestão central quanto externos, relativos à realidade dos órgãos participantes. De forma específica, os principais fatores de gestão administrativa que influenciaram a não utilização dos saldos das ARPs foram:

- a) a necessidade de maior clareza e uniformização nos fluxos operacionais da Central de Compras, assim como na ampliação de sua divulgação, que pudesse facilitar o entendimento das etapas envolvidas e fortalecer a previsibilidade dos processos para os órgãos participantes;
- b) a ausência de capacitação técnica contínua, tanto para os servidores da Central quanto para as equipes dos órgãos, considerando a complexidade crescente dos normativos e a rotatividade das equipes envolvidas com compras públicas;
- c) as fragilidades na comunicação institucional com os órgãos partícipes, especialmente no que diz respeito ao compartilhamento de cronogramas, demandas e ajustes operacionais ao longo do ciclo das ARPs;
- d) a necessidade de constante revisão e adequação das especificações dos itens licitados, que garantissem maior aderência às realidades locais dos órgãos e às particularidades do mercado fornecedor;
- e) os critérios de precificação e avaliação de propostas deficitárias durante a licitação, que buscassem maior equilíbrio entre vantajosidade econômica e qualidade dos produtos ou serviços contratados;
- f) os aspectos relacionados ao volume de demanda e à logística de fornecimento, especialmente nos casos em que o quantitativo contratado fosse reduzido ou localizado, o que pode ter limitado a atratividade para os fornecedores;
- g) a duração dos processos licitatórios, que, embora muitas vezes condicionada por fatores normativos e procedimentais,

- ainda representou um desafio para o alinhamento com as necessidades operacionais imediatas dos órgãos;**
- h) a carência de manuais e roteiros internos estruturados nos próprios órgãos participantes, dificultando a padronização das rotinas, a internalização das boas práticas e a continuidade operacional;**
 - i) a rotatividade de pessoal nas áreas de compras dos órgãos, identificada especialmente nas administrações regionais, que pode afetar a acumulação de conhecimento e a fluidez dos processos, reforçando a importância de iniciativas voltadas à retenção e capacitação dos servidores; e**

Assim, conclui-se que a não utilização das ARPs não decorre de um único fator isolado, mas da interação entre falhas de comunicação institucional, fragilidades na padronização e capacitação, lentidão processual e inadequações técnicas nos registros, todos elementos de gestão administrativa que, quando somados, impactam de forma a limitar a aderência dos órgãos ao SRP. O enfrentamento desses pontos, por meio de ações coordenadas de revisão de processos, qualificação técnica, padronização de instrumentos e comunicação estratégica, pode representar um passo decisivo para o fortalecimento do SRP no contexto da administração pública distrital.

Os resultados da pesquisa evidenciam, também, a importância e relevância do trabalho desempenhado pela Central de Compras, especialmente no que se refere ao suporte prestado aos órgãos durante os processos de elaboração das IRPs e gestão das ARPs. Os respondentes demonstraram elevado nível de satisfação com o apoio pontual recebido, reconhecendo a central como um agente facilitador essencial. Além disso, os órgãos destacaram a competitividade dos preços registrados nas atas, considerados vantajosos, ainda que, em determinados casos, possam comprometer a qualidade do produto ou serviço. Ainda assim, revelam-se eficazes para viabilizar aquisições que, de outro modo, enfrentariam entraves significativos em processos licitatórios individualizados. Esses dados reforçam o papel estratégico da central na otimização das compras públicas e no fortalecimento gestão administrativa.

O estudo contribui para a literatura sobre compras governamentais ao revelar como elementos da gestão administrativa e das dinâmicas interorganizacionais influenciam a utilização do SRP como modelo de contratação, especificamente no nível subnacional. A

pesquisa oferece, também, uma visão crítica sobre os limites da vantajosidade econômica quando desvinculada de adequações operacionais e técnicas.

Como contribuição metodológica, destaca-se o uso combinado de análise fatorial exploratória, testes estatísticos e descritivos e análise qualitativa. Essa abordagem mista permitiu captar com profundidade as percepções dos atores envolvidos, o que representa um diferencial relevante e apropriado em estudos aplicados na Administração Pública.

Sobre as limitações da pesquisa, apesar do rigor metodológico adotado, é necessário reconhecer algumas limitações que devem ser devidamente consideradas:

- a) o estudo concentrou-se em dados de 2019 a 2023, sendo possível que eventos atípicos, como a pandemia da COVID-19, tenham afetado os processos de contratação, influenciando parte dos resultados, embora não tenha sido um fator mencionado em nenhum instrumento do estudo;**
- b) escassez de literatura específica sobre a efetiva utilização das ARP e os padrões de comportamento associados, o que limita a possibilidade de comparações diretas com os resultados empíricos e qualitativos obtidos neste estudo;**
- c) a análise qualitativa e quantitativa foi baseada em registros e percepções, não incluindo auditorias de campo nos órgãos ou análise direta de processos licitatórios específicos, o que pode ter prejudicado a identificação de fatores administrativos internos aos órgãos para a não utilização das ARPs; e**
- d) não foi possível, dentro dos limites do escopo desta pesquisa, aprofundar a investigação sobre o aumento atípico no tempo de tramitação do processo licitatório até a publicação das atas em 2023, embora se levante como hipótese principal a transição normativa da Lei nº 8.666/93 para a Lei nº 14.133/21, cuja possível influência é indicada como objeto pertinente para investigações futuras.**

As contribuições práticas da pesquisa podem ser aplicadas não apenas na Central de Compras do DF, mas em qualquer estrutura pública que opere com compras centralizadas.

Em virtude do caráter profissional do mestrado, considerando o caráter aplicado desta pesquisa e os resultados obtidos, algumas sugestões podem ser consideradas pela Central de Compras do Distrito

Federal, caso haja interesse em refletir sobre oportunidades de aperfeiçoamento institucional. As propostas a seguir, Quadro 9, não têm caráter prescritivo, mas emergem da análise dos dados coletados e da escuta ativa dos atores envolvidos ao longo da investigação:

Quadro 9 – Recomendações à Central de Compras do DF		
Recomendação	Ação Proposta	Benefício Esperado
Padronização de fluxos e comunicação institucional	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver e divulgar fluxogramas, cronogramas de abertura de IRPs, comunicados antecipados e guias operacionais simplificados; • Criar repositório digital com manuais e modelos; e Ampliar canais regulares de comunicação com os órgãos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Maior clareza e previsibilidade dos processos; • Redução de erros operacionais; e Fortalecimento da cooperação institucional
Capacitação técnica e gestão do conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar programa contínuo de capacitação técnica com plano de capacitação próprio da Central de Compras; • Criar manuais e trilhas de aprendizagem para novos servidores dos órgãos; e Incentivar registros estruturados dos processos internos e sua manutenção, podendo utilizar o apoio das Unidades de Controle Interno - UCI de cada órgão. 	<ul style="list-style-type: none"> • Redução dos impactos da rotatividade de pessoal; • Aumento da eficiência técnica; e Melhoria da continuidade administrativa.
Qualidade técnica nas licitações	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar oficinas para revisão e atualização de especificações com os órgãos; • Refletir sobre a 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da aderência das atas às reais necessidades; • Melhoria na relação custo-benefício das

	<p>possibilidade de incorporar critérios técnicos e qualitativos na seleção de itens a serem registrados, além do critério de menor preço; e</p> <p>Reforçar critérios técnicos e de mercado na precificação e julgamento de propostas.</p>	<p>contratações; e</p> <p>Redução de inexecuções por especificações inadequadas</p>
<p>Logística, escala e planejamento</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ajustar lotes e volumes de itens dos IRPs conforme realidades regionais e fornecedores; • Integrar melhor o planejamento dos IRPs com os cronogramas dos órgãos; e <p>Solicitar o apoio da CGDF para atuar junto às Administrações Regionais, considerando que a Controladoria-Geral exerce o papel de Unidade de Controle Interno (UCI) nesses órgãos, além de desempenhar funções orientativas e de acompanhamento.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Maior viabilidade econômica para os fornecedores; • Redução do tempo de resposta nas contratações; e <p>Inclusão mais efetiva das Administrações Regionais</p>
<p>Indicadores de aderência às ARPs</p>	<p>Utilizar indicadores de uso das atas para retroalimentar o planejamento e identificar padrões de comportamento entre os diferentes perfis de órgãos</p>	<p>Gestão mais estratégica e sensível às realidades institucionais diversas</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Como sugestões para estudos futuros, diante do aumento atípico no tempo médio de licitação observado no ano de 2023, recomenda-se a realização de um estudo específico que busque identificar, de forma contundente e confirmatória, os fatores que contribuíram para esse comportamento. Tal investigação poderá esclarecer se o aumento decorre de alterações processuais, mudanças regulatórias – da Lei nº 8.666/93 para a Lei nº 14.133/21, restrições

operacionais ou outros aspectos contextuais. Como essa análise extrapola os limites definidos para o escopo desta dissertação, sugere-se que seja tratada em pesquisas futuras com foco direcionado nesse fenômeno.

Sugere-se, também para estudos futuros, a investigação do percentual ideal de utilização das ARPs, de forma a balizar práticas mais eficientes na gestão de contratações públicas. Tal análise poderá considerar aspectos como economicidade, planejamento de demanda, e tempo de vigência das atas, de modo a identificar um parâmetro de referência que maximize os benefícios esperados da utilização das ARPs sem comprometer a eficiência administrativa.

Como proposta para trabalhos futuros, recomenda-se a realização de um novo estudo, em momento oportuno, com o objetivo de verificar se as recomendações apresentadas nesta dissertação foram devidamente implementadas e se resultaram nos efeitos esperados. Além disso, essa investigação poderá possibilitar a comparação do novo escopo relacionado ao objeto de estudo no período posterior a 2023 com o presente trabalho, favorecendo a análise de possíveis transformações estruturais, políticas ou organizacionais ocorridas desde a conclusão desta pesquisa, bem como a formulação de ajustes ou novas hipóteses a partir de fatores emergentes identificados no contexto atualizado.



REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. **Licitações e contratos administrativos**: teoria e jurisprudência. Senado Federal, 2017. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/594776/licitacoes_contratos_administrativos_teorija_jurisprudencia_4ed.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 14 mai 2025.

ANASTASIA, Antônio A. Antecedentes e origem do choque de gestão. In: VILHENA, Renata; MARTINS, H; MARINI, C.; GUIMARÃES, T. B. (Orgs.). **O choque de gestão em 15 Minas Gerais**: políticas de gestão pública para o desenvolvimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. Disponível em: https://www.academia.edu/9746418/O_Choque_de_Gest%C3%A3o_em_Minhas_Gerais. Acesso em: 14 mai 2025.

ARAÚJO, Grice Barbosa Pinto de. **O modelo centralizado de compras como potencializador da melhoria dos processos de aquisições**: estudos de caso da central de compras do Distrito Federal. 2017, 87p. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Instituto Brasiliense de Direito Público, 2017. Disponível em: <https://repositorio.idp.edu.br/handle/123456789/2400>. Acesso em: 14 mai 2025.

BARBOSA, Klênio. Sistema brasileiro de registro de preços: virtudes e vícios à luz da teoria econômica. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea**, 2012. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/90945/1/776460366.pdf>. Acesso em: 21 maio 2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BATISTA, Fábio Ferreira. **Modelo de gestão do conhecimento para a administração pública brasileira**: como implementar a gestão do conhecimento para produzir resultados em benefício do cidadão. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/754>. Acesso em: 21 maio 2025.

BRASIL, Franklin. Preço de referência em compras públicas (ênfase em medicamentos). Brasília, DF: **TCU**, 2015. Disponível em: <https://eduguimaraes.com/wp-content/uploads/2020/12/PRECO-DE->

REFERENCIA-EM-COMPRAS-PUBLICAS-MEDICAMENTOS.pdf. Acesso em: 21 maio 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm. Acesso em: 21 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 21 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**. Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm. Acesso em: 21 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm. Acesso em: 21 maio 2025.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Licitações e contratos: orientações e jurisprudência do TCU**. – 4. ed. rev., atual. e ampl. – Brasília: TCU, Secretaria-Geral da Presidência: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010. Disponível em: <http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jspinline=1&fileId=8A8182A24D6E86A4014D72AC81CA540A>. Acesso em: 21 maio 2025.

CARLINI-COTRIM, B. H. Potencialidades da técnica qualitativa grupo focal em investigações sobre abuso de substâncias. **Rev. Saúde Públ.**, v. 30, n. 3, p. 285-93, 1996. Disponível em:

<https://www.scielo.org/pdf/rsp/1996.v30n3/285-293/pt>. Acesso em: 21 maio 2025.

CARVALHO, Daniel Oliveira de; MACEDO, Marcelli Ritton. Valores versus ata de registro de preço. **Zênite Fácil, categoria Doutrina**, 2020. Disponível em: https://www.zenite.blog.br/wp-content/uploads/2020/05/Valores-versus-registro-de-pre%C3%A7os_DanielCarvalho_MarcelliRitton.pdf. Acesso em: 21 maio 2025.

CHAGAS, Marília Ferreira. **Gestão e operacionalização das compras governamentais: um estudo de caso**. 2016. 105 p. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Gestão) - Escola De Engenharia, Universidade Federal Fluminense, 2016. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/3560>. Acesso em: 21 maio 2025.

CHEIN, Flávia. **Introdução aos modelos de regressão linear**: um passo inicial para compreensão da econometria como uma ferramenta de avaliação de políticas públicas. Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4788>. Acesso em: 21 maio 2025.

COSTA B. R. L. **Bola de neve virtual**: o uso das redes sociais virtuais no processo de coleta de dados de uma pesquisa científica. Revista Interdisciplinar De Gestão Social, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rigs/article/view/24649>. Acesso em: 21 maio 2025.

CRONBACH, L. J. **Coefficient alpha and the internal structure of tests**. Psychometrika, v.16, p.297-334, 1951.

CUNHA, Helton. **Os efeitos do sistema de registro de preços nas compras públicas**: estudo de caso do centro de pesquisa Gonçalo Moniz–Fiocruz-BA. 2012. 94 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola De Administração, Universidade Federal da Bahia, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/30815>. Acesso em: 21 maio 2025.

DA COSTA, Carlos Eugênio Silva; BATINGA, David Medeiros; DOS SANTOS, Luam Leiverton Pereira. Impacto da Rotatividade de Pessoal no Desempenho dos Processos e na Gestão do Conhecimento em uma Instituição Federal de Ensino Superior. **Anais do Fórum Regional de Administração**, Faculdade Sete de Setembro – FASETE – Biblioteca Central, 2014. Disponível em: <https://www.unirios.edu.br/eventos/forumadm/anais/arquivos/2014/im>

pacto_da_rotatividade_de_pessoal_no_desempenho_dos_processos_e_na_gestao_do_conhecimento.pdf. Acesso em: 21 maio 2025.

DA HORA, Henrique Rego Monteiro; MONTEIRO, Gina Torres Rego; ARICA, Jose. Confiabilidade em questionários para qualidade: um estudo com o Coeficiente Alfa de Cronbach. **Produto & Produção**, v. 11, n. 2, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ProdutoProducao/article/view/9321>. Acesso em: 21 maio 2025.

DE MOURA CAVALCANTE, Andrey; SANTOS, Luciana Guedes. **O planejamento da licitação e seu impacto na eficiência e na economicidade do pregão eletrônico para registro de preços**. EmpíricaBR-Revista Brasileira de Gestão Negócio e Tecnologia da Informação, v. 1, n. 1, p. 185-210, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Luciana-Santos-21/publication/338665293_O_PLANEJAMENTO_DA_LICITACAO_E_SEU_IMPACTO_NA_EFICIENCIA_E_NA_ECONOMICIDADE_DO_PREGAO_EL_ETRONICO_PARA_REGISTRO_DE_PRECOS/links/5fc4ea9a458515b7978a8190/O-PLANEJAMENTO-DA-LICITACAO-E-SEU-IMPACTO-NA-EFICIENCIA-E-NA-ECONOMICIDADE-DO-PREGAO-ELETRONICO-PARA-REGISTRO-DE-PREÇOS.pdf. Acesso em: 21 maio 2025.

DIAS, Eduardo Rocha. Proposta de menor preço e tutela da livre concorrência nas licitações. **Revista de Direito Administrativo**, v. 208, p. 139-146, 1997. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rda/article/download/46991/46160>. Acesso em: 21 maio 2025.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 39.103, de 06 de junho de 2018**. Regulamenta, no âmbito do Distrito Federal, o Sistema de Registro de Preços e dá outras providências. Brasília, DF: Governo do Distrito Federal, 2018. Disponível em: <https://dflegis.df.gov.br/ato.php?p=decreto-39103-de-06-de-junho-de-2018>. Acesso em: 21 maio 2025.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 44.330, de 16 de março de 2023**. Regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal. Brasília, DF: Governo do Distrito Federal, 2023. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/878b445155514f05a3fb411e1c2da0c0/Decreto_44330_16_03_2023.html. Acesso em: 21 maio 2025.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 2.340, de 12 de abril de 1999**. Cria na estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal, a Coordenadoria de Seguros do Distrito Federal e a Central de Compras do Governo do Distrito Federal. Brasília, DF: Governo do Distrito Federal, 1999. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/50298/Lei_2340_12_04_1999.html. Acesso em: 21 maio 2025.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 4.990, de 12 de dezembro de 2012**. Regula o acesso a informações no Distrito Federal previsto no art. 5º, XXXIII, no art. 37, § 3º, II, e no art. 216, § 2º, da Constituição Federal e nos termos do art. 45, da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e dá outras providências. Brasília, DF: Governo do Distrito Federal, 2012. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/72983/Lei_4990_12_12_2012.html. Acesso em: 21 maio 2025.

FERNANDES, Fabiana Silva. Capacidade institucional: uma revisão de conceitos e programas federais de governo para o fortalecimento da administração pública. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 14, p. 695-704, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/4MLpGjhvDYbjzKXXhjzGgPB/>. Acesso em: 21 maio 2025.

FERREIRA, Paulo Vanderlei. **Estatística experimental aplicada à agronomia**. Edufal, 1991.

FERRER, Florência. Os desafios do setor público para construir um novo modelo de compras. **Conselho Nacional de Secretários de Administração - CONSAD**, 2013. Disponível em: <http://consad.org.br/wp-content/uploads/2013/05/005-OS-DESAFIOS-DO-SETOR-P%3%9ABLICO-PARA-CONSTRUIR-UM-NOVO-MODELO-DE-COMPRAS.pdf>. Acesso em: 21 maio 2025.

FURTADO, Clayton Clay. **A viabilidade do retorno ao teletrabalho**: um estudo de caso de três órgãos do Poder Executivo do Distrito Federal. 2024. 197 f. Dissertação (Mestrado profissional em Administração Pública) Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2025. Disponível em: <https://repositorio.idp.edu.br//handle/123456789/5228>. Acesso em: 21 maio 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, São Paulo, 2008. Disponível Em:

<https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 21 maio 2025.

GOTTEMS, Leila Bernarda Donato et al. Boas práticas no parto normal: análise da confiabilidade de um instrumento pelo Alfa de Cronbach. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 26, p. e3000, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/QZr3NbtcZH7BZ5srRnwKhdj/?lang=pt>. Acesso em: 21 maio 2025.

HAIR JR., J. F.; WILLIAM, B.; BABIN, B.; ANDERSON, R. E. **Análise multivariada de dados**. 6.ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. Disponível em: https://books.google.com/books?hl=pt-BR&lr=&id=oFQs_zJl2GwC&oi=fnd&pg=PA7&dq=HAIR+JR.,+J.+F.%3B+WILLIAM,+B.%3B+BABIN,+B.%3B+ANDERSON,+R.+E.+An%C3%A1lise+multivariada+de+dados&ots=KK1LTI_apo&sig=I--IHlx6p8a8LsQBzhkOZqi7YRQ. Acesso em: 21 maio 2025.

HONGYU, Kuang. **Análise Fatorial Exploratória**: resumo teórico, aplicação e interpretação. *E&S Engineering And Science*, v. 7, n. 4, p. 88-103, 2018. DOI [10.18607/ES201877599](https://doi.org/10.18607/ES201877599). Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/eng/article/view/7599>. Acesso em: 21 maio 2025.

JUSTEN FILHO, Marçal. O sistema de registro de preços destinado ao regime diferenciado de contratações públicas. **Informativo, Justen, Pereira, Oliveira e Talamini**, Curitiba, n. 61, 2012. Disponível em: https://www.justen.com.br/pdfs/IE61/IE61_Marcal_RDC.pdf. Acesso em: 21 maio 2025.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de licitações e Contratos Administrativos**. 13 Ed. São Paulo: Dialética, 2009.

KAISER, Henry F. **An index of factorial simplicity**. *Psychometrika*, v. 39, n. 1, p. 31-36, 1974. DOI [10.1007/BF02291575](https://doi.org/10.1007/BF02291575). Disponível em: <https://www.scirp.org/reference/referencespapers?referenceid=1045500>. Acesso em: 21 maio 2025.

KIM, J.; MUELLER, C. W. Factor analysis: Statistical methods and practical issues. Beverly Hills, CA: **Sage Publications**. 1978. DOI [10.4135/9781412984256](https://doi.org/10.4135/9781412984256). Disponível em: <https://methods.sagepub.com/book/mono/factor-analysis/toc>. Acesso em: 21 maio 2025.

KOKOCIŃSKA, Katarzyna. The Importance of Public Procurement for the Strategic Objectives of National Socio-Economic Development. **Ruch Prawniczy, Ekonomiczny i Socjologiczny**, v. 85, n. 1, p. 15-25, 2023. Disponível em: <https://www.ceeol.com/search/article-detail?id=1122410>. Acesso em: 21 maio 2025.

LUCERO, Francisco Aguiar. **O planejamento de compras na administração pública e suas consequências para atuação dos pregoeiros ou agentes de contratação**: estudo de caso da rede LFDA. 2022. 75 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação Administração) - Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/256875>. Acesso em: 21 maio 2025.

LUÍS, Henrique Pedro Soares; ASSUNÇÃO, Victor Abreu; LUÍS, Luís Francisco Soares. Tradução e validação para português de um questionário de hábitos, conhecimentos e atitudes de saúde oral dos adolescentes. **Adolesc. & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 7-11, 2012. Disponível em: https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10451/34276/1/WU113_LUIh%20T_AI_2012.pdf. Acesso em: 21 maio 2025.

MARIN, Kelen Souza. **O processo de licitação e sua implicância na qualidade dos produtos**. 2016. 12 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Especialização em Gestão Pública) – Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/15016>. Acesso em: 21 maio 2025.

MARÔCO, João. **Análise Estatística com a utilização do SPSS**: 3ª edição. Edições Sílabo, 2007.

MAROTTI, Juliana et al. Amostragem em pesquisa clínica: tamanho da amostra. **Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo**, v. 20, n. 2, p. 186-194, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Juliana-Marotti/publication/285800533_Amostragem_em_pesquisa_clinica_Tamanho_da_amostra/links/566aca4008aea0892c4b9e11/Amostragem-em-pesquisa-clinica-Tamanho-da-amostra.pdf. Acesso em: 21 maio 2025.

MENDONÇA, Alberto José Lopes de. **Ganhos de eficiência com a implantação do parecer referencial na redução do tempo de tramitação do processo licitatório**: o caso de um hospital universitário. 2024. Dissertação (Mestrado em Gestão e Economia da Saúde) –

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/56035>. Acesso em: 21 maio 2025.

MOTTA, F. C. P.; BRESSER PEREIRA, L. **Introdução à organização burocrática**. 2. ed. São Paulo: Thomson, 2004. 310 p. Disponível em: <https://www.bresserpereira.org.br/books/introducao-a-organizacao-burocratica/00000-introducao-a-organizacao-burocratica.pdf>. Acesso em: 21 maio 2025.

PEREIRA, Erik Mautone et al. Potencialidades do uso do sistema de registro de preços para uma gestão de compras públicas eficiente: um estudo na Universidade Federal da Bahia. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, p. 260-283, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/91540>. Acesso em: 21 maio 2025.

PIMENTEL, Rodrigo M. **Compras públicas centralizadas**: a experiência do estado do amapá. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2024. Disponível em: <http://52.186.153.119/handle/123456789/5042>. Acesso em: 21 maio 2025.

PINHO, Ana Paula M.; DA SILVA, Clayton R. M.; DE OLIVEIRA, Evalda R. S. Determinantes da Intenção de Rotatividade no Setor Público: um estudo em uma instituição federal de ensino. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 14, n. 3, 2022. DOI 10.21118/apgs.v14i3.13039. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/13039>. Acesso em: 21 maio 2025.

PINTO, Isabela Cardoso de Matos. Mudanças nas políticas públicas: a perspectiva do ciclo de política. **Revista de Políticas Públicas**, v. 12, n. 1, p. 27-36, 2008. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3832>. Acesso em: 21 maio 2025.

PONKO, Jr., Vincent. History and the Methodology of Public Administration: The Case of The Crown Agents for the Colonies. **Public Administration Review**, vol. 27, n. 1, 1967. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/973184?origin=crossref>. Acesso em: 21 maio 2025.

RIBEIRO, C.; INÁCIO JR., E. O mercado de compras governamentais brasileiro: aspectos metodológicos e de mensuração. **Caderno de Finanças Públicas**, Brasília, v. 14, p. 265-287, dez. 2014. Disponível em:

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9315/1/td_2476.pdf.
Acesso em: 21 maio 2025.

RIBEIRO, Elizabeth Matos; IZQUIERDO, Oscar Chassagnes. **Gestão do conhecimento e governança no setor público**. 2017. 102 f. - 1 edição - 1ª reimpressão. Salvador: UFBA, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/30873>. Acesso em: 21 maio 2025.

ROMÃO, Bárbara B.; DE SOUZA, L. F.; GUERREIRO, R. A.; MONTEZANO, Lana. Avaliação Da Inovação De Projetos De Pesquisa De Alunos De Pós-Graduação Vinculados Ao Setor Público. 10º EMPRAD: **FEAUSP**. 2024. Disponível em: https://sistema.emprad.org.br/10/anais/resumo.php?cod_trabalho=99. Acesso em: 21 maio 2025.

SAMORA, Pedro Henrique Bianchi et al. **Previsão Do Mercado De Pagamentos Eletrônicos Brasileiro Por Regressão Múltipla**. 2014. Tese de Doutorado. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Disponível em: https://bdta.abcd.usp.br/directbitstream/864b18d3-62b1-4d54-bb4a-f9daad7f9e62/Samora_Pedro_Henrique_Bianchi.pdf. Acesso em: 21 maio 2025.

SAMPAIO, Ricardo Alexandre. O Brasil também protesta por um processo de contratação pública mais eficiente. **Blog Zenite**, Curitiba, 2013. Disponível em: <https://zenite.blog.br/o-brasil-tambem-protesta-por-um-processo-de-contratacao-publica-mais-eficiente/>. Acesso em: 21 maio 2025.

SILVA, Anderson Rodrigo da et al. Avaliação do coeficiente de variação experimental para caracteres de frutos de pimenteiras. **Revista Ceres**, v. 58, p. 168-171, 2011. DOI 10.1590/S0034-737X2011000200006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rceres/a/FzLrPpcBJQGGBR3TcrfhKqy/?lang=pt>. Acesso em: 21 maio 2025.

SILVA, Isaac Menezes da. Fatores que influenciam na eficiência das compras governamentais. Santana do Livramento: **Unipampa**, 2014. Disponível em: <https://dspace.unipampa.edu.br/handle/ri/1275>. Acesso em: 21 maio 2025.

TEIXEIRA, Ana Lúcia. Análise dos dados de inquéritos sociológicos: estatísticas univariada, bivariada e multivariada. **Metodologias de investigação sociológica: Problemas e soluções a partir de estudos empíricos**, p. 167-242, 2016. Disponível em: Disponível em:

<https://dspace.unipampa.edu.br/handle/riu/1275>. Acesso em: 21 maio 2025. Acesso em: 21 maio 2025.

VITORIANO, Maria Albeti Vieira; GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. Grupo focal na ciência da informação: papel do moderador. **Brazilian Journal of Information Science**, n. 17, p. 16, 2023. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8934308>. Acesso em: 21 maio 2025.

YIN, Robert. **Estudo de Caso - Planejamento e Métodos** - 2ª Edição. Porto Alegre: Bookman, 2001.



APÊNDICES

APÊNDICES

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – ROTEIRO GRUPO FOCAL PARA VALIDAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

a. Abertura e Contextualização

- Explicação do objetivo da reunião.
- Esclarecimento das regras de participação:
 - Participação anônima (câmeras desligadas).
 - Uso do chat ou do microfone para contribuir.
- Explicação sobre a metodologia adotada:
 - A reunião seria dividida em blocos temáticos.
 - As sugestões e feedbacks seriam coletados e incorporados ao questionário.

b. Discussão Guiada para Validação do Questionário

A discussão foi estruturada em tópicos específicos, guiada pelas seguintes questões norteadoras:

(A) Clareza e Compreensão

- Alguma pergunta do questionário está ambígua ou de difícil compreensão?
- Algum termo técnico precisa ser explicado ou reformulado?
- As instruções para preenchimento estão claras?

(B) Relevância e Adequação

- Os itens do questionário são pertinentes aos objetivos da pesquisa?
- Há alguma pergunta redundante ou desnecessária?
- Alguma questão importante deixou de ser abordada?

(C) Escala e Formato das Respostas

- As opções de resposta cobrem todas as possibilidades?
- Alguma escala de resposta (ex.: Likert, múltipla escolha) poderia ser melhorada?
- O tempo estimado para preenchimento do questionário é

adequado?

(D) Barreiras e Sugestões

- Quais dificuldades os respondentes podem encontrar ao preencher o questionário?
- O questionário está alinhado com a realidade dos órgãos do Complexo Administrativo do DF?
- Há sugestões para melhorar a experiência do respondente?

c. Consolidação das Sugestões e Fechamento

- Resumo das principais melhorias identificadas.
- Pergunta final aos participantes: "Há mais algum ponto que vocês gostariam de levantar?"
- Agradecimento e encerramento da reunião.

APÊNDICE 2 – AVALIAÇÃO ESCRITA E VALIDAÇÃO DO QUESTIONÁRIO PELO GRUPO FOCAL

Avaliação e validação de formulário

Conforme o [formulário](#) enviado anteriormente, encaminho a avaliação do questionário para preenchimento pelos órgãos participantes. Aqueles que ainda não o analisaram e preferirem, poderão respondê-lo após a videoconferência, agendada para o dia 06/02/2025, com os convidados do grupo focal.

Agradeço imensamente a participação e a contribuição de todos. Suas opiniões serão fundamentais para elevar a qualidade do trabalho e garantir que ele alcance resultados positivos para a administração pública.

Lívia Maria da Silva Lima

📍 Programa: Mestrado Profissional em Administração Pública - IDP

✉ livialimamestrado.idp@gmail.com

📞 (61) 99207-4762

livinhadf@gmail.com [Mudar de conta](#)

✉ Não compartilhado

*** Indica uma pergunta obrigatória**

Informe o seu órgão: *

Escolher

O questionário de avaliação complementar foi disponibilizado com o objetivo de registrar eventuais observações adicionais que, porventura, não tenham sido expressas durante a realização do grupo focal. Ressalta-se que o seu preenchimento foi facultativo e não vinculativo, não se prestando à validação ou reforço das contribuições já manifestadas no decorrer da referida reunião.

(A) Clareza e Compreensão

1. Alguma pergunta do questionário está ambígua ou de difícil compreensão?

Sua resposta _____

(A) Clareza e Compreensão

2. Algum termo técnico precisa ser explicado ou reformulado?

Sua resposta _____

(A) Clareza e Compreensão

3. As instruções fornecidas para preenchimento estão claras?

Sua resposta _____

(B) Relevância e Adequação

4. Os itens do questionário são relevantes para os objetivos da pesquisa?

Sua resposta _____

(B) Relevância e Adequação

5. Há alguma pergunta que poderia ser eliminada por ser redundante ou desnecessária?

Sua resposta _____

(B) Relevância e Adequação

6. Alguma pergunta deveria ser incluída para cobrir aspectos importantes que não foram abordados?

Sua resposta _____

(C) Escala e Formato das Respostas

7. As opções de resposta são adequadas e cobrem todas as possibilidades?

Sua resposta _____

(C) Escala e Formato das Respostas

8. A escala de resposta (Discordo completamente a Concordo completamente) poderia ser melhorada?

Sua resposta _____

(C) Escala e Formato das Respostas

9. O tempo estimado para preenchimento do questionário é adequado?

Sua resposta _____

(D) Barreiras e Sugestões

10. Quais dificuldades você prevê que os respondentes possam enfrentar ao preencher este questionário?

Sua resposta _____

(D) Barreiras e Sugestões

11. O questionário está adaptado à realidade dos órgãos do complexo do Distrito Federal?

Sua resposta _____

(D) Barreiras e Sugestões

12. Alguma sugestão para melhorar a experiência do respondente?

Sua resposta _____

Enviar

Limpar formulário

APÊNDICE 3 – VERSÃO FINAL DO QUESTIONÁRIO

ESTUDO DE CASO DA GESTÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

Prezado(a),

Estou realizando uma pesquisa como parte da minha dissertação de mestrado, com o tema "**Gestão de Atas de Registro de Preços nos Órgãos do Distrito Federal**", voltada à área de compras, almoxarifado e licitações dos órgãos que compõem o complexo administrativo do Distrito Federal. Este estudo tem como objetivo entender melhor os desafios e as práticas relacionadas a este tema, buscando contribuir para o aprimoramento das compras públicas e identificar as **razões pelas quais os órgãos do DF utilizam ou deixam de utilizar a Ata de Registro de Preços, como participe.**

Sua participação é fundamental para o sucesso deste trabalho! Por isso, convido você a responder um **questionário rápido e sigiloso**, que levará cerca de **10 minutos** para ser concluído. Todas as respostas serão tratadas de forma **anônima** e utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos. O questionário é estruturado em seis blocos.

A sua experiência e opinião são extremamente valiosas para o desenvolvimento desta pesquisa e para a construção de soluções mais efetivas no âmbito das contratações por Atas de Registro de Preços.

Desde já, expresso minha sincera gratidão por sua colaboração e disponibilidade, e solicito, gentilmente, que compartilhe o link com outros colegas que atuam na mesma área. Permaneço à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas ou fornecer informações adicionais.

Atenciosamente,

Lívia Maria da Silva Lima

📎 Programa: Mestrado Profissional em Administração Pública - IDP

✉ livialimamestrado.idp@gmail.com

📞 (61) 99207-4762

livinhadf@gmail.com [Mudar de conta](#)

🔒 Não compartilhado

* Indica uma pergunta obrigatória

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido *

Você concorda em participar voluntariamente desta pesquisa, ciente de que todas as respostas serão tratadas de forma confidencial e anônima?

- Sim, concordo em participar da pesquisa
- Não concordo em participar da pesquisa

Próxima

Limpar formulário

Se o respondente escolhesse a opção "Sim, concordo em participar da pesquisa" nesta questão, seria encaminhado diretamente para a próxima seção, a Seção 1 (PER). Por outro lado, caso respondesse "Não concordo em participar da pesquisa", seria direcionado para a finalização do questionário, sem a possibilidade de fornecer outras respostas.

Informações sobre o perfil do respondente (PER)

Esta seção tem como objetivo traçar o perfil profissional dos respondentes, uma etapa fundamental para compreender grupos específicos e encontrar padrões de comportamento e opinião, permitindo uma análise mais precisa e segmentada dos diferentes contextos profissionais.

PER01 - Você é servidor público? *

- Não
- Sim, servidor efetivo.
- Sim, servidor comissionado (sem vínculo)

PER02 - Você já desempenhou ou desempenha atividades nas áreas de compras, * licitações ou almoxarifado em algum órgão do Distrito Federal?

- Não
- Sim

PER03 - Qual é a natureza do órgão no qual você exerce ou exerceu suas funções * nas áreas de compras, licitações ou almoxarifado?

Escolher ▼

Se o respondente selecionasse a opção "Não" para as questões PER01 ou PER02, seria redirecionado diretamente para a finalização do questionário, sem a possibilidade de fornecer outras respostas. Caso escolhesse qualquer outra alternativa, seria encaminhado automaticamente para a Seção 2 (DESC).

PER04 - Por quanto tempo você atuou ou atua nas áreas de compras, licitações *
ou almoxarifado em algum órgão do Distrito Federal?

- Menos de 1 ano
- De 1 a 3 anos
- De 4 a 6 anos
- De 7 a 9 anos
- Acima de 10 anos

PER05 - Você trabalhou ou esteve ligado(a), direta ou indiretamente, a alguma *
área que realizava aquisições utilizando as Atas de Registro de Preços (ARPs) da
Central de Compras do Distrito Federal?

- Sim. Estou ou estava envolvido(a) diretamente com aquisições por registro de
preços
- Sim. Estou ou estava envolvido(a) indiretamente com aquisições por registro de
preços
- Não.

PER06 - Você trabalhou ou esteve ligado(a), direta ou indiretamente, a *
alguma área responsável por responder às Intenções de Registro de Preços
(IRPs), anteriormente conhecidas como PLS?

- Sim. Estava envolvido(a) diretamente com as respostas aos IRPs.
- Sim. Estava envolvido(a) indiretamente com as respostas aos IRPs.
- Não.

[Voltar](#)

[Próxima](#)

[Limpar formulário](#)

Descrição do Objeto (DESC)

A descrição adequada do item em uma licitação garante clareza, evita ambiguidades e facilita contratações alinhadas às necessidades do órgão público.

Nesse contexto, responda às afirmações abaixo relacionadas à **descrição de itens registrados nas Atas de Registro de Preços** da Central de Compras do DF, **de acordo com sua experiência ou do seu órgão**, atribuindo uma nota de 1 a 5, conforme abaixo:

- 1 para "Discordo totalmente";
- 2 para "Discordo parcialmente";
- 3 para "Não concordo, nem discordo";
- 4 para "Concordo parcialmente"; e
- 5 para "Concordo totalmente".

DESC01 - Os itens registrados nas Atas de Registro de Preços atendem de forma ***** adequada às demandas e necessidades do meu órgão.

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	Concordo totalmente				

DESC02 - Os itens contratados por meio das Atas de Registro de Preços ***** apresentam um nível excessivo de detalhamento, o que torna desafiador assegurar a conformidade no momento da entrega.

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	Concordo totalmente				

DESC03 - A falta de detalhamento nos itens das Atas de Registro de Preços ***** resulta em produtos genéricos ou de baixa qualidade, comprometendo a entrega e a eficiência da aquisição ou prestação do serviço.

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	Concordo totalmente				

DESC04 - Os fornecedores, na maioria das vezes, entregam os produtos e ***** serviços conforme o estabelecido no processo licitatório.

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	Concordo totalmente				

DESC05 - Os itens registrados nas Atas de Registro de Preços, geralmente, estão alinhados e atualizados com as práticas e condições vigentes no mercado atual. *

1 2 3 4 5

Discordo totalmente Concordo totalmente

DESC06 - Algumas vezes, os itens registrados em Atas de Registro de Preços estão obsoletos, ultrapassados ou inadequados para o uso atual. *

1 2 3 4 5

Discordo totalmente Concordo totalmente

DESC07 - Já informamos à Central de Compras, em diversas ocasiões, sobre a ocorrência de itens indevidamente catalogados ou com erros em suas descrições. *

1 2 3 4 5

Discordo totalmente Concordo totalmente

DESC08 - Já cancelamos, em diversas ocasiões, Solicitações de Saldo de Ata (SSA) devido à qualidade insatisfatória do material fornecido, ainda que em conformidade com a descrição da ARP. *

1 2 3 4 5

Discordo totalmente Concordo totalmente



DESC09 - Já utilizamos o saldo da ARP disponibilizado para o meu órgão em algumas ocasiões sem realizar as devidas Solicitações de Saldo de Ata (SSA). *

1 2 3 4 5

Discordo totalmente

Concordo totalmente

DESC10 - Em algumas ocasiões, meu órgão deixou de utilizar a Ata de Registro de Preços (ARP) devido ao fato de que o quantitativo necessário para consumo era reduzido, levando o fornecedor a recusar a entrega por considerar que o volume solicitado não compensaria o fornecimento. *

1 2 3 4 5

Discordo totalmente

Concordo totalmente

[Voltar](#)

[Próxima](#)

[Limpar formulário](#)



Gestão do conhecimento (GEC)

A gestão do conhecimento no âmbito das aquisições de atas de registro de preços por órgãos participantes pode enfrentar diversos problemas que dificultam sua utilização.

Nesse contexto, responda às afirmações abaixo relacionadas à **gestão do conhecimento** na sua unidade ou na Central de Compras do DF, **de acordo com sua experiência ou do seu órgão**, atribuindo uma nota de 1 a 5, conforme abaixo:

- 1 para "Discordo totalmente";
- 2 para "Discordo parcialmente";
- 3 para "Não concordo, nem discordo";
- 4 para "Concordo parcialmente"; e
- 5 para "Concordo totalmente".

GEC01 - Tenho pleno conhecimento sobre o funcionamento do Sistema de Registro de Preços e o processo de contratação realizado por meio das Atas de Registro de Preços. *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	Concordo totalmente				

GEC02 - Meu órgão dispõe de manuais e roteiros estruturados para orientar novos colaboradores na utilização do Sistema de Registro de Preços. *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	Concordo totalmente				

GEC03 - No meu órgão, as aquisições por Atas de Registro de Preços e respostas do IRPs estão concentradas em uma única pessoa. *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	Concordo totalmente				

GEC04 - A área de compras e aquisições do meu órgão enfrenta uma significativa rotatividade de pessoal, com mudanças ocorrendo, em média, a cada ano. *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	Concordo totalmente				



GEC05 - A Central de Compras fornece suporte contínuo necessário para atuarmos com relação às aquisições de ARPs e resposta de IRPs. *

1 2 3 4 5

Discordo totalmente Concordo totalmente

GEC06 - A Central de Compras fornece treinamento contínuo necessário para atuarmos com relação às aquisições de ARPs e resposta de IRPs. *

1 2 3 4 5

Discordo totalmente Concordo totalmente

GEC07 - Percebo que a equipe da Central de Compras do DF envolvida com o Sistema de Registro de Preços – incluindo pregoeiros, analistas de IRP e gestores de ARP – necessita de aprimoramento em sua capacitação para melhoria do processo. *

1 2 3 4 5

Discordo totalmente Concordo totalmente

GEC08 - Em algumas ocasiões, eu ou membros do setor de aquisições realizamos licitações por desconhecimento de que já éramos participantes de uma ARP para o mesmo objeto. *

1 2 3 4 5

Discordo totalmente Concordo totalmente

[Voltar](#)

[Próxima](#)

[Limpar formulário](#)



Planejamento e Legislação (PLAN)

O planejamento garante a identificação precisa das necessidades, a racionalização dos recursos e a eficiência na contratação, enquanto a legislação oferece o suporte normativo necessário para assegurar a transparência, a competitividade e a conformidade dos processos.

Nesse contexto, responda às afirmações abaixo relacionadas ao **planejamento e legislação** na sua unidade ou na Central de Compras do DF, **de acordo com sua experiência ou do seu órgão**, atribuindo uma nota de 1 a 5, conforme abaixo:

- 1 para "Discordo totalmente";
- 2 para "Discordo parcialmente";
- 3 para "Não concordo, nem discordo";
- 4 para "Concordo parcialmente"; e
- 5 para "Concordo totalmente".

PLAN01 - Alterações legislativas que impactaram meu órgão tornaram inviáveis *
as aquisições de determinados itens registrados em Atas de Registro de Preços.

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	Concordo totalmente				

PLAN02 - Alterações internas nos projetos do meu órgão redirecionaram *
prioridades para outras atividades, reduzindo o foco nas aquisições dos itens
registrados nas Atas de Registro de Preços (ARPs).

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	Concordo totalmente				

PLAN03 - No meu órgão, durante o planejamento, os itens foram inicialmente *
mencionados, mas, posteriormente, foram considerados dispensáveis para o
exercício.

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	Concordo totalmente				

PLAN04 - No meu órgão, realocações orçamentárias ou contingenciamentos de *
recursos já inviabilizaram contratações por meio de Atas de Registro de Preços,
mesmo diante de necessidades prementes.

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	Concordo totalmente				



PLAN05 - A complexidade e a burocracia das ARPs levam meu órgão a preferir *
outros formatos de contratação, mesmo sendo partícipe das atas.

1 2 3 4 5

Discordo totalmente Concordo totalmente

Voltar

Próxima

Limpar formulário



Preços (PRE)

O preço dos itens ou serviços é um fator crucial nas aquisições por Atas de Registro de Preços, pois impacta diretamente a economicidade e a eficiência das contratações públicas.

Dessa forma, a adequação dos preços às condições reais do mercado é essencial para o sucesso e a efetividade do sistema.

Nesse contexto, responda às afirmações abaixo relacionadas ao **preço de itens registrados nas Atas de Registro** de Preços da Central de Compras do DF, **de acordo com sua experiência ou do seu órgão**, atribuindo uma nota de 1 a 5, conforme abaixo:

- 1 para "Discordo totalmente";
- 2 para "Discordo parcialmente";
- 3 para "Não concordo, nem concordo";
- 4 para "Concordo parcialmente"; e
- 5 para "Concordo totalmente".

PRE01 - Os preços das ARPs frequentemente superam os valores de mercado, levando o meu órgão a buscar alternativas externas para atender às suas demandas. *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	Concordo totalmente				

PRE02 - Os preços registrados nas ARPs frequentemente ficam abaixo dos praticados no mercado, levando os fornecedores a desistir da ARP ou a solicitar reequilíbrio de preços, o que compromete a entrega e o fornecimento dos bens ou serviços. *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	Concordo totalmente				

PRE03 - Os preços registrados nas Atas de Registro de Preços frequentemente se mostram vantajosos para o meu órgão. *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	Concordo totalmente				

[Voltar](#)
[Próxima](#)
[Limpar formulário](#)

Conclusão

Compartilhe suas percepções, sugestões, aspectos não abordados neste questionário ou quaisquer considerações adicionais que possam contribuir para o aprimoramento dos processos de gestão e aquisição no âmbito do Sistema de Registro de Preços, tanto na Central de Compras quanto na administração pública do Distrito Federal.

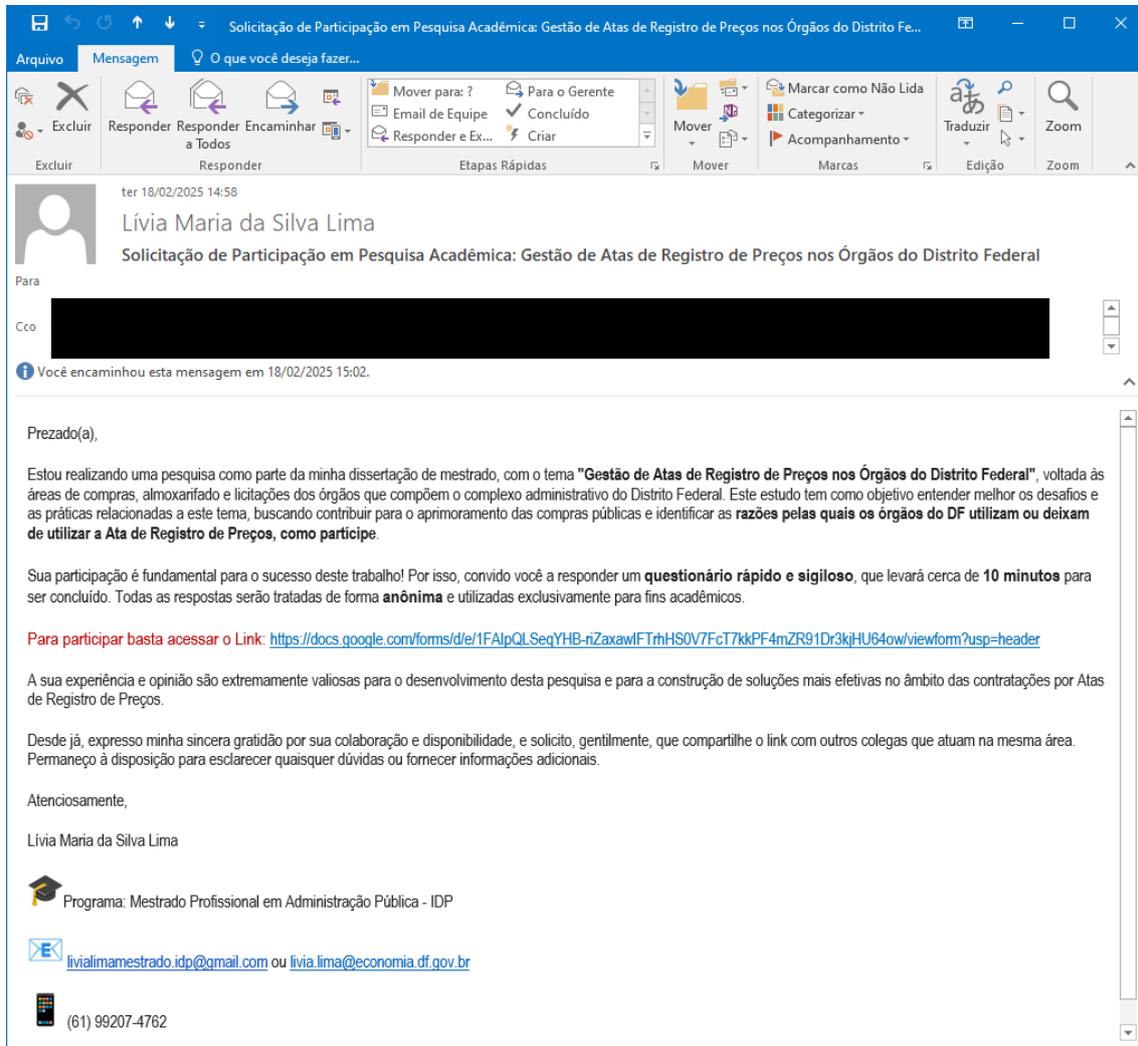
Sua resposta

Voltar

Enviar

Limpar formulário

APÊNDICE 4 – E-MAIL CONVITE PARA OS RESPONDENTES (18/02/2025)



O e-mail foi direcionado aos contatos registrados na base de dados do SGARP, abrangendo tanto os usuários vinculados à elaboração de IRPs quanto aqueles envolvidos na gestão das ARPs.

APÊNDICE 5 – E-MAIL REAFIRMANDO O CONVITE PARA OS RESPONDENTES (26/02/2025)

Reforço do Convite – Pesquisa sobre Gestão de Atas de Registro de Preços - Mensagem (HTML)

Arquivo Mensagem O que você deseja fazer...

Excluir Responder Responder a Todos Encaminhar Mover para: ? Para o Gerente Email de Equipe Concluído Responder e Ex... Criar Mover Marcar como Não Lida Categorizar Acompanhamento Traduzir Zoom

qua 26/02/2025 15:55

Livia Maria da Silva Lima

Reforço do Convite – Pesquisa sobre Gestão de Atas de Registro de Preços

Para

Cco

Prezado(a),

Gostaria de reforçar o convite para participar da pesquisa que estou conduzindo como parte da minha dissertação de mestrado, com o tema "**Gestão de Atas de Registro de Preços nos Órgãos do Distrito Federal**". O estudo é direcionado às áreas de compras, almoxarifado e licitações dos órgãos que compõem o complexo administrativo do DF e busca compreender melhor os desafios e as práticas relacionadas ao uso das Atas de Registro de Preços.

A sua participação é essencial para o sucesso deste trabalho! O questionário é rápido, sigiloso e leva cerca de **10 minutos** para ser concluído. Todas as respostas serão tratadas de forma anônima e utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos.

★ **Acesse o questionário aqui:** <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeqYHB-riZaxawIFTrhHS0V7FcT7kkPF4mZR91Dr3kjHU64ow/viewform>

Agradeço imensamente a todos que já participaram! Se você já respondeu ou prefere não receber mais comunicações sobre esta pesquisa, basta responder a este e-mail com a palavra "**respondido**", e seu contato será removido da lista de envios.

Além disso, caso tenha interesse em receber os resultados da pesquisa futuramente, envie uma solicitação para este e-mail, e terei o prazer de compartilhar as conclusões do estudo assim que estiverem disponíveis.

Conto com sua valiosa contribuição e, se possível, peço que compartilhe o link com outros colegas que atuam na mesma área.

Desde já, agradeço sua atenção e disponibilidade! Fico à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

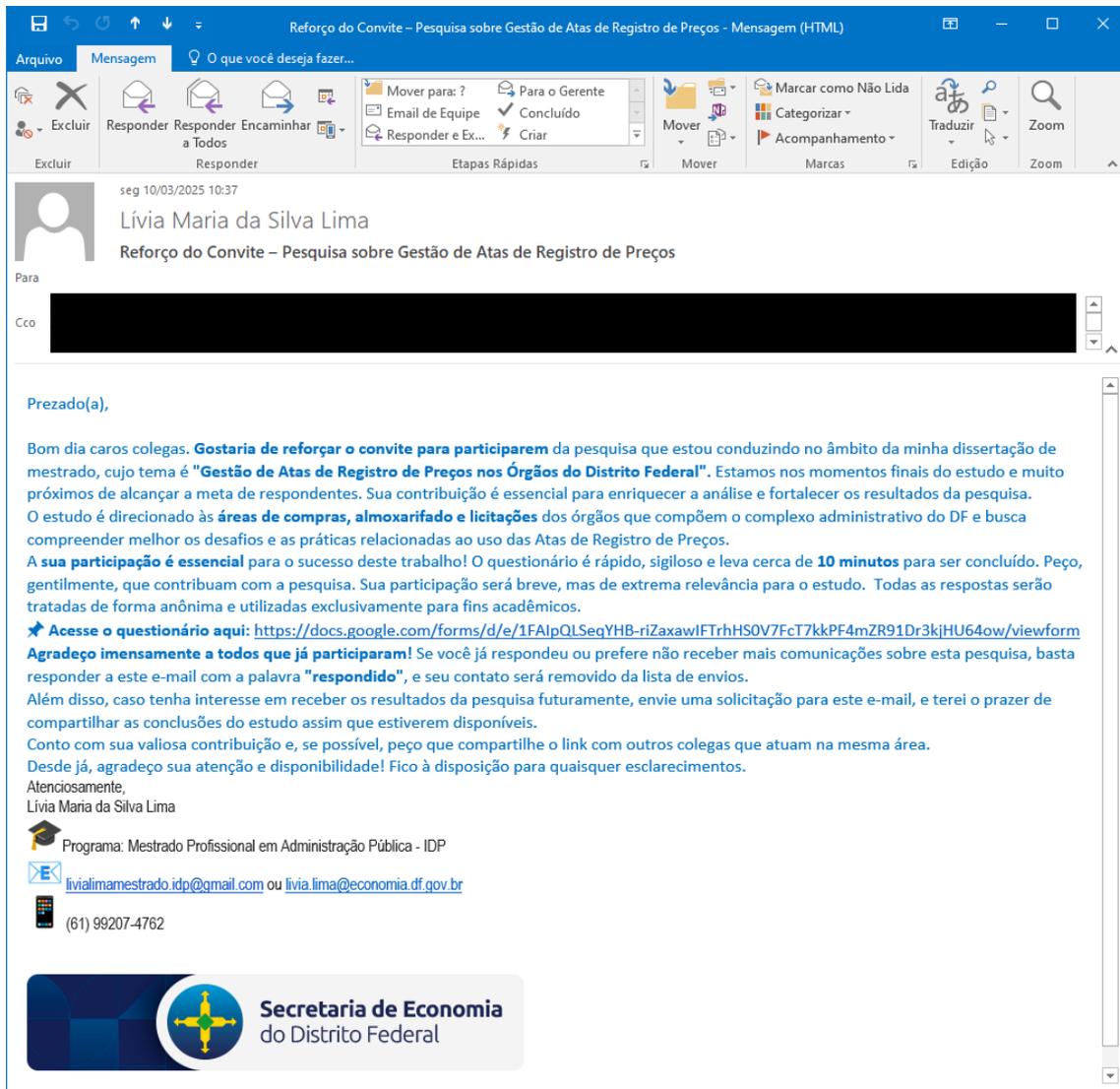
Livia Maria da Silva Lima

Programa: Mestrado Profissional em Administração Pública - IDP

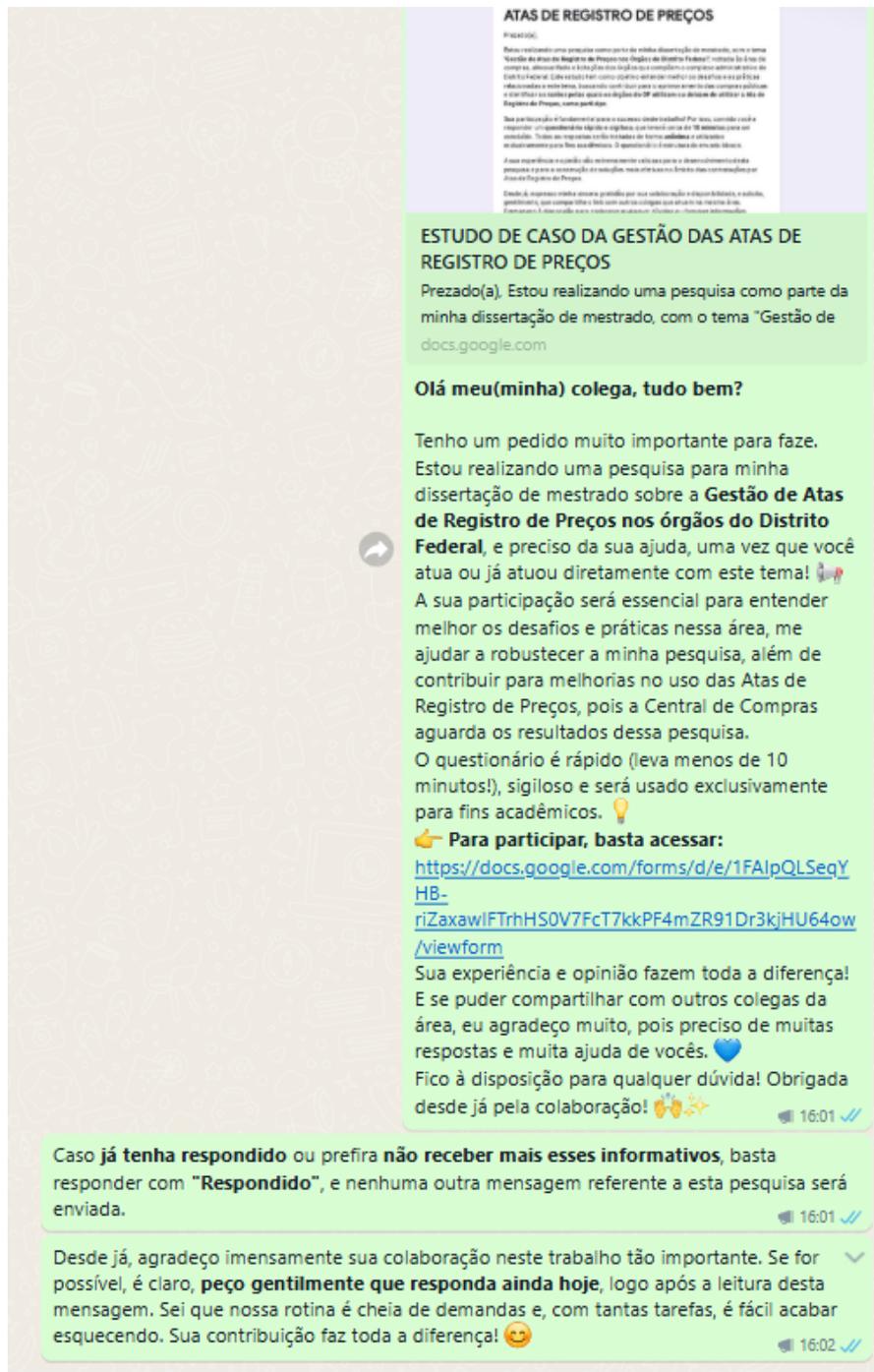
livialimamestrado.idp@gmail.com ou livia.lima@economia.df.gov.br

(61) 99207-4762

APÊNDICE 6 – E-MAIL REAFIRMANDO O CONVITE PARA OS RESPONDENTES (10/03/2025)

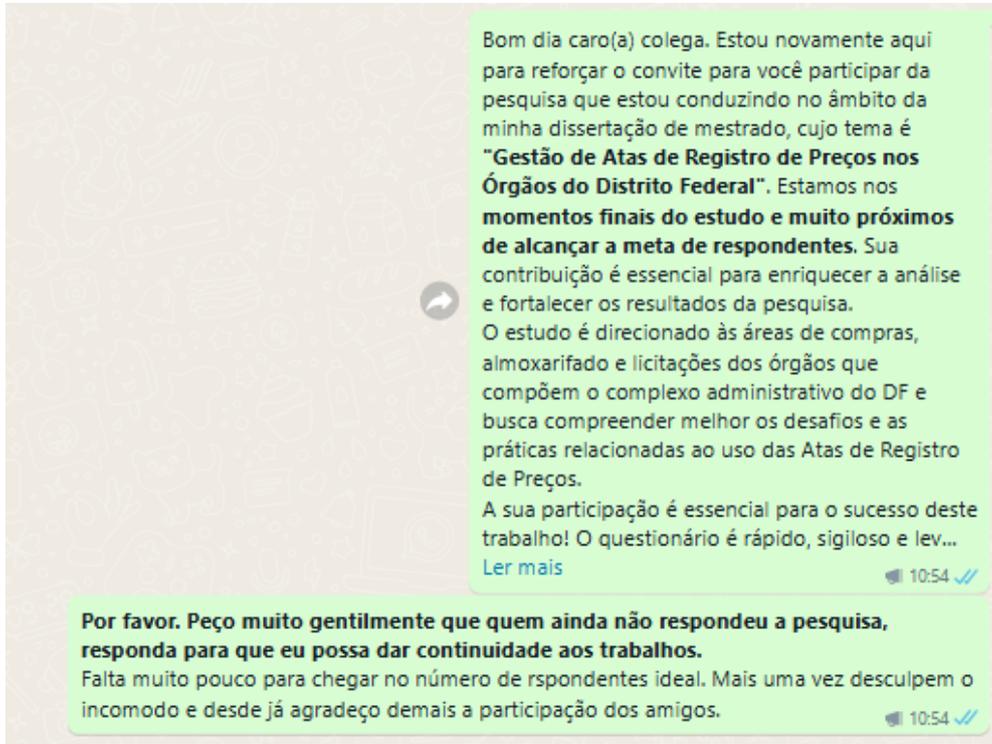


APÊNDICE 7 – MENSAGEM DE DIVULGAÇÃO POR APLICATIVO DE MENSAGENS INSTANTÂNEAS (WHATSAPP) - INDIVIDUAL

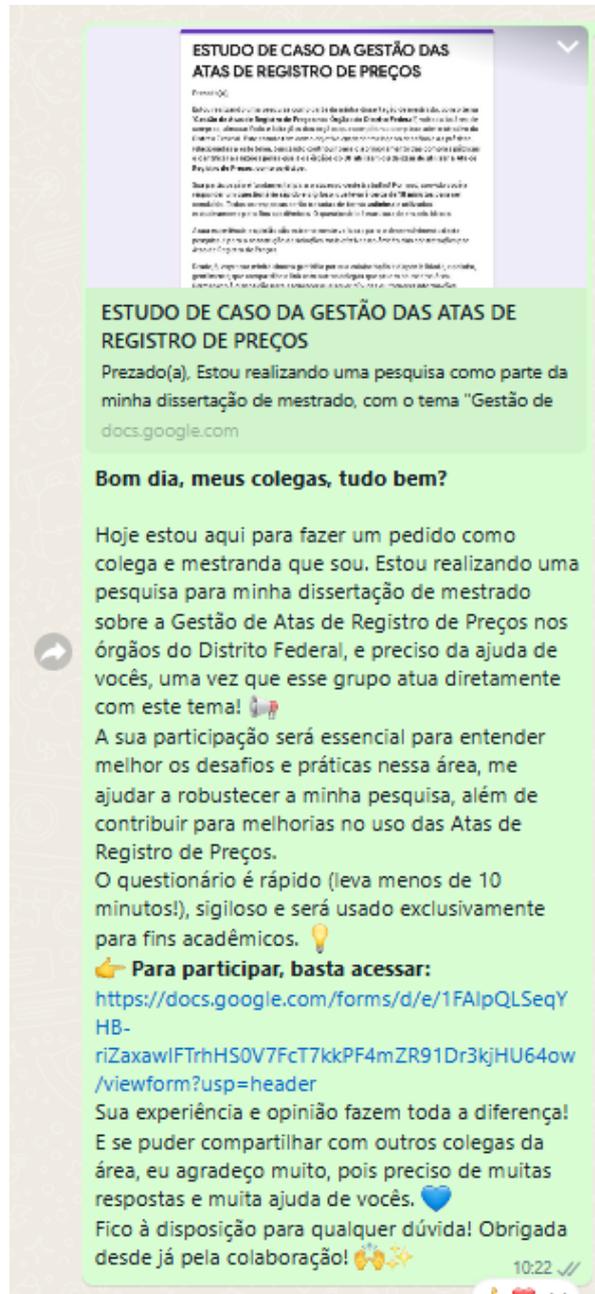


A mensagem foi encaminhada de forma individualizada aos respondentes vinculados à elaboração de IRPs e/ou à gestão das ARPs. Os contatos telefônicos foram obtidos a partir de um grupo de mensagens instantâneas (WhatsApp), utilizado como facilitador para comunicações institucionais entre as unidades responsáveis pelas áreas de compras, almoxarifado e licitações dos órgãos do Complexo Administrativo do DF, sob coordenação da Central de Compras do Governo do Distrito Federal.

APÊNDICE 8 – REFORÇO DA MENSAGEM DE DIVULGAÇÃO POR APLICATIVO DE MENSAGENS INSTANTÂNEAS (WHATSAPP) - INDIVIDUAL



APÊNDICE 9 – MENSAGEM DE DIVULGAÇÃO POR APLICATIVO DE MENSAGENS INSTANTÂNEAS (WHATSAPP) – GRUPO IRP/ARP



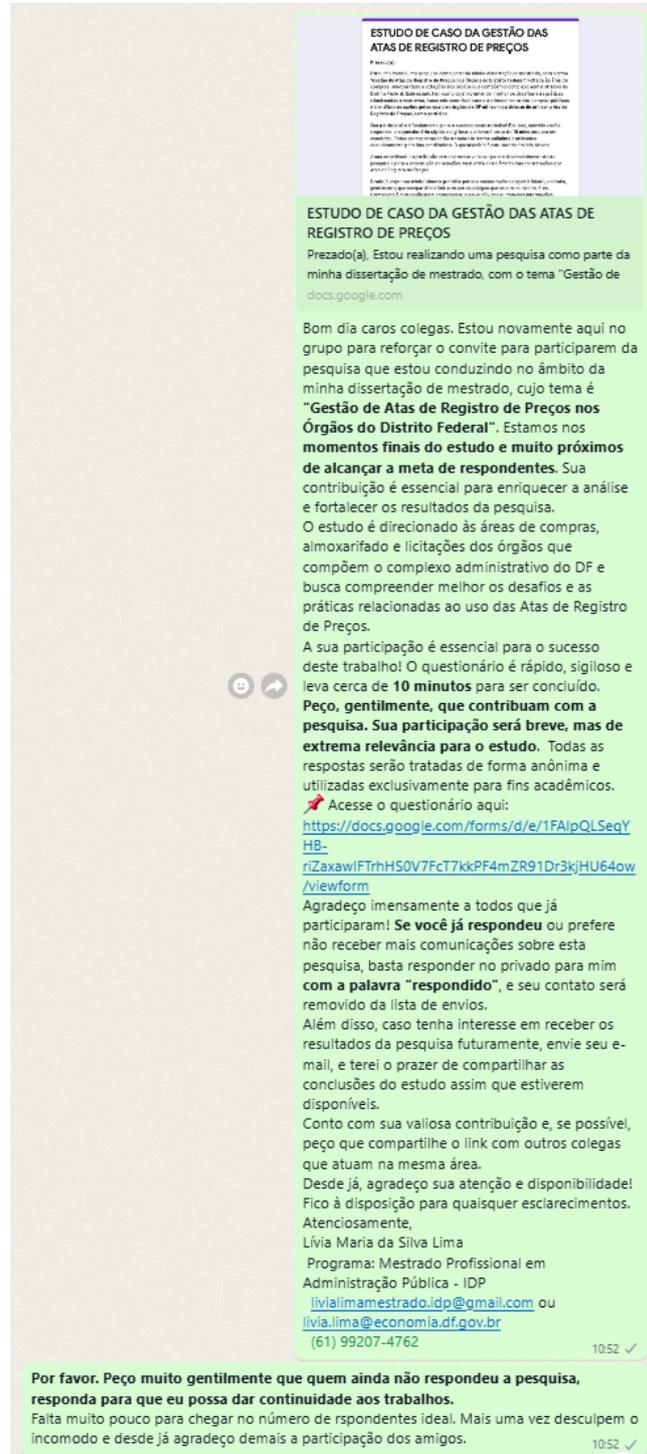
A comunicação foi disseminada por meio de grupo de mensagens instantâneas (WhatsApp) IRP/ARP, utilizado como facilitador para comunicações institucionais entre as unidades responsáveis pelas áreas de compras, almoxarifado e licitações dos órgãos do Complexo Administrativo do DF, sob coordenação da Central de Compras do Governo do Distrito Federal.

APÊNDICE 10 – MENSAGEM DE DIVULGAÇÃO POR APLICATIVO DE MENSAGENS INSTANTÂNEAS (WHATSAPP) – GRUPO NUMAP



A comunicação foi disseminada por meio de grupo de mensagens instantâneas (WhatsApp) NUMAP, utilizado como facilitador para comunicações institucionais entre as chefias de almoxarifados dos órgãos do Complexo Administrativo do DF, sob coordenação da Central de Compras do Governo do Distrito Federal.

APÊNDICE 11 – REFORÇO DA MENSAGEM DE DIVULGAÇÃO POR APLICATIVO DE MENSAGENS INSTANTÂNEAS (WHATSAPP) – GRUPO NUMAP



APÊNDICE 12 – OFÍCIO CIRCULAR DA CENTRAL DE COMPRAS DO DF

Ofício Circular Nº 2/2025 - SEEC/SEC0NT/SUCORP

Brasília-DF, 10 de março de 2025.

Às Subsecretarias de Administração Geral ou equivalentes,
com vistas às unidade compras, contratações e almoxarifados.

Assunto: Solicitação de Participação em Pesquisa Acadêmica: Gestão de Atas de Registro de Preços nos Órgãos do Distrito Federal

Prezados(as) Senhores(as),

1. A Subsecretaria de Compras Governamentais, como responsável pela Central de Compras do Distrito Federal, convida as áreas de compras, contratações e almoxarifados dos órgãos do Complexo Administrativo do Distrito Federal a participarem da pesquisa acadêmica vinculada a um estudo de dissertação de mestrado, intitulada **"Registro de Preços na Central de Compras do Distrito Federal: Estudo de Caso da Gestão das Atas"**.
2. O estudo, conduzido por pesquisadora do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), tem como objetivo compreender os desafios e as práticas relacionadas à gestão das Atas de Registro de Preços, além de identificar os fatores que influenciam a utilização ou não desse modelo de contratação. Além de sua relevância acadêmica, a pesquisa também contribuirá para uma avaliação institucional da Central de Compras, fornecendo subsídios para o aprimoramento das contratações públicas no Distrito Federal.
3. Nesse sentido, solicitamos a gentileza de encaminhar este convite aos servidores envolvidos com o tema para que possam participar respondendo ao questionário disponível no seguinte link: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeayYHB-riZakawIFTrhHSOV7Fct7kkPF4mZB91Dr3kHU64ow/viewform>
4. O questionário leva aproximadamente **10 minutos** para ser respondido e todas as informações serão tratadas de forma sigilosa, sendo utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos e para avaliação institucional da Central de Compras do DF. A participação de todos é essencial para garantir a qualidade da pesquisa e contribuir com melhorias na gestão das Atas de Registro de Preços.
5. Em caso de dúvidas ou necessidade de mais informações, a pesquisadora responsável encontra-se à disposição pelos seguintes contatos:
Livia Maria da Silva Lima
E-mails: livialimamestrado.idp@gmail.com | livia.lima@economia.df.gov.br
Telefone: (61) 99207-4762
6. Agradecemos desde já o apoio e a colaboração de todos.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **MONISE CARRIJO FERNANDES DA FONSECA - Matr.1439933-5, Subsecretária(a) de Compras Governamentais**, em 11/03/2025, às 12:05, conforme art. 8º do Decreto nº 36.796, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sef.df.gov.br/sef/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_norativo=verificador=165122830_codigo_CRC=40339F08

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

A Subsecretaria de Compras Governamentais encaminhou, por meio de ofício circular, comunicação oficial aos órgãos integrantes do Complexo Administrativo do Distrito Federal, solicitando a participação das respectivas áreas de compras, almoxarifado e licitações em pesquisa de elevada relevância para a Central de Compras.

APÊNDICE 13 – AFE - TESTE DE KMO E BARTLETT

Análise de Fatores

Teste de KMO e Bartlett

Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem.		,716
Teste de esfericidade de Bartlett	Aprox. Qui-quadrado	1323,405
	gl	325
	Sig.	,000

APÊNDICE 14 – AFE – COMUNALIDADES

Comunalidades		
	Inicial	Extração
DESC01	1,000	,446
DESC02	1,000	,481
DESC03	1,000	,443
DESC04	1,000	,549
DESC05	1,000	,673
DESC06	1,000	,505
DESC07	1,000	,664
DESC08	1,000	,720
DESC09	1,000	,559
DESC10	1,000	,518
GEC01	1,000	,621
GEC02	1,000	,625
GEC03	1,000	,496
GEC04	1,000	,579
GEC05	1,000	,728
GEC06	1,000	,723
GEC07	1,000	,592
GEC08	1,000	,650
PLAN01	1,000	,544
PLAN02	1,000	,649
PLAN03	1,000	,567
PLAN04	1,000	,601
PLAN05	1,000	,642
PRE01	1,000	,556
PRE02	1,000	,470
PRE03	1,000	,582

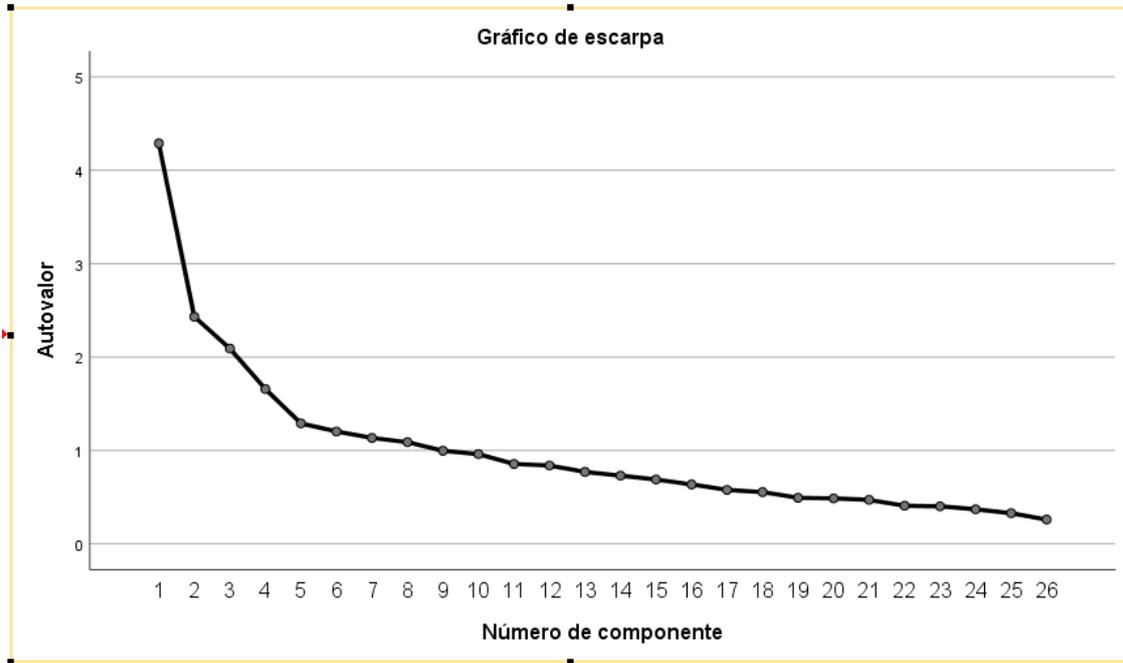
Método de Extração: análise de Componente Principal.

APÊNDICE 15 – AFE - VARIÂNCIA TOTAL EXPLICADA

Componente	Variância total explicada								
	Total	Autovalores iniciais		Somadas de extração de carregamentos ao quadrado			Somadas de rotação de carregamentos ao quadrado		
		% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa
1	4,288	16,493	16,493	4,288	16,493	16,493	2,499	9,613	9,613
2	2,431	9,351	25,844	2,431	9,351	25,844	2,135	8,213	17,826
3	2,091	8,042	33,886	2,091	8,042	33,886	2,020	7,768	25,594
4	1,657	6,375	40,260	1,657	6,375	40,260	1,995	7,672	33,266
5	1,290	4,960	45,220	1,290	4,960	45,220	1,955	7,518	40,784
6	1,203	4,626	49,846	1,203	4,626	49,846	1,621	6,233	47,016
7	1,134	4,361	54,207	1,134	4,361	54,207	1,481	5,694	52,711
8	1,088	4,186	58,393	1,088	4,186	58,393	1,477	5,682	58,393
9	,996	3,832	62,224						
10	,960	3,692	65,916						
11	,855	3,289	69,205						
12	,838	3,223	72,428						
13	,770	2,960	75,388						
14	,730	2,808	78,197						
15	,689	2,648	80,845						
16	,635	2,443	83,288						
17	,577	2,220	85,508						
18	,554	2,130	87,638						
19	,492	1,894	89,532						
20	,486	1,870	91,402						
21	,470	1,809	93,210						
22	,407	1,567	94,778						
23	,401	1,543	96,320						
24	,369	1,420	97,740						
25	,328	1,261	99,002						
26	,260	,998	100,000						

Método de Extração: análise de Componente Principal.

APÊNDICE 16 – AFE – GRÁFICO DE ESCARPA



APÊNDICE 17 – AFE - MATRIZ DE COMPONENTE ROTATIVA

Matriz de componente rotativa ^a								
	Componente							
	1	2	3	4	5	6	7	8
DESC01						,579		
DESC02			,436			,377		
DESC03		,473						
DESC04								-,631
DESC05		-,339				,579		
DESC06		,587						
DESC07			,776					
DESC08		,307	,761					
DESC09				,655				
DESC10		,656						
GEC01		,399		-,341	,371			-,386
GEC02					,619			
GEC03		,318				,605		
GEC04								,686
GEC05					,757			
GEC06					,817			
GEC07			,475	,359				
GEC08				,752				
PLAN01	,595							
PLAN02	,760							
PLAN03	,685							
PLAN04	,671							
PLAN05	,359			,473			-,500	
PRE01	,320			,338			-,411	
PRE02		,638						
PRE03							,720	

Método de Extração: análise de Componente Principal.
Método de Rotação: Varimax com Normalização de Kaiser.

a. Rotação convergida em 16 iterações.

APÊNDICE 18 – AFE - ESTATÍSTICAS DE CONFIABILIDADE

RELIABILITY
 /VARIABLES=PLAN01 PLAN02 PLAN03 PLAN04
 /SCALE('ALL VARIABLES') ALL
 /MODEL=ALPHA.

Estatísticas de confiabilidade

Alfa de Cronbach	N de itens
,687	4

RELIABILITY
 /VARIABLES=DESC03 DESC06 DESC10 PRE02
 /SCALE('ALL VARIABLES') ALL
 /MODEL=ALPHA.

Estatísticas de confiabilidade

Alfa de Cronbach	N de itens
,596	4

RELIABILITY
 /VARIABLES=DESC02 DESC07 DESC08 GEC07
 /SCALE('ALL VARIABLES') ALL
 /MODEL=ALPHA.

Estatísticas de confiabilidade

Alfa de Cronbach	N de itens
,619	4

RELIABILITY
 /VARIABLES=DESC09 GEC08 PLAN05
 /SCALE('ALL VARIABLES') ALL
 /MODEL=ALPHA.

Estatísticas de confiabilidade

Alfa de Cronbach	N de itens
,613	3

RELIABILITY
 /VARIABLES=GEC02 GEC05 GEC06
 /SCALE('ALL VARIABLES') ALL
 /MODEL=ALPHA.

Estatísticas de confiabilidade

Alfa de Cronbach	N de itens
,621	3

RELIABILITY
 /VARIABLES=DESC01 DESC05 GEC03
 /SCALE('ALL VARIABLES') ALL
 /MODEL=ALPHA.

Estatísticas de confiabilidade

Alfa de Cronbach	N de itens
,335	3

APÊNDICE 19 – TESTE KRUSKAL WALLIS - VARIÁVEL DE AGRUPAMENTO: PER03

Estadísticas de teste^{a,b}

	DESC01	DESC02	DESC03	DESC04	DESC05	DESC06	DESC07	DESC08	DESC09	DESC10
H de Kruskal-Wallis	1,815	,020	2,712	2,207	1,875	5,912	3,767	4,995	4,565	15,949
gl	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Significância Sig.	,404	,990	,258	,332	,392	,052	,152	,082	,102	,000

a. Teste Kruskal Wallis

b. Variável de Agrupamento: PER03_escala

Estadísticas de teste^{a,b}

	GEC01	GEC02	GEC03	GEC04	GEC05	GEC06	GEC07	GEC08
H de Kruskal-Wallis	4,042	3,828	1,729	6,264	5,202	5,234	,397	5,213
gl	2	2	2	2	2	2	2	2
Significância Sig.	,133	,147	,421	,044	,074	,073	,820	,074

a. Teste Kruskal Wallis

b. Variável de Agrupamento: PER03_escala

Estadísticas de teste^{a,b}

	PLAN01	PLAN02	PLAN03	PLAN04	PLAN05
H de Kruskal-Wallis	,465	1,923	,549	5,437	1,364
gl	2	2	2	2	2
Significância Sig.	,793	,382	,760	,066	,506

a. Teste Kruskal Wallis

b. Variável de Agrupamento: PER03_escala

Estadísticas de teste^{a,b}

	PRE01	PRE02	PRE03
H de Kruskal-Wallis	1,940	2,620	1,272
gl	2	2	2
Significância Sig.	,379	,270	,529

a. Teste Kruskal Wallis

b. Variável de Agrupamento: PER03_escala

APÊNDICE 20 – AMOSTRAS INDEPENDENTES DE TESTE DE KRUSKAL-WALLIS - COMPARAÇÕES POR MÉTODO PAIRWISE (DESC10 E GEC04)

DESC10 entre PER03

Amostras Independentes de Resumo de Teste Kruskal-Wallis

N total	226
Estatística do teste	15,949 ^a
Grau de Liberdade	2
Sinal assintótico (teste de dois lados)	,000

a. A estatística do teste está ajustada para empates.

GEC04 entre PER03

Amostras Independentes de Resumo de Teste Kruskal-Wallis

N total	226
Estatística do teste	6,264 ^a
Grau de Liberdade	2
Sinal assintótico (teste de dois lados)	,044

a. A estatística do teste está ajustada para empates.

DESC10

Comparações por Método Pairwise de PER03

Sample 1-Sample 2	Estatística do teste	Erro Padrão	Estatística do teste Padrão	Sig.	Adj. Sig. ^a
SECRETARIAS DE ESTADO-ÓRGÃOS ESPECIALIZADOS	-21,001	9,908	-2,120	,034	,102
SECRETARIAS DE ESTADO-ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS	40,087	10,240	3,915	,000	,000
ÓRGÃOS ESPECIALIZADOS-ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS	19,086	11,464	1,665	,096	,288

Cada linha testa a hipótese nula em que as distribuições Amostra 1 e Amostra 2 são iguais. As significâncias assintóticas (teste de dois lados) são exibidas. O nível de significância é ,05.

a. Os valores de significância foram ajustados pela correção Bonferroni para vários testes.

GEC04

Comparações por Método Pairwise de PER03

Sample 1-Sample 2	Estatística do teste	Erro Padrão	Estatística do teste Padrão	Sig.	Adj. Sig. ^a
ÓRGÃOS ESPECIALIZADOS-SECRETARIAS DE ESTADO	,615	10,204	,060	,952	1,000
ÓRGÃOS ESPECIALIZADOS-ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS	25,079	11,806	2,124	,034	,101
SECRETARIAS DE ESTADO-ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS	24,465	10,546	2,320	,020	,061

Cada linha testa a hipótese nula em que as distribuições Amostra 1 e Amostra 2 são iguais. As significâncias assintóticas (teste de dois lados) são exibidas. O nível de significância é ,05.

a. Os valores de significância foram ajustados pela correção Bonferroni para vários testes.

APÊNDICE 21 – REGRESSÃO LINEAR – TIPO DE ÓRGÃO X PERCENTUAL DE UTILIZAÇÃO

Resumo do modelo^b

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa
1	,003 ^a	,000	,000	1345,73805

a. Preditores: (Constante), int_tipo_orgao

b. Variável Dependente: val_percent_utilizacao

ANOVA^a

Modelo		Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	Z	Sig.
1	Regressão	1284815,810	1	1284815,810	,709	,400 ^b
	Resíduo	1,895E+11	104633	1811010,898		
	Total	1,895E+11	104634			

a. Variável Dependente: val_percent_utilizacao

b. Preditores: (Constante), int_tipo_orgao

Coefficientes^a

Modelo		Coefficients não padronizados		Coefficients padronizados	t	Sig.
		B	Erro Erro	Beta		
1	(Constante)	41,472	7,077		5,860	,000
	int_tipo_orgao	4,642	5,511	,003	,842	,400

a. Variável Dependente: val_percent_utilizacao

APÊNDICE 22 – PROMPT – INTELIGENCIA ARTIFICIAL – ANÁLISE DE CONTEÚDO

Haja como um pesquisador acadêmico que trabalha com o conteúdo de uma pesquisa e está realizando análise de conteúdo categorial temática baseada em Bardin. Considere que o processo deve ser realizado da seguinte forma: 1. “Pré-Análise”, com leitura flutuante para compreender o material e definição de unidades e categorias de análise; 2. “Exploração do Material”, por meio da codificação do material, organizando os dados brutos com base nas categorias sugeridas; e 3. “Tratamento dos Resultados, Inferência e Interpretação”, que é a análise baseada nos dados codificados, buscando padrões, relações e conclusões.

Vou te passar o conteúdo de uma pesquisa (respostas) e quero que você faça a análise de conteúdo categorial temática das respostas, inicialmente sugerindo as categorias identificadas por você e em seguida classificando/codificando os textos de acordo com as categorias identificadas.

Inicialmente, avalie o conteúdo das respostas com o intuito de indicar alguma resposta que possa ser considerada inválida ou que possivelmente sejam repetidas/duplicadas.

Retorne o arquivo em excel com todas as X respostas codificadas, uma a uma, de acordo com as categorias sugeridas por você sem fugir do contexto de análise de conteúdo de Bardin (2011). Crie uma coluna chamada CATEGORIA para realizar essa ação.



idp

Bo
pro
cit
ref
Ness
são e

idp

A ESCOLHA QUE
TRANSFORMA
O SEU CONHECIMENTO